UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PPG)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGEd)

MARIANA SOUSA DE OLIVEIRA DIAS

MEMÓRIA DE MERENDEIRAS SOBRE A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: CONCEPÇÕES E CONTRIBUIÇÕES

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
2022

MARIANA SOUSA DE OLIVEIRA DIAS

MEMÓRIA DE MERENDEIRAS SOBRE A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: CONCEPÇÕES E CONTRIBUIÇÕES

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEd) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Formação, Linguagem, Memória e Processos de Subjetivação.

Orientadora: Prof.ª Drª Nereida Maria Santos Mafra De Benedictis.

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
2022

D533m

Dias, Mariana Sousa De Oliveira.

Memória de merendeiras sobre a alimentação escolar: concepções e contribuições. / Mariana Sousa De Oliveira Dias, 2022.

157f.

Orientador (a): Drª. Nereida Maria Santos Mafra De Benedictis.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, Vitória da Conquista, 2022.

Inclui referências. 137 – 142.

1. Merendeira – Seu papel na escola - Memória. 2. Merenda escolar - Nutrição escolar. 3. EAN – Educação Alimentar e Nutricional. 4. PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar. I. Benedicts, Nereida Maria Santos Mafra De. II. Programa de Pós- Graduação em Educação – PPGED. III.T.

CDD 371.716

Catalogação na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890
UESB – Campus Vitória da Conquista - BA

.

MARIANA SOUSA DE OLIVEIRA DIAS

MEMÓRIA DE MERENDEIRAS SOBRE A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: CONCEPÇÕES E CONTRIBUIÇÕES

Defesa de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEd) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) para obtenção do título de Mestre em Educação.

APROVADA EM 04/04/2022

BANCA EXAMINADORA

Nereida Mª Santos Mafra De Benedictis

Prof..ª Drª Nereida Maria Santos Mafra De Benedictis
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
(Orientadora)

_____

Prof.ª Drª Shirlene Santos Mafra Medeiros
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)
(Examinadora Externa)

_____

Prof.ª Drª Marilete Calegari Cardoso
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
(Examinadora Interna)

Dedico este trabalho aos sujeitos da minha pesquisa, às merendeiras, que contribuíram com esta construção.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que em sua infinita bondade, me permite lutar pelos meus objetivos e me fortalece diariamente.

A minha orientadora, **Drª Nereida Maria Santos Mafra De Benedictis**, ou, como se permite ser chamada, **Nê**. Agradeço por todo o seu carinho e generosidade no decorrer da minha trajetória, tanto antes quanto durante o mestrado; por ter me aceitado, por duas vezes, como aluna especial neste programa de Educação, o que me proporcionou um amadurecimento acadêmico e uma base para desenvolver o meu projeto de pesquisa; por ter aceitado o desafio de me receber como sua orientanda; por ter me conduzido com excelência nesse caminho e por me instigar, me desafiar, me questionar, por levantar as possibilidades e as lacunas na minha pesquisa; por acreditar no meu potencial e requerer sempre o meu melhor. Reconheço-a como coautora na construção deste trabalho. Sem a sua orientação ele não seria possível.

São tantos os agradecimentos que é impossível reduzi-los em um parágrafo, mas, agradeço, principalmente, pela sua preocupação e pelo seu empenho em me manter em condições físicas e emocionais durante todo esse percurso; por me aproximar de Deus com as suas palavras e com as suas ações - sempre assertivas.

A **UESB** e ao **Programa de Pós Graduação em Educação (PPGEd)**, por oferecer um curso que contempla diferentes áreas de conhecimento e me possibilitar seguir nos estudos acadêmicos.

Aos professores **Drº Cláudio Pinto Nunes e Dr.ª Denise Aparecida Brito Barreto**, por conduzirem o PPGED com competência e respeito às particularidades de cada aluno; pela preocupação externada com o momento pandêmico, caudado pela Covid-19, onde as aulas presenciais foram interrompidas logo na segunda semana do curso e, por todas as ações aplicadas para fortalecer o Programa.

Aos **funcionários do PPGEd**, em especial, **Tailane Macedo Bonfim** que embora sobrecarregada com as demandas do Programa e com os "novos moldes" de se trabalhar, advindos do distanciamento social provocados pela pandemia, sempre manteve uma postura proativa. Seu suporte e gentilezas jamais serão esquecidos.

A todos os **professores do Programa**, pelos conhecimentos transmitidos, pelos momentos de interação, de aprendizado e, pelas emoções presentes em cada disciplina.

Agradeço, em especial, o professor **Drº Ednaldo Medeiros Carmo** que, juntamente com a professora **Dr.ª Nereida Maria Santos Mafra De Benedicts**, foram o meu primeiro

contato com o mestrado em Educação - ministraram a disciplina Conhecimentos e Práticas Escolares, que cursei como aluna especial - e, posteriormente, a disciplina Seminário de Dissertação II, que cursei como aluna regular do Programa.

À professora **Drª Andreksa Viana Oliveira Sampaio**, pela acolhida no grupo de pesquisa GRUPEG e pelos ensinamentos com a disciplina Seminário de Dissertação.

Ao **Grupo de Pesquisa no Ensino de Geografia (GRUPEG)**, onde iniciei os meus estudos em Educação.

Ao **Núcleo de Análises em Memória Social, Espaço e Educação (NUANSEE)** que desde o primeiro encontro despertou em mim um sentimento de pertencimento; por proporcionar os estudos em memória, as trocas de experiências e de diferentes pontos de vista, essenciais na construção do meu conhecimento em memória e, enfim, pelo suporte à minha pesquisa que foi significativa na construção desta dissertação. Estendo os meus agradecimentos a **todos os seus integrantes**.

As professoras **Drª Geisa Flores Mendes** e **Drª Nereida Maria Santos Mafra De Benedictis**, pela mentoria no tirocínio docente e por toda a receptividade, confiança, carinho e paciência. A elas, juntamente com a professora **Drª Sandra Mara vieira Oliveira** agradeço, ainda, pelas discussões e ensinamento acerca da memória.

Às Professoras **Drª Marilete Calegari Cardoso/UESB e Drª Shirlene Santos Mafra Medeiros/UERN**, por comporem a minha Banca de Qualificação do Mestrado e transformarem um momento tenso (assim imaginei que seria) em um momento leve e construtivo; pelo olhar cuidadoso, criterioso e pelas relevantes pontuações na minha pesquisa.

Aos **sujeitos da minha pesquisa**, que por meio dos seus testemunhos, possibilitaram a reconstrução da memória das merendeiras.

A todos os colegas e as amizades construídas no percurso das disciplinas cursadas na UESB, em especial, aos da disciplina "A memória como objeto de pesquisa" e aos que iniciaram comigo na linha 4. Agradeço, principalmente, aos colegas **Jonathan**, **Tayse** e **Irlandia** pelos conhecimentos e dificuldades que compartilhamos.

À **Faculdade de Tecnologia e Ciência (FTC)** e **todos os seus professores** que me conduziram na graduação em Nutrição.

À amiga **Sandra Regina Castro Luz**, pelo apoio, incentivo e confiança no início da minha atuação como nutricionista; por me inserir nos seus projetos de extensão e por contribuir com a minha formação profissional.

Por fim, agradeço à minha família: às minhas filhas **Amanda** e **Isabeli**, pelo apoio, companheirismo, estímulo e compreensão em todos os momentos; aos meus irmãos **Claudio** e **Polly** por me cobrar esforço e dedicação rumo aos meus objetivos; **Vilmar**, meu marido, por compartilharmos todos os sonhos, objetivos e conquistas. Seu apoio e compreensão SEMPRE foram fundamentais.

RESUMO

A merenda escolar constitui-se como uma base alimentar para os alunos. Nela, o aluno encontra o aporte nutricional necessário durante o período de permanência na escola, além de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) com vista a capacitá-lo para se alimentar de forma adequada. A merendeira faz parte deste contexto e a sua atuação perpassa pelos objetivos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e infere, diretamente, na qualidade da merenda que é oferecida, consequentemente, no sucesso do Programa. Este estudo teve o objetivo de compreender, por meio da (re) construção da memória, o papel das merendeiras nas escolas, suas concepções e suas contribuições para o processo de educação alimentar e nutricional na educação básica das escolas publicas. O método utilizado serviu como base para estabelecer as relações das merendeiras, tendo como base o testemunho, a Memória foi utilizada como um recurso para dar voz a elas. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, construída por meio do estado da arte e pautada nas categorias de análise: memória, que teve como aporte teórico Halbwachs (1990), Gondar (2005, 2016), Nora (1993), De Benedicts (2016, 2020); merenda escolar, ancorada, principalmente, nos estudos da Constituição Federal, na legislação educacional, nos normativos do Ministério da Educação e nas leis que sustentam o PNAE; EAN, que teve como base, os documentos normativos do Governo Federal, Boog (1997, 2004, 2010, 2011, 2018). Os dados foram coletados por meio de entrevistas, com questões semiestruturadas, construídas por meio das seguintes categorias: conhecimento do seu papel nas escolas e a relação com a sua função, a alimentação e a EAN no âmbito escolar, e as vivências e rememorações na profissão. Foram selecionados 08 sujeitos para a pesquisa de campo, por meio das rememorações de professores, ex-alunos e outros profissionais da educação. A investigação revelou, dentre outros aspectos, que as merendeiras entendem a relevância e a necessidade da merenda no ambiente escolar; que elas têm a percepção de si, como sujeitos da educação e que possuem potencial para atuar nas ações de EAN; reconhecem a sua importância e a sua contribuição para o alcance dos objetivos do PNAE. No entanto, elas compreendem que estas potencialidades são pouco exploradas; que o tempo gasto nas suas atividades diárias, dificulta o seu envolvimento nestas ações e que, muitas vezes, se sentem inseguras para atuar nas estratégias de EAN.

Palavras chave: Memória; Merendeira; Merenda escolar; EAN; PNAE.

ABSTRACT

School meals are a basic food for students. In it, the student finds the necessary nutritional support during the period of stay in school, in addition to actions of Food and Nutrition Education (EAN) in order to enable him/her to eat properly. The school lunch lady is part of this context and her performance goes through the objectives of the Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) and directly influences the quality of the meals that are offered, consequently, the success of the Program. This study aimed to understand, through the (re) construction of memory, the role of school lunch ladies, their concepts and their contributions to the process of food and nutrition education in basic education in public schools. The method used served as a basis to establish the relationships of the lunch ladies, based on testimony, Memory was used as a resource to give voice to them. The research has a qualitative approach, built through the state of the art and based on the analysis categories memory, which had as theoretical support Halbwachs (1990), Gondar (2005, 2016), Nora (1993), De Benedicts (2016, 2020); school meals, anchored mainly in the studies of the Federal Constitution, the educational legislation, the normatives of the Ministry of Education and the laws that support the PNAE; EAN, which had as basis, the normative documents of the Federal Government, Boog (1997, 2004, 2010, 2011, 2018). Data were collected through interviews, with semi-structured questions, built through the following categories: knowledge of their role in schools and the relationship with their function, food and EAN in the school environment, and the experiences and remembrances in the profession. Eight subjects were selected for the field research, through the recollections of teachers, former students, and other education professionals. The investigation revealed, among other things, that the lunch ladies understand the relevance and the need for meals in the school environment; that they have the perception of themselves as subjects of education and that they have the potential to act in the actions of Nutrition and Diet; they recognize their importance and their contribution to achieving the goals of PNAE. However, they understand that these potentialities are little explored; that the time spent on their daily activities hinders their involvement in these actions and that, many times, they feel insecure to act in the Nutrition and Diet strategies.

Key words: Memory; Lunch ladies; School meals; EAN; PNAE.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANAE	Alunos com Necessidades Alimentares Especiais
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CME	Campanha de Merenda Escolar
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNAE	Campanha Nacional de Alimentação Escolar
CNME	Campanha Nacional de Merenda Escolar
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DORT	Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho
EAN	Educação Alimentar e Nutricional
Exe.	Entidades Executoras
ENDEF	Estudo Nacional de Despesa Familiar
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GRUPEG	Grupo de Pesquisa no Ensino de Geografia
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LER	Lesão por Esforços Repetitivos
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NUANSEE	Núcleo de Análises em Memória Social Espaço e Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
POP	Procedimentos Operacionais Padronizados
MBP	Manual de Boas Práticas
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGEd	Programa de Pós-Graduação em Educação/UESB
SUS	Sistema Único de Saúde
UAN	Unidade de Alimentação e Nutrição
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Foto do Conselho de Alimentação Escolar de Vitória da Conquista - BA (datas desconhecidas)	33
Figura 2	Foto do Conselho de Alimentação Escolar de Vitória da Conquista - BA (2002)	33
Figura 3	Foto do antigo depósito da merenda escolar (1990)	34
Figura 4	Foto do treinamento das merendeiras (2000)	34
Figura 5	Fluxograma da Análise dos dados	46
Figura 6	Fluxo de acolhimento	76
Figura 7	Unidades escolares de Vitória da Conquista/BA	83
Figura 8	Armazenamento de talheres, pratos, utensílios e mantimentos em algumas escolas	105
Figura 9	Relatos “de tudo um pouco”	126

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Linha do tempo sobre o surgimento do PNAE 25

Quadro 2 Síntese da legislação que dispõe sobre o oferecimento da merenda escolar 26

Quadro 3 Distinções entre memória e história que segundo por Pierre Nora 30

Quadro 4 Sujeitos que contribuíram com a reconstrução da memória da Merendeira Sopa (2021) 38

Quadro 5 Teses e Dissertações sobre merendeiras - distribuídos por programas de pós-graduação.
(selecionadas por meio do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES) 49

Quadro 6 Teses e dissertações que apresentam a merendeira como sujeito da pesquisa.
(selecionadas por meio do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES) 50

Quadro 7 Teses e dissertações encontradas por meio da relação entre os descritores “merendeira”, “memória” e “merenda escolar”.
(selecionadas por meio do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES) 55

Quadro 8 Teses e dissertações selecionadas por meio da relação entre os descritores “merendeira”, “memória” e “merenda escolar” e que podem atender aos objetivos do nosso objeto.
(selecionadas por meio do Portal de Periódicos CAPES/MEC) 58

Quadro 9 Revistas que podem atender ao objetivo da nossa pesquisa
(selecionadas por meio do Portal de Periódicos Edições UESB) 61

Quadro 10 Teses e dissertações selecionadas por meio da relação entre os descritores “merendeira”, “memória” e “merenda escolar” e que podem atender aos objetivos do nosso objeto.
(selecionadas por meio da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD) 62

Quadro 11 Síntese da Legislação sobre a EAN no âmbito escolar 71
Quadro 12 Valores per capta repassados pelo FNDE 81
Quadro 13 Descrição Detalhada das atribuições da Merendeira de acordo com EDITAL DE SELEÇÃO Nº 003/2013 Anexo VIII -Título do Cargo (Merendeira) 102

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	
1.1	Motivações pessoais e acadêmicas	19
1.2	Questão de pesquisa	19
1.3	Objetivos da pesquisa	20
1.4	Justificativa e relevância do estudo	20
1.5	A merendeira como sujeito da pesquisa	21
1.6	Contexto do surgimento do PNAE	22
1.7	A Memória como campo do saber e as suas possibilidades de investigação na educação	27
2	**ABORDAGEM METODOLÓGICA**	**32**
2.1	Organização da dissertação	36
2.2	Seleção da amostra	37
2.3	Metafórica dos pseudônimos	39
2.4	Coleta de dados	42
2.5	Análise dos dados	44
2.6	Estados da arte	48
3	**O PAPEL DA ALIMENTAÇÃO NAS ESCOLAS**	**67**
3.1	A legislação da merenda escolar: aspectos importantes	68
3.2	Abrangência da merenda escolar	78
3.3	Agentes que atuam na merenda escolar	79
3.3.1	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)	79
3.3.2	Entidades Executoras	82
3.3.3	Conselho de Alimentação Escolar (CAE)	74
3.3.4	Conselho Federal e Conselho Regional de Nutricionistas	83
4	**A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ÂMBITO ESCOLAR**	**87**
4.1	EAN: um breve contexto	87
4.2	EAN como tema transversal da educação	95

5 A ATUAÇÃO DA MERENDEIRA NO ÂMBITO ESCOLAR: MAIS QUE UMA COZINHEIRA, UM SUJEITO SOCIAL DA EDUCAÇÃO. 98
5.1 A merendeira e o preparo da alimentação escolar: desafios no cotidiano da sua profissão 99
5.1.1 Intensidade do trabalho e a organização do tempo para realizar as tarefas 100
5.1.2 Desfalque no quantitativo da merenda ofertada 108
5.1.3 Dificuldade em cumprir o cardápio 113
5.1.4 Preocupação em agradar ao paladar de todos 114
5.2 Relevância da EAN para a atuação da merendeira 117
5.2.1 O alimento rejeitado pelos alunos 118
5.2.2 A capacitação como forma de valorização 119
5.2.3 Possibilidades de atuação nas ações de EAN 121
5.3 O papel das merendeiras como sujeito social da Educação 125
5.3.1 Percepção da sua importância no ambiente escolar 125
5.3.2 Sentimento de inferioridade 127
5.3.3 A cantina como lugar de memória 128

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 131

REFERÊNCIAS 137

ANEXOS 143

APÊNDICES 155

1 INTRODUÇÃO

Memórias Experienciais de uma nutricionista no PPGEd: Construções e reconstruções

> [...] as lembranças que nos são mais difíceis de evocar são aquelas que não concernem a não ser a nós, que constituem nosso bem mais exclusivo, como se elas não pudessem escapar aos outros senão na condição de escapar também a nós próprios (HALBWACHS, 1990, p. 49).

A motivação, aqui rememorada, é parte da minha Memória Experiencial Intersubjetiva, termo que, segundo Medeiros (2016), é um diálogo internalizado com si próprio e "dinamizado através das experiências sociais, das ações sociais, nas interações com os grupos sociais através das reminiscências no processo evocativo, nas biografias e autobiografias e envolve a memória da ação educativa objetiva, subjetiva e intersubjetiva" (MEDEIROS, 2016, p. 208). É uma memória experiencial que se guarda dentro de si. A autora reforça, ainda, que só se guarda dentro de si aquilo que, de alguma forma, afeta.

Em março de 2019 inicio os meus estudos no PPGEd como aluna especial, cursando a disciplina Conhecimentos e práticas escolares, ministrada pelos professores Drº Ednaldo Medeiros Carmo e Drª Nereida Maria Santos Mafra De Benedicts. Esse foi o primeiro grande desafio. Tudo era muito novo para mim, mas esta vivência e as discussões na disciplina confirmaram o meu interesse pelo Mestrado em Educação.

A Cultura Escolar está entre os aprendizados mais significantes, e porque não dizer, complexos, que a disciplina me proporcionou. Estuda-la é ter a possibilidade de abrir a "caixa preta" da escola e assim entender o que acontece no seu interior (JULIA, 2001).

Tive a oportunidade de conhecer os estudos de autores clássicos como Dominique Julia, referência nos estudos da Cultura escolar, defende a necessidade de conhecer o "chão da escola" para um melhor entendimento do processo de ensino e aprendizagem; Forquin e Chervel, que iniciaram os debates sobre esta temática, desde os anos de 1980 (GONÇALVES, FARIA FILHO, 2005; VIDAL, 2004) - impulsionados pelas discussões de Bourdieu e Passeron, sobre a crise dos sistemas educacionais (VIDAL, 2004); André Chervel e as suas contribuições acerca da história das

disciplinas e suas críticas sobre a importância do saber escolar para a fundamentação teórica desta pesquisa em cultura escolar.

Também, os estudos de Yves Chevellard (que aborda a transposição didática), Antônio Viñao Frago, Antônio Nóvoa, Guy Vicente, Luciano Mendes de Faria Filho, Alice Cassimiro Lopes, Ivani Catarina Arantes Fazenda, Ivor Godson, Vera Tereza Valdemarin que estudam a cultura escolar sobre diversas abordagens e trazem contribuições relevantes para a temática.

Rememoro esses autores e os seus principais focos de investigação para ressaltar a complexidade que foi, para mim, vinda da área de saúde, ter contato com estudos dessa natureza - que representa apenas uma parte do que foi estudado na disciplina.

No início foi difícil. Muitas demandas de estudos associadas a outras responsabilidades, profissionais e acadêmicas, como integrar o grupo de pesquisa sobre os "Efeitos de dietas cetogênicas hiperproteicas ou hiperlipídicas sobre o perfil metabólico e inflamatório de ratos obesos", pela UFBA/BA; organizar e colaborar em projetos de extensão, pela FTC; ministrar cursos e oficinas, pela FTC e, integrar o Grupo de Pesquisa no Ensino de Geografia, onde iniciei os estudos em Educação.

Ao cursar, no segundo semestre de 2019, também como aluna especial, no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEd), a disciplina intitulada "A memória como objeto de pesquisa", encantei-me com a memória como um campo do saber e com as suas possibilidades de investigação na Educação.

Desde então, busquei desenvolver um projeto de pesquisa que possibilitasse um estudo relacional entre a minha área de atuação, a Educação Alimentar e Nutricional e Memória – entendida, neste trabalho, no sentido filosófico, como "uma capacidade de evocar o passado através do presente" (JAPIASSÚ, 1996, p. 128).

Para mim, ficou clara a responsabilidade da nutrição nas escolas como forma de promover hábitos alimentares saudáveis, desde a infância, para contribuir com a redução dos índices de obesidade e de problemas de saúde relacionados a uma má alimentação.

Entendendo a escola como um ambiente privilegiado para o encontro da educação e da saúde (BRASIL, 2009c), uma interação necessária para prolongamento da vida e como um espaço propício para desenvolver as ações educativas em saúde, já que é o espaço onde as crianças e os adolescentes devem passar a maior parte do seu tempo (BERNARDON *et al*., 2009), o meu olhar como nutricionista, desde 2016, naquele ambiente, se direciona, principalmente, para a cantina da escola, pois lá,

algumas áreas da nutrição se relacionam como, por exemplo, a segurança alimentar e nutricional e as boas práticas de fabricação.

A merenda escolar esteve presente em toda a trajetória da minha Educação Básica. Tenho muitas memórias construídas com as merendeiras. Elas sempre tiveram algo para contribuir, seja nos aspectos relacionados com a alimentação, seja nos aspectos relacionados à formação moral do aluno.

Guardo lembranças, especificamente, de uma merendeira nos anos de 1990, quando cursei o ensino médio. Certamente, ela também faz parte da memória coletiva dos meus colegas daquela época. Com ela, vivenciei a importância da empatia e da generosidade. Muito carinhosa com todos, com gestos simples e significantes, era conhecida por guardar uma "merendinha", a que sobrava do turno vespertino, para aqueles alunos que chegavam mais cedo e famintos na escola. Eles eram, na sua maioria, jovens e adolescentes que conciliavam a vida escolar com o início da vida profissional. Por conta disso, aliado a outras questões, como uma situação financeiras desfavorável, não se alimentavam antes de irem para a escola.

Ela estava entre os sujeitos desta pesquisa, com o codinome "sopa", mas, infelizmente, no dia 27 de agosto, faleceu vítima do COVID-19. Embora não esteja presente para participar da nossa pesquisa, a memória social do colégio em que ela trabalhou e os relatos dos grupos sociais aos quais ela pertencia, serão utilizadas para a reconstituição da memória da merendeira escolar.

Vale ressaltar, que a minha experiência como nutricionista, entre os anos de 2016 e 2020, em projetos de extensão, realizados em escolas municipais, nas cidades de Anagé, Mucugê e Vitória da Conquista me permitiram comprovar a importância e a necessidade da alimentação escolar no cotidiano dos alunos da rede pública. Muitos deles possuíam apenas a merenda escolar como fonte adequada de nutrientes e/ou de aporte calórico diário. E "comer a merenda", como alguns alunos diziam, estava entre os principais motivos pelos quais eles ansiavam em ir para a escola.

Esta realidade não era muito distante dos relatos que eu ouvia de colegas que atuavam em outras escolas deste ou de outros municípios. No entanto, mais que a função de "mata a fome", a merenda escolar tem uma função pedagógica, a de transmitir conhecimentos significativos para o aluno acerca do alimento, dos princípios para uma alimentação saudável, do respeito aos hábitos alimentares e da valorização da agricultura familiar. Esses conhecimentos são aplicáveis na sua realidade; são conhecimentos que podem ser utilizados e replicados nas suas vivências.

Ante ao meu desejo de pesquisar a temática “merenda escolar”, reconhecendo a sua importância para o processo de Educação, para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para toda a sociedade, a minha orientadora me propôs um estado da arte sobre. Esse estudo me possibilitou, conforme ela costumava ressaltar, um entendimento sobre os aspectos necessários para desenvolver a pesquisa e as possiblidades de encontrar as lacunas existentes, que demandavam estudos aprofundados. Assim, decidimos pesquisar o tema e colocar a merendeira como objeto desta pesquisa.

Da decisão de colocar a merendeira como protagonista da nossa investigação, aliada ao desejo de um estudo relacional entre a Memória e a Educação Alimentar e Nutricional, nasce o embrião de uma pesquisa que resultou nesta dissertação intitulada Memória de merendeiras sobre a alimentação escolar: concepções e contribuições.

1.2 Questão de pesquisa

A dissertação, intitulada “Memória de merendeiras sobre a alimentação escolar: concepções e contribuições”, foi desenvolvida no âmbito do curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, em Nível de Mestrado, inserida na Linha de Pesquisa Formação, Linguagem, Memória e Processos de Subjetivação, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEd), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

O questionamento motivador desta pesquisa foi compreender qual é o papel das merendeiras nas escolas, as suas concepções e contribuições, na sua subjetividade, para o processo de educação alimentar e nutricional na educação básica das escolas.

Para responder a questão central, indagou-se também, quem é essa merendeira? Como foi construída a sua relação com os alimentos e com os alunos nas escolas? Ela reconhece a importância do seu papel no processo de aprendizagem? É possível evidenciar as suas contribuições para o processo de educação alimentar e nutricional dos alunos? Quais as suas atribuições no ambiente escolar? Como é a sua rotina e sua jornada de trabalho? Como ela foi e está sendo capacitada para atuar no preparo desses alimentos? Ela possui os conhecimentos básicos necessários para a elaboração de uma alimentação escolar segura? Conhece os riscos da sua profissão? Quais são os seus desafios?

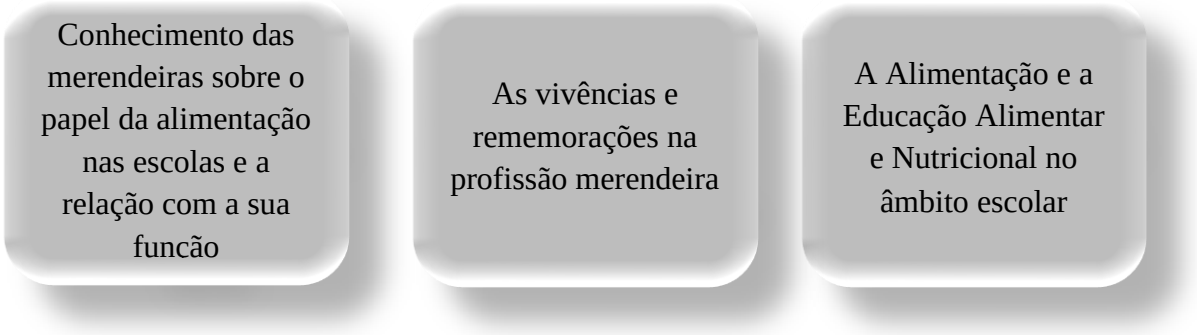
1.3 Objetivos da pesquisa

O estudo teve o objetivo de compreender, por meio da (re) construção da memória, o papel das merendeiras nas escolas, suas concepções e suas contribuições para o processo de educação alimentar e nutricional na educação básica das escolas publicas.

Para alcançar esse objetivo, os seguintes objetivos específicos foram delineados:

- Estudar na legislação educacional, o papel da alimentação nas escolas e a sua relação com a função das merendeiras;
- Compreender a Educação Alimentar e Nutricional no âmbito escolar;
- Refletir sobre o papel das merendeiras como sujeito social da educação;
- Analisar os desafios enfrentados na trajetória profissional das merendeiras e evidenciar as suas contribuições tanto para o processo de aprendizagem quanto para processo de educação alimentar e nutricional dos alunos.

Com base nesses objetivos, foram construídas as seguintes categorias de campo:



Estas categorias nortearam a construção do roteiro da entrevista com as merendeiras e direcionaram a elaboração dos tópicos apresentados no capítulo 5.

1.4 Justificativa e relevância do estudo

A pesquisa justifica-se, principalmente, pela necessidade de dar voz às merendeiras, de transformar os seus testemunhos como parte da memória escolar e social e dar-lhes visibilidade e valorização como sujeitos que estão dentro da escola, que fazem parte do processo educativo, que contribui para o processo de EAN e que são indispensáveis para a Educação Básica da rede pública.

O estudo tem grande relevância para o Programa de Pós-Graduação em Educação da UESB (PPGEd/UESB), pois não existem trabalhos, no catálogo de teses e dissertações do PPGEd, que façam menção a esse sujeito e, justamente por tratar-se de um sujeito da educação, é necessário que suas concepções e contribuições façam parte do acervo deste programa.

1.5 A merendeira como sujeito da pesquisa

É importante ressaltar, que a comunidade escolar faz parte das ações do PNAE. Dentre esses sujeitos estão o nutricionista, os pais dos alunos, os alunos, os professores e a merendeira. A merendeira, sujeito do presente estudo, é a responsável direta pela produção da alimentação escolar, mas a sua função vai além. Suas responsabilidades estão diretamente ligadas à educação alimentar e à segurança alimentar na escola. Contudo, nem sempre, o seu papel social é evidenciado nesse processo e a sua voz pouco é ouvida.

Embora não faça parte do corpo docente da escola, ela participa do processo educacional escolar. Seu trabalho envolve não somente o preparo e a distribuição das refeições, como também, em muitas escolas, organização e disciplina dos alunos. Conforme ressalta Mariana (2013), ela se envolve no cotidiano do aluno em diversos aspectos:

> Por sua experiência e convivência com os alunos, a merendeira, consegue perceber e resolver problemas que afetam a escola como um todo, agindo afetuosamente, comprometendo-se pelas questões do cotidiano escolar, extra-sala, coisa que, para um professor, seria de difícil solução (MARIANA, 2013 p.46).

Corroboramos com o pensamento da autora sobre a importância do papel exercido pela merendeira no espaço escolar. Nele, ela pode atuar como educadora alimentar e ajudar na formação de bons hábitos alimentares dos seus alunos e ainda, passar conhecimentos que serão utilizados para a vida.

Diante da importância da merenda escolar para o processo de Educação, para o crescimento e desenvolvimento dos alunos e para toda a sociedade, optou-se pesquisar o tema e colocar a merendeira como objeto dessa pesquisa. Para mapear os diversos estudos, no cenário acadêmico, sobre a temática, foi realizado um estado da arte que,

além de contribuir para uma melhor construção do objeto de estudos, permitiu o entendimento de questões importantes sobre o sujeito da pesquisa.

O mapeamento demonstrou necessidade de estudos aprofundados para dar voz às merendeiras e compreender os seus desafios e as suas contribuições para o processo de aprendizagem dos alunos o testemunho foi utilizado para a reconstrução da memória, pois "[...] é um recurso muito importante para a reconstrução da memória, é por meio dele que podemos vivenciar a memória de mulheres que foram, no tempo e no espaço, protagonistas de uma realidade de vida" (DE BENEDICTIS, 2020).

1.6 Contexto do Surgimento do PNAE

Para uma melhor apreensão do objeto estudado, foi imprescindível conhecer o contexto de surgimento do PNAE como uma política pública de Estado. Atualmente, esse programa, se universalizou e é referência para outros países, particularmente por ser o único programa de alimentação escolar que alcança a todos os estudantes da rede pública de ensino. Seus benefícios se estendem para toda a sociedade, pois além de possibilitar uma alimentação escolar de qualidade e favorecer o desenvolvimento biopsicossocial do aluno, contribui, significativamente, na diminuição dos índices de evasão escolar. Sua atuação foi considerada um importante aporte para a retirada do Brasil, em 2014, do mapa da fome da Organização das Nações Unidas (ONU) mediante, principalmente, suas ações de valorização agrícola, de apoio à agricultura familiar e a de movimentar a economia local (BRASIL, 2015, 2017, 2017b).

As primeiras iniciativas para oferecer alimento escolar ocorreram a partir de 1930 por meio de ações sociais emprenhadas nesse fim. Desde então, o Programa sofreu transformações e assumiu diversas nomenclaturas, como Campanha de Merenda Escolar, em 1955; Campanha Nacional de Merenda Escolar, em 1956; e Programa Nacional de Alimentação Escolar, em 1979 – esta nomenclatura é utilizada até os dias atuais, conforme pode ser observado no Quadro 1 (p. 25).

Na década de 1940, por meio dos movimentos sociais, arrecadava-se dinheiro para formar as "caixas escolares" que eram direcionadas para a compra de alimentos para produzir a merenda na escola. Embora o Governo não participasse dessas ações, percebia os resultados benéficos para o rendimento escolar (BRASIL, 2015, 2017, 2017b); (SANTOS, COSTA E BANDEIRA, 2016). Santos, Costa e Bandeira (2016) apresentam que,

> Na década de 1940, as escolas públicas utilizavam as "caixas escolares", para arrecadar recursos para a compra da alimentação dos seus alunos. Nesse período, o Governo Federal passou a se preocupar com a permanência dos alunos nas escolas, assim como em reduzir a desnutrição infantil no Brasil (p.312).

De acordo com a Cartilha Nacional de Alimentação Escolar (2015), o Instituto Nacional de Nutrição propunha que estratégias semelhantes fossem realizadas. Esse feito é considerado o "embrião do atual PNAE" (p.54). Em 1950, se estrutura o Programa Merenda Escolar por meio da criação do Plano Nacional de Alimentação e Nutrição (BRASIL, 2015). Em 1955 a Campanha da Merenda Escolar (CME) é instituída pelo Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955 (BRASIL, 1955).

> Art. 2º Cabe à Campanha de Merenda Escolar, dando cumprimento ao que dispõe o item 3º, alínea b, do art. 2º do Regimento aprovado pelo Decreto nº 34.078, de 6 de outubro de 1953:
> a) incentivar, por todos os meios a seu alcance, os empreendimentos públicos ou particulares que se destinam proporcionar ou facilitar a alimentação do escolar, dando-lhe assistência técnica e financeira;
> b) estudar e adotar providências destinadas à melhoria do valor nutritivo da merenda escolar e ao barateamento dos produtos alimentares, destinados a seu preparo;
> c) **promover medidas para aquisição dêsses produtos nas fontes produtoras ou mediante convênios com entidades internacionais,** inclusive obter facilidades cambiais e de transportes, para sua cessão a preços mais acessíveis (BRASIL, 1955). (grifo nosso)

Nota-se que, naquele período, a merenda escolar era proveniente da doação de Órgãos Internacionais. Para manter a campanha eram firmados acordos internacionais que, conforme Boog (1997; 2011), vinham, principalmente, dos Estados Unidos – que precisava escoar a sua produção para equilibrar os preços dos seus cereais.

É perceptível, no Art. citado, que a nutrição atendia a interesses políticos e econômicos, sem que houvesse uma preocupação com a cultura ou com a aceitabilidade do alimento oferecido. Ainda assim, esta foi uma importante ação do governo para contribuir com a diminuição da fome e da desnutrição.

Algumas regiões eram mais vulneráveis e "a região Nordeste foi privilegiada com essa ação, em virtude da maioria dos escolares apresentarem desnutrição" (SANTOS; COSTA; BANDEIRA, 2016, p.312).

> O caso do Nordeste é o mais alarmante porque aí se concentra um terço da população brasileira, que vive em condições econômicas bem precárias, como tive ocasião de demonstrar. E, no entanto, toda a política econômica brasileira conspira contra a verdadeira integração econômica desta área do país (CASTRO, 1984, p. 285).

Os estudos de Josué de Castro (1984) foram uma importante contribuição para evidenciar a fome no Brasil e trouxe à tona, uma realidade ocultada nas estatísticas e análises oficiais daquela época. Ele foi pioneiro nos estudos da fome no Brasil. Foi o primeiro a afirmar que ela existia no país, assim como em outros lugares do mundo, e a relacioná-la como um problema político e social. No prefácio do seu livro Geografia da fome, publicado em 1946, ele chama a atenção para a complexidade e relevância desta temática:

> O assunto deste livro é bastante delicado e perigoso. A tal ponto delicado e perigoso que se constituiu num dos tabus de nossa civilização. É realmente estranho, chocante, o fato de que, num mundo como o nosso, caracterizado por tão excessiva capacidade de escrever-se e de publicar-se, haja até hoje tão pouca coisa escrita acerca do fenômeno da fome, em suas diferentes manifestações (CASTRO, 1984, p. 29).

A citação evidencia a importância desses estudos para os debates políticos e sociais e para o início das discussões teóricas sobre a fome no cenário acadêmico. No livro, ele desenha o mapa da fome no Brasil, em uma sistematização de cada lugar onde ela acontece e a localização das suas vítimas. Esse mapa foi dividido em: Amazônica, Nordeste açucareiro, Sertão nordestino, Centro-oeste e Extremo sul. Desta forma, ele faz uma análise da correlação entre ecologia e alimentação para investigar o porquê da fome e quais são os fatores que implicam sobre ela (SILVA, 2009).

O desenho em questão toma como premissa os sistemas alimentares e busca evidenciar diferentes realidades no país bem como apoiar (ou criar) as políticas públicas de cada região (CASTRO, 1984). “Esta obra representou um marco no estudo da realidade brasileira, primeiro por mapear a fome e revelar os seus nichos e, segundo, por correlacionar fome e subdesenvolvimento, ou seja, por considerá-la uma questão política” (SILVA, 2009, p. 60).

Em 1956, visando abrangência nacional, a Campanha passou a denominar-se Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), conforme Decreto nº 39.007 de abril de 1956 (BRASIL, 2017).

Por meio do Decreto nº 56.886, de 20 de setembro de 1965, foi alterada para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE). Naquele momento, surgiram programas de ajuda americana como Alimentos para a paz e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU). Entretanto, diante do predomínio de Organismos Internacionais no programa, não havia regularidade no fornecimento e a abrangência não atingiu os níveis almejados.

Em 1960, o Governo inicia à compra de produtos nacionais para suprir a alimentação escolar (SANTOS; COSTA; BANDEIRA, 2016). O estudo de Peixinho (2013) destaca que houve um crescimento de várias empresas nacionais que forneciam alimentos e que passaram a produzir sopas e mingaus para a merenda escolar daquela época. Assim, "A década de 1970 foi marcada pela participação prioritária de gêneros comprados nacionalmente" (p. 911).

Enfim, em 1979, o programa passa a ser denominado Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O Quadro 1 (p. 25), apresenta um resumo dos principais pontos dessa trajetória e o Quadro 2 (p. 26), uma síntese da legislação que dispõe sobre o oferecimento da merenda escolar.

QUADRO 1: Linha do tempo sobre o surgimento do PNAE

Período	Fato	Legislação
1930	Surgem as primeiras iniciativas sociais para oferecer merenda escolar	
Década de 1940	Surgem as "caixas escolares" Para oferecer, ao aluno, alimento durante a sua permanência na escola	
1950	É criado o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição através do qual se estruturou o Programa Merenda Escolar	
1955	Campanha da Merenda Escolar (CME) é instituída	Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955.
1956	Campanha passou a denominar-se Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME)	Decreto nº 39.007 de abril de 1956
1965	alterada para Campanha Nacional de	Decreto nº 56.886, de

	Alimentação Escolar (CNAE)	20 de setembro de 1965
1960	Governo deu início à compra de produtos nacionais para suprir a alimentação escolar	
Década de 1970	Participação prioritária de gêneros comprados nacionalmente (devido ao crescimento de empresas nacionais que fabricam alimento)	
1979	O programa passa a se denominar Programa Nacional de Alimentação Escolar, o PNAE.	

Fonte: Peixinho (2013); Santos, Costa e Bandeira (2016); Cartilha Nacional de Alimentação Escolar (2015).
Elaboração: DIAS, M.S.O. (2021).

QUADRO 2: Síntese da legislação que dispõe sobre o oferecimento da merenda escolar

Lei/Data	Objetivo da Lei	Disposição	Observação
Constituição Federal 1988		**Art. 208**. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: **VII** - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.	Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009.
Lei Nº 9.394 20 de dezembro de 1996.	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	**Art. 4º** O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: **VIII** - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;	Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013.
Lei 12.796 16 de maio de 2018	Altera a Lei nº 9.394 (LDBEN) para dispor sobre a	**Art. 4º**, inciso **VIII** - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;	Alterou a redação do inciso VIII, do Art. 4º, da Lei

	formação dos profissionais da educação e dar outras providências.		9.394/1996.

Fonte: Constituição Federal 1988 e das Leis nº 9.394/1996; 12.796/2018.
Elaboração: DIAS, M.S.O.

1.7 A memória como campo do saber e as suas possibilidades de investigação na Educação.

Este estudo foi realizado sob a perspectiva da memória, categoria que se faz presente em todo o corpo desta pesquisa como forma de (re) construção das vivências das merendeiras. Para tanto, é importante um entendimento desta palavra, não sob o aspecto psíquico, mas sob o aspecto social, como um processo que, segundo Halbwachs (1990), é construído pelas lembranças individuais e coletivas sob a influência das relações e dos grupos sociais que o indivíduo participa.

Os estudos Halbwachianos são referência para essa compreensão e o livro A Memória Coletiva (HALBWACHS, 1990), obra póstuma, publicada pela primeira vez em 1950, ancora a fundamentação central desta pesquisa. No livro, o autor amplia a concepção de memória ao cunhar o termo memória coletiva.

Para Halbwachs (1990), a memória individual existe, mas está enraizada dentro dos quadros da memória e não pode ser concebida, exclusivamente, por pensamentos ou experiências individuais isoladas do contexto social. Segundo ele, o individuo nasce desprovido de memória e só é capaz de recordar à medida que participa de um grupo social como a família, amigos, escola, trabalho, igreja, dentre outros. Para exemplificar, ele faz uso de uma narrativa que descreve os lugares por onde passou e as pessoas com quem se relacionou quando chegou a Londres, pela primeira vez. Diante desta construção, ele reforça que a memória tem um caráter coletivo e indaga: “diremos que desse passeio eu não possa guardar senão lembranças individuais, que não sejam senão minhas?” (p. 26). Ele constata que as memórias, ora construídas, são fruto das relações com os grupos (arquiteto, pintor...) que ele interagiu.

Nesse sentido, embasada nos estudos de Halbwachs, Nora (1993) afirma que “a memória emerge de um grupo que ela uni [...] há tantas memórias quantos grupos existem” (p. 09).

Ambos os autores permitem a compreensão da inexistência de uma memória apartada da sociedade; que a memória individual dialoga com as experiências ao passo que "não está inteiramente isolada e fechada. [...] ela se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade" (HALBWACHS, 1990, p. 54). Nesse contexto, memória individual e memória coletiva são indissociáveis uma da outra; estão ancoradas na sociedade e carregadas de significados norteadores para a construção e para a (re) construção da trajetória de vida das pessoas.

Na compreensão da memória como uma construção social, Maurice Halbwachs (1990) concebe que ao evocar as próprias lembranças, os indivíduos podem recorrer às lembranças de outros. O apelo aos testemunhos pode ser utilizado como forma de completar e até fortalecer o que se sabe sobre um evento, assim,

> Certamente, se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossas lembranças, mas também sobre as dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias (HALBWACHS 1990, p. 25).

Importante ressaltar que, para o autor, o primeiro apelo que se faz é ao próprio testemunho em um confronto entre as percepções atuais e a visão dos acontecimentos passados. Desta forma, vários depoimentos podem ser confrontados.

Para Ricoeur (2007), o testemunho é um rastro do passado evocado no presente. Suas concepções permite toma-lo como um importante instrumento metodológico para a reconstrução da memória. Tanto as memórias individuais quanto as memórias coletivas, considera o autor, são guardiãs do que aconteceu. De Benedictis (2016), usa a noção do autor para afirmar que,

> [...] a memória pode ser concebida não somente como uma ferramenta de guardar dados mnemônicos, mas, sobretudo, como uma capacidade de (re) significação dos fatos e de sua representação, que podem ser rememorados quando evocadas aos grupos sociais ou aos sujeitos aos quais fazem parte (DE BENEDICTIS, 2016, p. 73).

É necessário esclarecer que o indivíduo pode pertencer, simultaneamente, a vários grupos e em cada um deles deixará a sua marca. Do mesmo modo, ele o molda (o grupo) e é moldado por ele de acordo com as suas concepções e com os seus valores. Para Mendes (2009), a memória dá sentido ao passado de um grupo e lhe confere uma identidade peculiar.

Halbwachs (1990) ressalta que não existe uma memória coletiva dissociada do tempo e do espaço, pois "É sobre o espaço, sobre o nosso espaço [...] que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças" (p. 143). O autor reforça que o grupo social está inserido em um espaço.

Em consonância, De Benedictis (2016) enfatiza que "não podemos estudar uma determinada sociedade, sem, contudo, observar as distintas configurações espaciais, pois a mesma não submerge, mas contém informações, lembranças e marcas de diversos tempos" (p.79). Esse entendimento é valoroso para a compreensão da cantina da escola como o espaço da merendeira, um espaço onde as vivências são fortalecidas.

O "lugar de memória", uma importante abordagem francesa, criada por Pierre Nora (1993), visa estabelecer uma relação dos lugares, entre o passado e o presente para preservar as memórias coletivas dos lugares. Esta concepção inspirou a construção do tópico "A cantina como lugar de memória", apresentada no capítulo cinco desta dissertação.

Para Nora (1993), "os lugares de memória são, antes de tudo, restos" que buscam estabelecer uma relação entre o presente e o passado como forma de preservar a memória coletiva destes lugares ao ponto que "nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas ações não são naturais" (NORA, 1993, p. 12 e 13). Todos esses elementos são em decorrências da vontade de memória, da vontade de preservar.

Conforme evidencia Nora (1993), "À medida que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi [...]" (p. 15) porque precisa de lugares que transporte a memória.

Halbwachs (1990) nos permite compreender, ainda, que a memória é disputada e está associada com a relação de poder; que ela pode ser herdada e não somente vivida; que todos somos guardiões de uma memória, pois sempre existe alguém, em um grupo, que preserva suas memórias; que ela não existe dissociada do tempo e, por isso, está "aberta à dialética da lembrança e do esquecimento" (NORA, 1993, p. 9), o que revela o seu caráter seletivo.

Gondar (2016) corrobora que a memória "[...] é, simultaneamente, acúmulo e perda, arquivo e restos, lembrança e esquecimento." (p. 19). A seletividade da memória

foi um aspecto relevante para a análise dos testemunhos dessa pesquisa, principalmente, para compreender que o processo de lembrança e esquecimento coesistem, embora pareçam se opor. A autora permite, ainda, repensar a seletividade como algo negativo e sim como uma forma utilizada pelas merendeiras para definir o que deve ou não ser perpetuado.

Vinculada ao tempo e ao espaço, a memória é constituída por suportes materiais, como objetos, ou imateriais como cheiro e sabores. Ela está vinculada, também, com o afeto, algo que marca, pois o individuo constrói o sentido e os valores do acontecimento rememorado. Nessa concepção, Gondar (2005, p.25) afirma que "não existem, contudo, memórias fora de um contexto afetivo. Se, como artifício explicativo, desdobrarmos o processo de produção da memória em algumas etapas, devermos considerar o afeto como a primeira".

O estudo da memória apresenta inúmeras possibilidades para a compreensão do passado. Embora memória e história tenham a premissa de evocá-lo, elas possuem compreensões distintas. Retomando as oposições de Halbwachs, que buscava distinguir a significância destas duas palavras, Nora (1993) contesta o pensamento de Paul Ricoeur – para ele, memória e história não se contrapõem, se complementam – ao afirmar que "longe de serem sinônimos, tomemos consciência que tudo opõe uma a outra". Nessa concepção, estabelece diferenciações entre ambas, conforme apresenta o quadro 3 (página 30).

QUADRO 3: Distinções entre memória e história segundo Pierre Nora (1993)

Memória	História
➢ Carregada por grupos vivos; ➢ Em constante evolução; ➢ Emerge de um grupo que ela uni; ➢ Há tantas memórias quantos grupos existem; ➢ Aberta à dialética da lembrança e do esquecimento; ➢ Um fenômeno atual, sempre vivido no eterno presente; ➢ Afetiva e mágica;	➢ Reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais; ➢ É universal: pertence a todos e a ninguém; ➢ Demanda análise e discurso crítico. ➢ Desligitimação do passado vivido; ➢ É registro, distanciamento, problematização, crítica, reflexão; ➢ Só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas;

➢ Está enraizada no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto; ➢ Se alimenta das lembranças vagas e telescópicas.	

Fonte: Nora (1993, p. 9) – Entre memória e História: a problemática dos lugares.
Elaboração e criação DIAS, M.S.O. (2020)

O quadro 3 (P. 30) apresenta elementos importantes para a compreensão do processo de construção da memória das merendeiras, ora apresentadas neste estudo. Em consonância, Gondar (2005, p. 18) expõe que a memória "[...] não nos conduz a reconstituir o passado, mas sim a reconstruí-lo com base nas questões que nos fazemos, que fazemos a ele, questões que dizem mais de nós mesmos, de nossa perspectiva presente, que do frescor dos acontecimentos passados".

De todas as experiências que nós vivemos no aqui e no agora, selecionamos, como impressões ou lembranças, aquelas que nos afetam em um campo de relações. Todavia o que nos afeta é o que rompe com a mesmidade em que vivemos: a mesmidade não nos impressiona ou nos marca (GONDAR, 2005, p. 25).

Para Mendes (2009), "A memória pode ser vista, então, como legítima experiência coletiva [...] enquanto há o que recordar, o passado se enlaça no atual e conserva a vivacidade cambiante que significa uma ausência em presença" (p. 53).

Sob o entendimento da complexidade da memória, Gondar (2016) afirma que "[...] a memória não pode ser definida de maneira unívoca por nenhuma área de conhecimento" (p. 20), pois,

> [...] um conceito costuma nos dizer o que alguma coisa é, no presente, no passado e no futuro, a despeito de qualquer mudança. A memória, contudo, nunca é: na variedade de seus processos de conservação e transformação, ela não se deixa aprisionar numa forma fixa ou estável. (GONDAR, 2016, p. 19).

Diante da dificuldade para definir ou explicar a memória, a autora afirma que ela deve ser "pensada".

Maurice Halbwachs (1990) apresenta importantes proposições no estudo da memória. Pioneiro no entendimento da memória como um *constructo* social, ele toma, como centro das suas discussões, as relações da memória e da sociedade. É importante ressaltar que o estudo dessa temática é complexo e envolve uma multiplicidade de conhecimentos e de abordagens.

2 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Esta investigação se propõe a reconstruir a memória das merendeiras nas escolas públicas e a compreender o seu papel, suas concepções e contribuições para o processo de educação alimentar e nutricional na educação básica. Pra tanto, utilizou-se de uma abordagem qualitativa, pois segundo Ludke e André (1986), a abordagem metodológica utilizada em uma pesquisa é determinada pela natureza do problema. Portanto, estudar com rigor científico, a realidade destes sujeitos, requer a utilização de vertentes dessa abordagem, porquanto os estudos qualitativos oferecem a possibilidade de uma melhor relação entre teoria e prática e fornecem ferramentas eficazes para a interpretação e compreensão dos fenômenos relacionados a questões educacionais.

Da mesma forma, outros autores como Godoy (1995) e Goldenberg (2004) entendem que a pesquisa qualitativa, ao contrário da abordagem quantitativa, que procura enumerar ou mensurar os eventos estudados, busca compreender os fenômenos segundo as perspectivas dos sujeitos. Isto reforça que a abordagem qualitativa é a mais indicada para a investigação e compreensão da merendeira como sujeito da educação.

O método dialético foi aplicado para verificar como são estabelecidas as relações da merendeira. Neste estudo, a memória é um importante recurso utilizado para dar voz a estas mulheres que têm uma invisibilidade na sociedade. Ao ouvir os seus testemunhos, questões relacionadas às condições econômicas, certamente, serão apontadas. No entanto, esse não é o foco na investigação da construção e (re) construção da memória das merendeiras.

Este estudo iniciou-se com uma pesquisa exploratória que proporcionou maior familiaridade com o objeto. Inicialmente, foi feita uma pesquisa de campo no Arquivo Municipal de Vitória da Conquista/BA para levantar documentos e fotos. Em virtude do senário de pandemia, não foi permitido manusear o acervo deste arquivo que, por medidas de segurança, estava restrito aos seus funcionários. Deste modo, a pesquisa foi feita por eles. Dentre o material encontrado, relacionados à merenda escolar na cidade ou às merendeiras, destacam-se as fotos do Conselho de Alimentação Escolar (Figuras 1 e 2, p. 33), do antigo depósito da merenda escolar (Figura 3, p. 34), e do treinamento das merendeiras (Figura 4, p. 34).

FIGURA 1 – Foto do Conselho de Alimentação Escolar de Vitória da Conquista - BA (datas desconhecidas)

Fonte: Arquivo Municipal de Vitória da Conquista (2020)

FIGURA 2 – Foto do Conselho de Alimentação Escolar de Vitória da Conquista - BA (2002)

Fonte: Arquivo Municipal de Vitória da Conquista (2020)

FIGURA 3 – Foto do antigo depósito da merenda escolar (1990)

Fonte: Arquivo Municipal de Vitória da Conquista (2020)

FIGURA 4 – Foto do treinamento das merendeiras por Nutricionista do PNAE (2000)

Fonte: Arquivo Municipal de Vitória da Conquista (2020)

Por meio da pesquisa exploratória, com professores, diretores de escolas e com nutricionistas que atuam na merenda escolar, foram pré-selecionadas algumas merendeiras para contribuir com esta investigação.

Por conseguinte, nos meses de julho, agosto e setembro de 2020, feita uma investigação de cunho teórico para conhecer e analisar o material escrito sobre a temática estudada. O estudo, apresentado no tópico Estado da Arte, (p. 48), foi relevante para a compreensão de conceituações e de considerações de autores clássicos e de autores contemporâneos.

O Estado da Arte possibilitou o reconhecimento de fontes secundárias que contribuíram para fundamentar a construção deste estudo. Foram selecionados autores como Albaneide Maria Lima Peixinho[1] que, além de ter atuado na coordenação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), dissertou sobre o histórico do PNAE (mestrado), possui diversos estudos sobre a merenda escolar – alguns utilizados como referencia para a confecção de diversos documentos do Governo que tratam da temática; Maria Cristina Faber Boog[2] se dedica ao estudo da Educação Alimentar e Nutricional (desde a sua dissertação e da sua tese doutoral), criou a primeira linha de pesquisa específica sobre Educação Alimentar e Nutricional no Brasil e fornece importantes reflexões sobre as possibilidades e os desafios acerca da história da EAN.

Para Goldenberg (2004), a busca teórica, permite elevar a experiência do pesquisador, proporcionou uma melhor apreensão da memória como um recurso metodológico, foi relevante para a compreensão do objeto de estudos e para a construção das categorias memória, merenda escolar, EAN e merendeiras.

Na categoria merenda escolar, foi realizada uma pesquisa documental pautada no estudo da legislação educacional, da Constituição Federal, das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dos normativos do Ministério da Educação (MEC), das leis que sustentam o Programa Nacional de Alimentação Escolar, dos documentos normativos e/ou orientativos que abordam a alimentação nas escolas e nos demais documentos elaborados e distribuídos pelos sites governamentais.

Na categoria Educação Alimentar e Nutricional, buscou-se atender ao segundo objetivo específico desta investigação, o de compreender a EAN no âmbito escolar. Ela, por meio das suas ações, visa "o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a

[1] Informações retiradas do Currículo Lattes (Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/5898617260103093)
[2] Informações retiradas do Currículo Lattes (Endereço para acessar esse CV: http://lattes.cnpq.br/0266255803737965) e conforme site da autora. Disponível em https://educacaoemnutricao.com.br/site/

aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos" (BRASIL, 2009, Art. 4º).

Sobre a categoria memória, foi feita a leitura e fichamento de obras como a de Halbwachs (1990), que possibilitou o entendimento da memória individual e coletiva; Paul Ricoeur (2007), para abordar a memória documental; Gondar (2005, 2016), para discutir as noções de memória individual, memória coletiva e memória social; Nora (1993), para uma compreensão da cantina como lugar de memória e, De Benedicts (2016, 2020), para ancorar os nossos estudos sobre memória e sobre o testemunho como um importante recurso para (re) construção da memória.

2.1 Organização da dissertação

O terceiro capítulo apresenta um estudo da legislação com importantes pontuações acerca do papel da alimentação nas escolas e sobre a sua relação com a função que a merendeira desempenha. Este estudo, realizado a partir da Constituição Federal de 1988, transcorre pela legislação do PNAE e pela legislação escolar. Ele esta dividido em três tópicos: o primeiro versa sobre a legislação da merenda escolar e aponta os aspectos importantes para a compreensão dos seus conceitos, princípios e diretrizes; o segundo tópico versa sobre a abrangência da merenda escolar; no terceiro tópico, são apresentados os principais agentes responsáveis pelo funcionamento do PNAE;

O capítulo quatro apresenta a EAN no âmbito escolar. Nesta construção buscou-se evidenciar sua importância nesse ambiente e as suas discussões tanto nos documentos normativos quanto na legislação. O capítulo se divide em dois tópicos: o primeiro apresenta um breve contexto da EAN e ressalta as principais contribuições para o desenvolvimento pleno do aluno; o segundo tópico busca evidencia a importância e a necessidade da EAN como tema transversal da Educação.

O capítulo cinco apresenta as narrativas e a interpretação das falas dos sujeitos da pesquisa. Por meio delas, foi feita uma reflexão sobre as suas percepções acerca da merenda escolar e de si mesma enquanto um sujeito social e profissional da educação. Nesse capítulo, são apresentadas as categorias construídas com base nos objetivos específicos desta pesquisa. As subcategorias foram construídas a partir do estudo do referencial teórico e das percepções obtidas no decorrer da pesquisa de campo, elas embasaram a construção do capítulo em tópicos organizados para evidenciar as suas

percepções, as contribuições e os desafios que foram enfrentados pelas merendeiras na sua trajetória profissional.

O capítulo esta dividido em três tópicos: o primeiro destaca os desafios das merendeiras no preparo da alimentação escolar – que é feita por meio das categorias intensidade do trabalho realizado, desfalque no quantitativo da merenda, dificuldade em cumprir o cardápio e, preocupação em agradar ao paladar de todos; no segundo tópico, é abordada a relevância da EAN para a atuação das merendeiras bem como as suas percepções sobre as categorias alimento rejeitado, capacitação e atuação como educadora em EAN; o tópico três versa sobre a percepção que as merendeiras têm sobre o seu papel, como sujeito social da educação; sobre a sua importância e sobre o seu sentimento de inferioridade.

É importante salientar que, embora o capítulo cinco seja destinado a apresentar as narrativas das merendeiras, suas falas podem ser encontradas em diferentes pontos deste trabalho, como por exemplo, na abordagem metodológica, sobre a metafórica dos pseudônimos.

2.2 Seleção da amostra

Os sujeitos da pesquisa foram selecionados mediante uma pesquisa de campo. Por meio da memória social de professores, ex-alunos e de outros profissionais da educação, nomes foram indicados para colaborar com a investigação; os nomes apontados foram abordados e todos sinalizaram positivamente.

Em se tratando da definição da amostragem, Minayo (2001, p. 43) defende que "a pesquisa qualitativa não se baseia em critério numérico para garantir a sua representatividade" e, ainda, que "a amostragem boa é aquela que possibilita abranger totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões". Diante deste pressuposto, oito merendeiras foram selecionadas para compor esta pesquisa.

Esta pesquisa contempla merendeiras que atuam nas cidades de Vitória da Conquista, Anagé e Rio de Contas, todas na Bahia. A opção por três cidades se dá pelo entendimento da importância de averiguar as realidades retratadas em diferentes localidades.

As entrevistadas têm entre 39 e 65 anos de idade; duas finalizaram o ensino fundamental e seis concluíram o ensino médio; trabalham na cidade onde nasceram, com exceção da Merendeira Sopa *in memória* e da Merendeira Mingau de Milho, que

está aposentada; a jornada de trabalho compreende oito horas diárias, que variam entre um ou dois turnos de trabalho, ajustados de acordo com a realidade de cada escola e com as necessidades das merendeiras.

A amostra é composta por merendeiras concursadas e contratadas, com atuação entre os anos 1990 até os dias atuais. Vale frisar, que algumas trabalharam por meio de contrato, em algum momento da trajetória, antes de serem aprovadas no concurso público para o cargo – a experiência como contratada possibilitou um entendimento da dinâmica e dos benefícios da profissão. Exemplificamos com o caso da Merendeira Sopa que "saiu do colégio, passou no concurso público para serviços Gerais. Depois de alguns anos, fez o concurso municipal e foi aprovada também. Vindo a trabalhar tanto para o estado como para o município, até a sua partida" (F1, Filha da Merendeira Sopa, 2021).

Além de F1 (2021), filha da Merendeira Sopa (2021), outros sujeitos contribuíram com a reconstrução das suas memórias. O Quadro 4 (p. 40) apresenta quem são eles.

QUADRO 4: Sujeitos que contribuíram com a reconstrução da memória da Merendeira Sopa (2021)

Pseudônimo	Relação
F1	Filha
P1	Amigo
A1	Ex. aluno da escola onde ela atuou como merendeira
A2	Ex. aluno da escola onde ela atuou como merendeira
A3	Ex. aluno da escola onde ela atuou como merendeira
C1	Ex. colega de trabalho.

Fonte: Construção da autora conforme pesquisa de campo (2021)

2.3 Metafórica dos pseudônimos

Os pseudônimos foram definidos pautados na relação que as merendeiras têm com o alimento da merenda escolar. Para isso, foi investigou-se as merendas que elas mais gostam de preparar e quais os motivos que estão implicados nessa preferência.

A forma metafórica utilizada como pseudônimos foi uma construção entre pesquisadora e orientadora deste estudo para personaliza-lo e trazer a memória da merenda em cada sujeito da pesquisa.

É importante frisar que a "sopa" destaca-se por ser a merenda mais apreciada pelos alunos e, ainda, foi a mais apontada como a preparação predileta pelas merendeiras. Como forma de homenagear a merendeira *in memória* este codinome foi direcionado para ela.

Salientamos, ainda, que de acordo com a memória social do grupo de alunos que contribuíram com a reconstrução desta memória, a sopa de sardinha era o alimento que eles mais guardam na memória. C1, 2021, colega de trabalho da Merendeira Sopa, exercendo a função de serviços gerais, rememora que a tão inusitada sopa de sardinha "era a mais fácil de preparar [...] mais fácil do que o macarrão com sardinha que era servido nas outras escolas e tinha caldo". Esclarece ainda que,

> Era difícil para mexer um caldeirão daquele tamanho com aquele macarrão todo, então ela fazia em forma de sopa, porque ficava mais mole e mais leve para mexer. Ela dizia que assim rendia mais, que dava para o aluno repetir várias vezes, porque tinha aluno que repetia umas três vezes [risos]. Ela fazia sopa de tudo [...] já teve sopa de verduras com carne, com sardinha, com frango [...] e ela fazia sopa de macarrão também (C1, 2021).

> Gente! Eu sinto até o cheiro da merenda. A sopa de macarrão, principalmente. Como era gostosa! (A2, 2021).

> Quando ela fazia a sopa de sardinha, as filas ficavam enormes (A1, 2021).

> Na verdade eu tinha vergonha de ficar na fila. Eu estudava à noite e tinha medo de parecer que eu não tinha comida em casa. Eu era adolescente e me preocupava muito com o que falavam de mim, mas eu ficava, quando a merenda era sopa ou o arroz com sardinha (A3, 2021).

Os testemunhos, acerca da memória da Merendeira Sopa (2021), reforçam que a sopa era o alimento que ela mais gostava de preparar, seja pela praticidade, pelo rendimento, pelo sabor ou por ser o alimento preferido pela maioria dos alunos.

A Merendeira Risoto (2021) enfatiza que os alunos preferem merendas salgadas, por conta disso, são as que ela mais gosta de preparar. Para ela, a boa aceitação da merenda é um grande reconhecimento das suas habilidades como profissional. Sua escolha, para o seu pseudônimo, seria "sopa", porque "Sopa que a minha paixão". No entanto, como esse já havia sido selecionado para outro sujeito da pesquisa, ficou definido que Risoto seria o seu codinome. Isto porque "é o que os meninos gostam mais", relatou ao discorrer sobre os alimentos que mais gosta de preparar para agradar ao paladar dos alunos.

O testemunho da Merendeira Mingau de Milho (2021) sobre a sua vivência como aluna, apresenta a memória da sopa como a que mais gostava. No entanto, o mingau de milho é a preparação que ela mais gosta de executar "porque é a merendinha que eu faço, que eles mais gostam [...] eles sempre perguntam que dia que vai ter o mingauzinho". Por esse motivo, esta foi à escolha para o seu codinome.

A Merendeira Salada Verde (2021) fala sobre a sua relação com os alimentos frescos e sobre o quanto se sente realizada em preparar uma salada bem colorida, seja de frutas ou de folhagens:

> Meu período mesmo, de fazer a merenda, é pela tarde. Aí eu faço muita salada. Faço saladinha de frutas e eu faço salada para o almoço também. Quando eu entro, de sete as nove (horas), eu já inicio dando ajuda para as meninas neste processo de alimentação do almoço e eu pego muita salada, eu faço muita salada [...] Poderia até dar o meu nome de cuscuz, porque eu faço muito cuscuz lá, à tarde. [...] Engraçado que tem crianças que me chamam de 'Tia Banana', porque eu sirvo muita banana para eles (MERENDEIRA SALADA VERDE, 2021).

A Merendeira Farofa de Feijão (2021) faz parte do grupo que têm a sopa como o seu alimento preferido "porque é a mais aceita pelos alunos e a que eu mais gosto de fazer [...] é uma merenda muito saborosa e nutritiva, tem vários nutrientes e tem a proteína, que é muito importante para eles. [...] os alunos gostam muito, principalmente os da EJA". Ela reforça que os alunos gostam muito das preparações salgadas e, como farofa de feijão com carne está entre as mais apreciadas, definimos que ela seria chamada apenas de Farofa de Feijão.

Para a escolha do pseudônimo da Merendeira Arroz com Carne (2021), foi considerada a sua fala acerca da evolução na qualidade dos ingredientes que compõe a merenda escolar: “eles enviavam charque e dava muito trabalho para dessalgar a carne [...] não era muito saudável, por conta do sal que vem [...] o charque que não vem mais... agora vem a carne, os pedaços, que a gente tempera direitinho”. Em sua narrativa, é perceptível o conhecimento que ela tem sobre a importância da redução do sódio na alimentação para a manutenção da saúde. Como ela apontou que o preparo do arroz com carne está entre os alimentos mais saudáveis, que ela prepara, e o mais pedido pelos alunos, optamos por esta escolha.

A Merendeira Salada de Frutas (2021) considera a sopa, servida na merenda, a alimentação mais apreciada pelos alunos e relata que ela é muito importante para suprir as suas necessidades nutricionais, motivo pelo qual, ela se torna a sua preferida, tanto no preparo, quanto pelas recordações que lhe trazem da sua infância no ambiente escolar; a farofa de feijão seria a sua segunda escolha, mas já havia sido selecionada como pseudônimo de outra merendeira; sobre a salada de frutas, merenda muito citada em suas narrativas, ela considera que “esta é uma das merendas que eles gostam muito [...] eles gostam da farofa, porque tem carne, tem o feijão, mas eles também gostam muito da salada de frutas [...] **não fica nada, quando tem**” (grifo nosso). O grifo é utilizado para demonstrar a ênfase dada pela entrevistada para afirmar que esta é uma merenda que nunca tem sobras ou desperdícios, que a criança como tudo e ainda repete, quando disponível.

A Merendeira Pão Recheado (2021) indica o preparo da sopa como o seu preferido:

> a sopa é importante para oferecer para o aluno o que ele não come em casa. Tem aluno que fala que não gosta disso ou que não gosta daquilo, mas quando a gente coloca na sopa, ele come tudo, todas as verduras que a gente coloca. Tem muitos que nem pergunta o que é e já come e, come tudo, até repete (MERENDEIRA PÃO RECHEADO, 2021).

Ela reforça que “os alunos amam quando tem pão com alguma coisa dentro”, que os alunos apreciam qualquer tipo de recheio, seja ele ovo, frango desfiado ou carne moída. Rememora acerca do tempo que ela servia o pão com a salsicha, uma merenda muito fácil de ser preparada e “muito gostosa, gostosa mesmo”. Entretanto, ela tem a percepção dos efeitos nocivos que os alimentos embutidos trazem para a saúde e,

reforça que os produtos embutidos deixaram de fazer parte da alimentação escolar, que atualmente, prioriza o uso de alimentos “saudáveis, que não represente risco à saúde”. Diante disso, pão recheado escolhido como seu codinome.

A análise dos testemunhos reforça que diversos fatores estão imbricados nessas preferências (da merenda escolar), dentre eles, a memória construída por meio das sensações. Muitos dos entrevistados (e aqui eu incluo os sujeitos que participaram da reconstrução da memória da Merendeira Sopa) demonstraram emoção ao rememorarem aspectos como cheiro, sabor ou aparência das merendas que receberam durante a sua trajetória de vida – como aluno, como funcionário da escola ou como Merendeira. Essa emoção está atrelada, principalmente, às memórias da merenda sopa.

2.3 Coleta de dados

Cabe ressaltar que o mundo enfrenta, desde o final de 2019, uma realidade jamais esperada ou vivenciada nos últimos tempos: um processo de isolamento social mundial ocasionado pela COVID-19[3]. Para conter a curva de crescimento do Coronavírus, seguindo o exemplo de outros países, o Brasil adotou uma série de medidas, dentre elas, as contidas na recomendação nº 027, de 22 de abril de 2020, do Conselho Nacional de Saúde que,

> Recomenda aos Poder Executivo, federal e estadual, ao Poder Legislativo e ao Poder Judiciário, ações de enfrentamento ao Coronavírus, dentre as quais, “que sustente, nos níveis federal e estadual, a recomendação de **manter o isolamento social**, num esforço de achatamento da curva de propagação do coronavírus, até que evidências epidemiológicas robustas recomendem a sua alteração” (BRASIL, 2020) (grifo nosso).

A recomendação de manter o isolamento social foi uma importante medida, adotada desde o início da pandemia, para conter a disseminação do vírus, pois não havia medicamentos ou vacinas eficazes no combate à doença, até então desconhecida e com

[3] “O nome Covid é a junção de letras que se referem a (**co**)rona (**vi**)rus (**d**)isease, o que na tradução para o português seria "doença do coronavírus". Já o número 19 está ligado a 2019, quando os primeiros casos foram publicamente divulgados”. Definição dada pela Fundação Osvaldo Cruz, disponível em: https://portal.fiocruz.br/pergunta/por-que-doenca-causada-pelo-novo-coronavirus-recebeu-o-nome-de-covid-19

poucas pesquisas epidemiológicas capazes de analisar os efeitos ou a prevalência de infecção.

A coleta de dados foi realizada nos meses de julho e agosto de 2021 por meio de entrevista, um instrumento de coleta que é necessário como complemento à pesquisa documental ou para buscar algo novo, possível de uma nova investigação. Ela tem, sobre outras técnicas, a vantagem de permitir a captação imediata e corrente da informação desejada, além de permitir aprofundar os pontos que foram levantados por outras técnicas de coletas (LUDKE e ANDRÉ, 1986).

Embora tenha um esquema básico, a entrevista não ficou engessada a ele. Transcorreu em forma de diálogo, entre entrevistador e entrevistado, o que possibilitou maior interação com as merendeiras e permitiu adaptações no decorrer da pesquisa de campo. Foram formuladas questões semiestruturadas com base na pesquisa documental e na pesquisa teórica, organizadas em **categorias de campo** para responder a cada objetivo específico desata pesquisa. Tais categorias fomentaram a construção do roteiro da entrevista, que fora organizado em forma de tópicos e obedeceu a lógica de partir de assuntos mais simples para os mais complexos e delicados (GOLDENBERG, 2004).

Assim como as escolas, que adotaram a modalidade de ensino a distância para manter o processo de ensino e aprendizagem, esta pesquisa adotou a videoconferência para realizar as entrevistas – realizadas por meio das plataformas *Meet* e *Zoom*, escolhidas por serem acessíveis, seguras, confiáveis, e disponibilizadas gratuitamente. Também foi feito o uso do aplicativo de mensagens *WhatsApp*, para rever situações e esclarecer dúvidas que surgiram no decorrer das etapas de transcrição e de análise dos dados coletados. Considerada a possibilidade de algum participante da pesquisa apresentar dificuldade no acesso ou no manuseio das plataformas escolhidas foi sugerido o auxílio de um membro da família para atuar como facilitador deste processo.

As informações foram registradas no aplicativo “gravador de voz” do aparelho celular e transcritas, analisadas e confrontadas com a pesquisa documental e com o referencial teórico. A transcrição embasou a reconstrução da trajetória de cada profissional entrevistado.

Goldenberg (2004) salienta a importância de atributos necessários para um pesquisador como empatia, paixão, equilíbrio, criatividade, dentre outras e ressalta que um pesquisador (a) experiente pode transformar assuntos banais em pesquisas fecundas, pois, consegue enxergar o que outros não veem. O autor acentua, ainda, a necessidade de um pesquisador fazer a pergunta certa, para garantir uma boa resposta.

A postura do entrevistador exerce grande influência na qualidade da pesquisa. Sua formação e experiência são determinantes para “o olhar” e para o entendimento de questões relevantes como captar as respostas não verbais e para uma melhor análise do sujeito da pesquisa. Assim, todos os cuidados requeridos pelo referencial teórico de metodologia (GOLDENBERG; GODOY, 1996; MINAYO, 2001, 2012) foram tomados: com a postura do entrevistador diante do entrevistado, o vocabulário utilizado, o respeito pela cultura e valores do entrevistado, a observação e análise de gestos, hesitações e expressões produzidas pelo entrevistado e, principalmente, com o cuidado exigido na qualificação e preparo do entrevistador para a entrevista.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi entregue, lido e explicado, para cada uma delas. Aspectos como os objetivos da pesquisa, a forma como a entrevista seria conduzida, o respeito à ética empregada e o sigilo das suas identidades foram pontuados no momento da entrega.

Esta investigação requereu um olhar atento ao testemunho colhido nas entrevistas para compreender as ações de capacitação e de valorização presentes na trajetória profissional. Explorar as vivências e conhecer os desafios enfrentados na sua trajetória profissional foi uma base para a reconstrução das memórias das merendeiras.

Trabalhar com a memória como um recurso metodológico foi reconstruir a trajetória do sujeito. Rememorar as vivências das merendeiras implica em “saber escutar” o que ela pensa, sente e como se posiciona diante das questões abordadas.

2.5 Análise dos dados

A análise dos dados de uma pesquisa qualitativa envolve a subjetividade do pesquisador, pois, salvo os casos onde ocorre uma interação entre a pesquisa qualitativa e a pesquisa quantitativa, não existem dados mensuráveis para a análise (GODOY, 1995; GOLDENBERG, 2004). Essa etapa iniciou-se com a transcrição das entrevistas, que foram organizadas e analisadas de acordo com as categorias de campo e com as categorias de análise, conforme descrito no Fluxograma da análise de dados (Figura 5, pág. 46).

A análise dos testemunhos das merendeiras foi pautada nos referenciais teóricos de Godoy (1995), Goldenberg (2004), Minayo (2000, 2001, 2012), principalmente, no ensaio de Minayo (2012). Neste ensaio, a autora aprofunda-se na reflexão sobre o

processo de análise na pesquisa qualitativa embasada por em autores com quem dialoga em suas pesquisas e na sua experiência, como pesquisadora, orientadora e professora.

Os dez decálogos apresentados por ela serviram como referência para a abordagem metodológica desta pesquisa e, alguns deles, conforme destacado abaixo, foram utilizados nessa etapa:

- ✓ Tipificação do material recolhido: etapa que envolveu: organizar os relatos; leituras horizontais de impregnação com a intenção de recortar (nesse caso, realçar com marcadores coloridos) as falas dos entrevistados de acordo com as categorias de análise que foram construídas (Figura 5, p. 47); organização do material em subconjuntos que fomentaram na construção dos tópicos e das subdivisões do capítulo quatro; leitura, síntese e organização do material categorizado para uma melhor compreensão dos testemunhos;

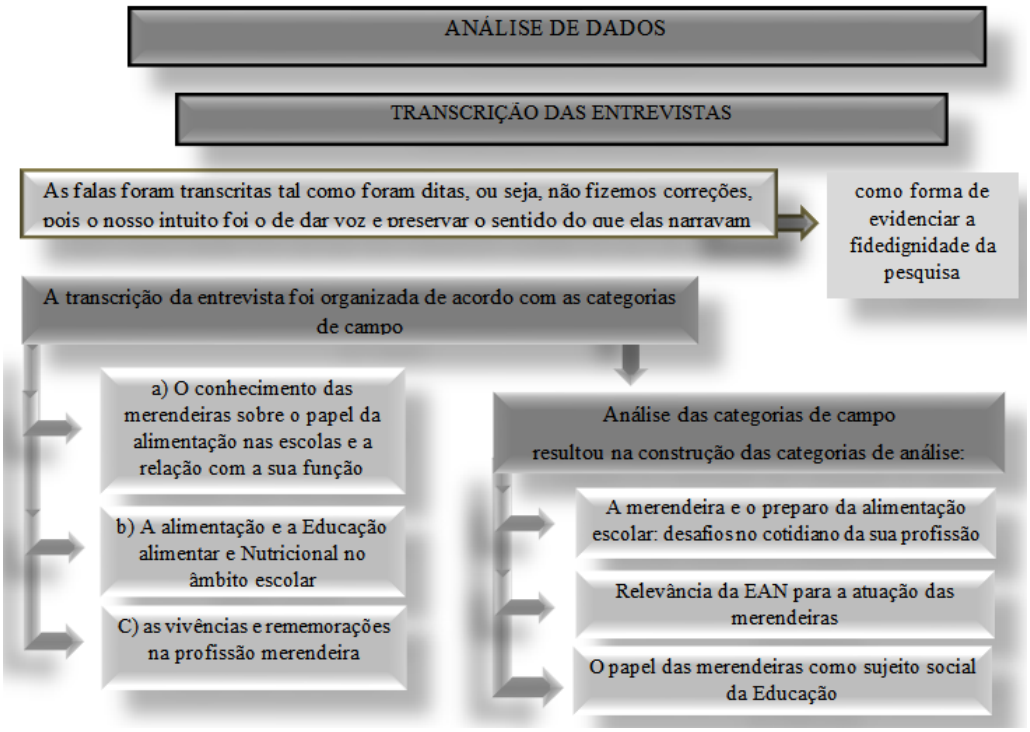
> No momento em que compreender o sentido do que lhe foi relatado e do que observou no campo, o pesquisador não necessita mais estar colado às falas: seu aprisionamento a elas é uma das maiores fraquezas de quem faz análise qualitativa, pois significa que o investigador não foi capaz de ultrapassar o nível descritivo do seu material empírico (MINAYO, 2012, p. 624).

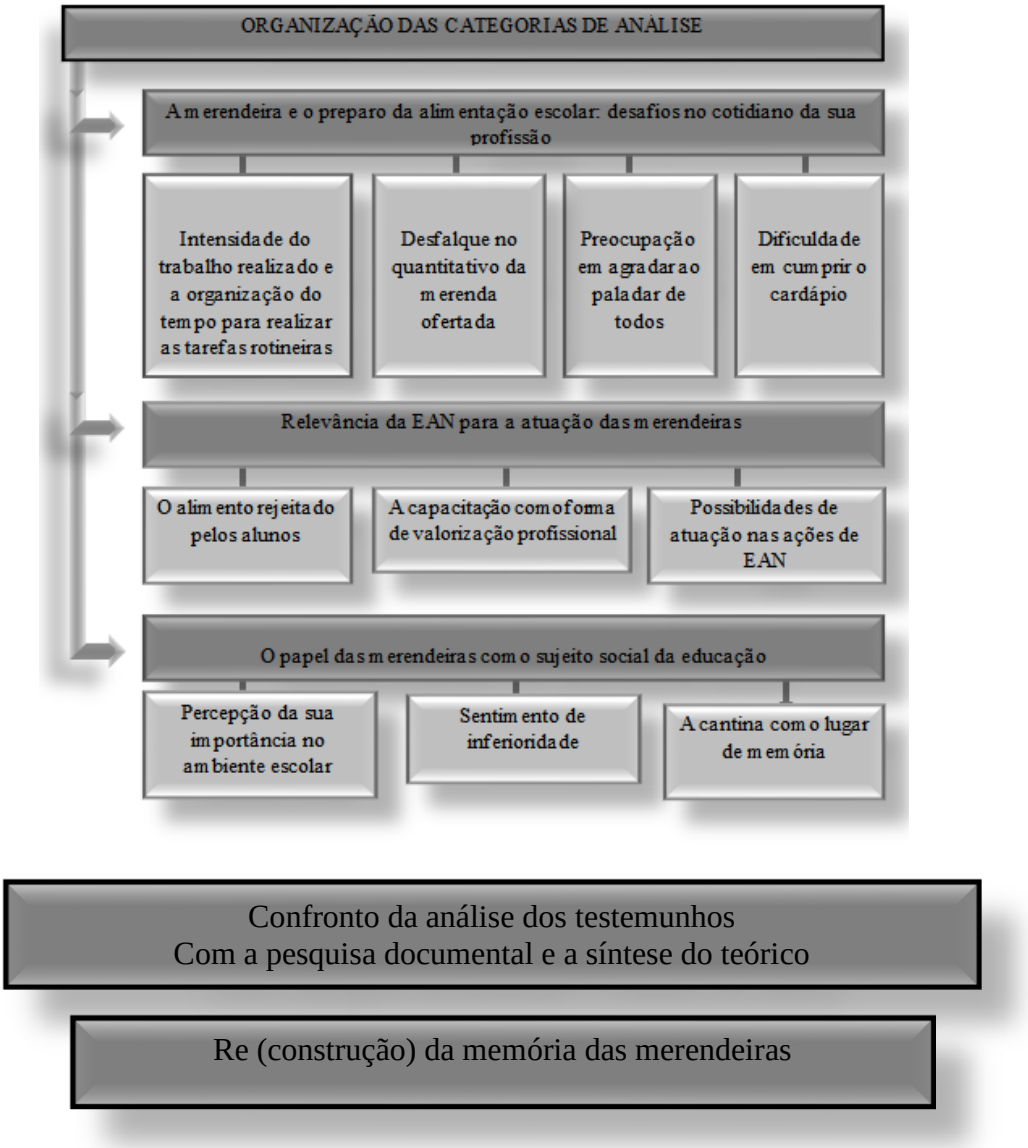
- ✓ Interpretação de segunda ordem: por meio do Estado da Arte, foi feita a seleção e o fichamento do referencial teórico que embasa esta pesquisa (entretanto, o fichamento realizado, não foi suficiente para contemplar todas as questões que foram pontuadas na pesquisa de campo, deste modo, além de retornar ao material selecionado, foi necessário realizar novas pesquisas para abarcar os achados em campo;
- ✓ Produção do texto: mais do que apenas descrever o que foi encontrado em campo, ou simplesmente apresentar as falas das entrevistadas, buscou-se, na conclusão da análise qualitativa "[...] apresentar um texto capaz de transmitir informações concisas, coerentes e, o mais possível, fidedignas" (MINAYO, 2012, p. 625);

A pesquisa procurou "Assegurar os critérios de fidedignidade e de validade" (p. 625). Dente os cinco pontos apresentados pela autora, dois foram importantes para esta construção: a triangulação interna à própria abordagem e a fidedignidade aos vários pontos de vista.

- Triangulação interna à própria abordagem: “que consiste em olhar o objeto sob seus diversos ângulos, comparar os resultados de duas ou mais técnicas de coleta de dados e de duas ou mais fontes de informação, por exemplo,” (p.625). Embora tenha sido utilizada apenas uma técnica de coleta de dados (entrevista), várias fontes de informação foram utilizadas, como os vários sujeitos que contribuirão para reconstruir a memória da Merendeira Sopa.
- “Fidedignidade aos vários pontos de vista, garantindo a diversidade de sentidos expressos pelos interlocutores, fugindo à ideia de verdade única” (p. 625).

FIGURA 5: Fluxograma da Análise dos dados





Fonte: Elaboração e criação DIAS, M.S.O. (2021) a partir da pesquisa de campo, tendo como base o referencial teórico (GODOY, 1995; GOLDENBERG, 2004; MINAYO, 2000, 2001, 2012).

Godoy (1995) observa que, para analisar os dados de uma pesquisa qualitativa, "o pesquisador deve aprender a usar sua própria pessoa como o instrumento mais confiável de observação, seleção, análise e interpretação dos dados coletados" (p. 62). A análise realizada permitiu compreender tanto os aspectos comuns entre elas, quanto àqueles distintos a cada uma. Destarte, buscou "compreender os fenômenos que estão sendo estudados a partir da perspectiva dos participantes" (p. 63). Isto porque, mais do que retratar o que se passou na sua trajetória, era imprescindível ter um olhar atento acerca do que ela pensava e falava sobre o ocorrido e, para tanto, ouvir e dar voz às merendeiras.

2.6 Estado da Arte

Com o objetivo de mapear o que vem sendo pesquisado no cenário acadêmico, sobre a temática merendeira, foi realizado um levantamento teórico nos meses de julho, agosto e setembro de 2020, no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no Portal de Periódicos – Edições UESB, no Catálogo de Periódicos CAPES/MEC e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD. Na estratégia de busca, foi utilizado o descritor "merendeiras" – sem recorte temporal e com filtros aplicados de acordo com cada plataforma de pesquisa, conforme detalhamento. O estudo possibilitou a identificação de autores que discutem as categorias merenda escolar, EAN e merendeiras, categorias estas, que são importantes para conhecer o sujeito da nossa pesquisa.

A título de conhecimento, apenas para visualizar o que vêm sendo discutido sobre essa temática, foi feita uma busca no Google por meio do descritor "memória de merendeiras". Foram encontrados dois resultados: uma pesquisa da presente Dissertação de Mestrado em Educação; e a menção ao trabalho de graduação, no Escavador, com o título Cultura alimentar nas instituições escolares: memória das merendeiras (1990-2000), porém o mesmo não foi encontrado em bancos de dados. Com o descritor "memória de merendeira", no singular, surgiram 213.000 que tratam das mais variadas abordagens e que não estão, necessariamente, ligados à memória de merendeiras.

Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

No Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, foi feita, inicialmente, uma busca por "merendeiras". Foram encontrados 100 resultados com o descritor, sendo 81 dissertações (Mestrado) e 13 teses (Doutorado) e destes, 2 foram publicados na década de 1980, 4 na década de 1990, 31 de 2000 até 2010 e 63 de 2011 até 2019. A maior concentração destes trabalhos está na Universidade Federal do Rio de Janeiro (8 resultados), na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (6 resultados), na Universidade Federal da Bahia (6 resultados), na Universidade de São Paulo (5 resultados), na Fundação Osvaldo Cruz (4 resultados) e na Universidade Federal de Pernambuco (4 resultados).

Os 100 resultados encontrados, conforme apresenta o Quadro 5 (p.49), estão distribuídos em diferentes programas de Mestrado e Doutorado como Educação, Nutrição, Saúde, Alimentos.

Quadro 5: Teses e Dissertações sobre merendeiras - distribuídos por programas de pós-graduação (do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES)

PROGRAMAS RELACIONADOS À ÁREA DE EDUCAÇÃO	
EDUCAÇÃO (13)	
EDUCAÇÃO - PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS (2)	EDUCAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E COMUNICAÇÃO (1)
EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E SAÚDE (5)	EDUCAÇÃO, ARTE E HISTÓRIA DA CULTURA (1)
EDUCAÇÃO FÍSICA (1)	GEOGRAFIA (1)
EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS (2)	HISTÓRIA (1)
PROGRAMAS RELACIONADOS AS ÁREA DE NUTRIÇÃO E/OU SAÚDE E/OU ALIMENTOS	
ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO E SAÚDE (2)	MEDICINA (CARDIOLOGIA) (1)
ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE (4)	NUTRIÇÃO (4)
CIÊNCIA DA NUTRIÇÃO (1)	NUTRIÇÃO E ALIMENTOS (1)
CIÊNCIA DE ALIMENTOS (1)	NUTRIÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA (5)
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS (1)	PROMOÇÃO DE SAÚDE (1)
CIÊNCIAS DA SAÚDE (4)	PSICOLOGIA (PSICOLOGIA SOCIAL) (2)
CIÊNCIAS DE ALIMENTOS (1)	SAÚDE COLETIVA (3)
EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E SAÚDE (5)	SAÚDE PÚBLICA (5)
ENGENHARIA E CIÊNCIA DE ALIMENTOS (1)	TECNOLOGIA DE ALIMENTOS (1)
ENSINO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE (1)	TECNOLOGIA EDUCACIONAL NAS CIÊNCIAS DA SAÚDE (2)

OUTROS
CIÊNCIAS SOCIAIS (02) OUTROS (25)

Fonte: Elaboração e criação DIAS, M.S.O. (2020) a partir da plataforma Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/

Para refinar a pesquisa, foram selecionadas as áreas de conhecimento: educação (9), ensino (3), história (1), nutrição (10), planejamento educacional (1), serviço social (2), sociais e humanidades (3) e sociologia (2). Deste modo, o resultado da pesquisa totalizou 31 resultados.

Após a análise dos títulos e dos resumos destes trabalhos, foram selecionados os trabalhos (18) que tinham como sujeito da pesquisa, a merendeira. Esses resultados compõem-se por 17 dissertações (Mestrado) e 1 tese (Doutorado), os quais se encontram listado, por ordem alfabética de título, no Quadro 6 (p. 50).

Quadro 6: Teses e dissertações que apresentam a merendeira como sujeito da pesquisa (selecionadas por meio do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES)

Dissertação/ Tese	Ano de Publicação	Autor	Objetivo	Contribuições
Acepções de merendeiras sobre o programa nacional de alimentação escolar em um bairro de Salvador, Bahia.	2011	FREITAS, MARIA DO CARMO SOARES DE	Resgata os significados atribuídos por merendeiras do PNAE compreendendo, suas reflexões e práticas de seu trabalho cotidiano na escola. *Mestrado em ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE UFBA	Entender a visão que a merendeira tem sobre o programa do governo
Alimentando o saber: o perfil das merendeiras, suas percepções em relação ao oficio e as possibilidades para a educação.	2012	FERNANDES, ANA GABRIELA DE SOUZA	Descrever o perfil das merendeiras e indicar as possibilidades desses profissionais como participantes dos processos educativos * Mestrado em EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO	Conhecer o perfil das merendeiras estudadas
Alimentos orgânicos na alimentação escolar:	2013	SILVERIO, GABRIELA DE ANDRADE	Analisar as sugestões de atores sociais ligados à alimentação escolar em municípios de Santa Catarina para facilitar a	Conhecer um pouco do que pensam sobre alimentos

perspectivas de atores sociais em municípios de Santa Catarina			utilização de alimentos orgânicos. * Mestrado em NUTRIÇÃO Instituição de Ensino: universidade federal de santa Catarina,	orgânicos,
As Relações entre as Merendeiras e as Crianças em uma Unidade Municipal de Educação Infantil de Belo Horizonte: "cuidar, ensinar, zelar, educar, tudo faz parte das nossas responsabilidades ".	2018	TEIXEIRA, BARBARA SOUZA	Compreender como ocorrem as interações entre as merendeiras e as crianças em uma Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI) de Belo Horizonte. * Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	Visualizar a construção da relação da merendeira com os alunos
Comida de casa, comida da escola: as contribuições do PNAE na preservação dos hábitos alimentares em Coruripe, Alagoas.	2019	SANTOS, RAFAELA DOS	Avaliar a influência do PNAE nos hábitos alimentares de comunidades escolares em Coruripe/AL *Mestrado em Geografia Universidade Federal de Sergipe –	Hábitos alimentares na escola.
Concepções de professoras e merendeiras sobre o consumo de frutas e hortaliças em uma escola pública do Rio de Janeiro, RJ.	2011	LEAL, CAROLINE MOREIRA	Analisar concepções de professoras e merendeiras de uma escola publica do município do Rio de Janeiro, sobre a sua alimentação e a de estudantes, especialmente no que concerne ao consumo de FH. * Mestrado em ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO E SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO.	Compreender o conhecimento da merendeira sobre alimentação natural.
Conhecimento em Nutrição de Merendeiras das Escolas do Ensino Infantil e Fundamental da Rede Pública da Cidade de Pelotas/Rs.	2011	Leal, Cynthia Munhoz dos Anjos	Mestrado em EDUCAÇÃO FÍSICA	
Cozinha, Trabalho e Gênero: as Significações que as Merendeiras atribuem ao seu	2019	SILVA, GABRIELA BRITO DE LIMA	Compreender como as merendeiras significam seu trabalho nas cozinhas escolares, considerando o gênero um elemento constituinte das suas	0 trabalho não possui divulgação autorizada

Trabalho nas Cozinhas Escolares.			experiências com o cozinhar. * Mestrado em ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE UFBA	
Cozinhando e Dialogando: merendeiras, suas possibilidades e desafios para ações de educação alimentar e nutricional em escolas públicas do Rio de Janeiro.	2014	GOMES, KELLY DOS SANTOS	Discutir o papel da profissional merendeira no PNAE, assim como suas possibilidades e desafios nos processos e práticas de EAN.	Melhor entendimento do papel da merendeira no PNAE.
Da cantina a unidade de alimentação e nutrição: precariedade e adaptação nas práticas de higiene das merendeiras de uma escola pública da cidade de salvador	2015	ALESSANDRA SANTIAGO DA SILVA	Compreender as práticas de higiene das merendeiras no âmbito da alimentação escolar. * Mestrado em ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE UFBA	Ampliar o conhecimento sobre as práticas de higiene na manipulação dos alimentos.
Formação de merendeiras na perspectiva da promoção da Alimentação Saudável na Escola: As capacitações no âmbito dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar	2011	CHAVES, LORENA GONÇALVES	Analisar as formações de merendeiras desenvolvidas pelos Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição do Escolar (Cecanes). * Profissionalizante em ENSINO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE Universidade Federal de São Paulo	Compreender o processo de formação da merendeira
Memórias e identidades em torno da alimentação e da culinária em escolas rurais no Distrito Federal (1970-2012)	2013	LITWINCZIK, VIRGINIA.	Interpretar sentidos construídos em torno da culinária e da alimentação e das identidades de merendeiras de escolas rurais, por meio de suas histórias e memórias sobre as localidades onde moram e trabalham, mas também sobre suas trajetórias de vida, a partir do registro e análise de documentos orais, escritos e visuais.	

			* Mestrado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA,	
O cotidiano escolar permeado pelo direito à alimentação: um diálogo com os atores sociais da escola	211	GREENWOOD, REBECCA LOUISE	Trabalho anterior à Plataforma Sucupira Não foi localizado * Mestrado em EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO	Compreender o entendimento da merendeira sobre o direito à alimentação
O processo de gestão da educação alimentar e nutricional em contexto escolar	2017	SODER, TAIS FATIMA	Investigar as potencialidades e limites da Educação Alimentar e Nutricional na perspectiva da gestão em âmbito escolar enquanto estratégia promotora da saúde, no contexto das atuais políticas públicas. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES	
O Saber da merendeira: práticas educativas no contexto da alimentação escolar	2014	DYSARZ, FERNANDA PEREIRA	Analisar ações educativas no âmbito do PNAE e identificar processos ocorridos que favoreceram a realização destas ações *Mestrado Educação em Ciências e Saúde Universidade Federal do Rio de Janeiro	Melhor entendimento do papel da merendeira no PNAE.
O sabor dos saberes e a poiésis das merendeiras escolares: as experiências limiares na cultura e nas itinerâncias epistêmico-existenciais das estudantes do curso técnico em alimentação escolar do IFBA.	2015	REIS, LEONARDO RANGELDOS	Se debruça sobre as artes de nutrir. De forma mais apurada, se detém nos processos formativos das merendeiras escolares. Assim, procuramos compreender de que modo a subjetividade vem sendo problematizada e quais suas implicações na vida/formação através da relação entre educação e alimentação. * Doutorado em EDUCAÇÃO UFBA	
O sentido do trabalho para merendeiras e serventes em situação de readaptação nas escolas públicas do Rio de janeiro.	2000	NUNES, Bernadete Oliveira	*[Mestrado] Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública	
O trabalho de serventes e	1998	Fátima Machado	Estuda as relações sociais de trabalho e a saúde das	

merendeiras de escolas públicas da cidade do Rio de Janeiro. Dissertação		Chaves	merendeiras e serventes, responsáveis pelo preparo e distribuição da alimentação como também pela higienização escolar, categoria que se apresenta em sua maioria composta por mulheres negras. (Mestrado em Educação). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1998.	
Segurança dos Alimentos: avaliação do nível de conhecimento, atitudes e práticas dos manipuladores de alimentos na rede municipal de ensino de Camaçari-BA.	2011	SOARES, LILIAN SANTOS	Avaliar o nível de conhecimento, atitudes e práticas dos manipuladores de alimentos. * Mestrado em ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE UFBA	

Fonte: Elaboração e criação DIAS, M.S.O. (2020) a partir da plataforma Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/

Dos trabalhos listados no Quadro 6 (p. 50), 3 estão relacionados ao perfil das merendeiras e/ou indicam a possibilidade da merendeira como participante no processo educativo; 4 abordam a formação das merendeiras e/ou o seu conhecimento sobre higiene; 1 fala sobre a concepção das merendeiras sobre o PNAE e 1 sobre o seu próprio trabalho; 1 fala sobre as concepções do PNAE; 1 faz um diálogo com os atores sociais da escola no que se refere ao direito à alimentação; 2 falam sobre a concepção das merendeiras sobre algum tipo de alimento; 1 sobre a interação da merendeira com a criança e 1 sobre Memórias e identidades em torno da alimentação, da culinária e da identidade das merendeiras em escolas rurais e 3 aborda outros aspectos.

Por meio da leitura dos resumos dos trabalhos, foi possível identificar que apenas 10 trabalhos apresentam a merendeira como sujeito principal da pesquisa.

Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (busca por outros descritores)

No Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES foram encontrados 33.477 resultados para memória; 27 resultados para merendeira (no singular); 49.477 resultados para merenda escolar; 254 resultados para “merenda escolar”; 73.930 para alimentação escolar; 642 resultados para “alimentação escolar”. Para refinar a pesquisa, foi inserido

o boleador “AND” e, para pesquisar os descritores formados por duas palavras, foi feito o uso das “aspas”.

Com este recurso, foram encontrados os seguintes resultados: memória AND merendeira 1 resultados; memória AND merendeiras 3 resultados; memória AND “merenda escolar” 7 resultados; memória AND alimentação escolar 271 resultados; merenda escolar AND merendeira 17 resultados; merenda escolar AND merendeira 79 resultados.

A pesquisa foi refinada por meio da utilização do boleador “AND” entre os descritores: merenda escolar AND merendeiras AND memória, estabelecendo, assim, uma relação entre eles. O Quadro 7 (p. 55) apresenta o resultado das teses e dissertações que podem contribuir com esta pesquisa.

Quadro 7: Teses e dissertações encontradas por meio da relação entre os descritores “merendeira”, “memória” e “merenda escolar” (selecionadas por meio do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES)

Artigo/Livro/Capítulo	**Ano de Publicação**	**Autor**	**Objetivo**	**Contribuições**
Memória e Geografia Social de mulheres em Rio de Contas - Bahia: a participação feminina no processo de organização de uma sociedade	2016	BENEDICTIS, NEREIDA MARIA SANTOS MAFRA DE	Reconstruir a memória e a geografia social das mulheres que são expressão para a cidade de Rio de Contas e para as comunidades de Barra, Bananal e Mato Grosso Compreender a importância da participação feminina nos aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais na sociedade riocontense; Identificar a influência das mulheres na organização das comunidades de Barra, Bananal e Mato Grosso; Conhecer a situação da mulher nos grupos sociais, aos quais faziam parte com o objetivo de situá-las no tempo e espaço; Averiguar a formação social dessas mulheres	Melhor compreensão da memória, como categoria de análise e de reconstrução da memória do sujeito da minha pesquisa
Memórias e identidades em torno da alimentação e da culinária em escolas rurais no Distrito Federal (1970-2012)	2013	LITWINCZIK, VIRGINIA	interpretar sentidos construídos em torno da culinária e da alimentação e das identidades de merendeiras de escolas rurais, por meio de suas histórias e memórias sobre as localidades onde moram e trabalham, mas também sobre	Melhor entendimento da memória em torno da alimentação.

			suas trajetórias de vida, a partir do registro e análise de documentos orais, escritos e visuais.	
MERENDA ESCOLAR BRASILEIRA: marcas da história na adesão e nas representações sociais	2015	PINHO, FRANCINE NOGUEIRA LAMY GARCIA	discutir a história, adesão e representações sociais do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) entendido como uma das mais importantes políticas sociais implementadas no Brasil.	Melhor entendimento de aspectos do PNAE
O QUE É COMER NA ESCOLA? Da escola à política: uma análise do Programa Nacional de Alimentação Escolar	2017	RIBEIRO, HELENA CARDOSO	Analisar a política de alimentação escolar no Brasil e em Portugal a partir da reflexão a respeito do texto político adotado em cada país, bem como da apreensão de como essas políticas de alimentação acontecem nas escolas.	Melhor entendimento de aspectos do PNAE
Análise da Qualidade Nutricional, Obediência Ao Cardápio e Adequação Às Recomendações do Almoço Servido em Creches do Município de Osasco - SP.	2017	BERNARDES, ANA PAULA CAETANO	Observar a rotina alimentar de crianças de creches públicas do município de Osasco. Identificar o percentual de obediência do almoço servido ao cardápio prescrito, realizar uma avaliação dos cardápios prescritos e servidos às crianças, com relação às recomendações dietéticas de ingestão. E verificar o percentual de contribuição da refeição do almoço, por porção, às necessidades nutricionais diárias de lipídeo, sódio e ferro para crianças de 1-3 anos de idade	Maior conhecimento de aspectos relacionados aos cardápios da merenda escolar
Desenvolvimento e Impacto de Ações de Intervenção para Apoio à Produção de Alimentos Seguros: Estudo em Escolas Estaduais Atendidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar, em Salvador-BA.	2008	LEITE, CATARINA LIMA	Trabalho anterior à Plataforma Sucupira	
COZINHANDO E	2014	GOMES, KELLY DOS	discutir o papel da profissional merendeira no PNAE, assim	Melhor entendimento

DIALOGANDO: merendeiras, suas possibilidades e desafios para ações de educação alimentar e nutricional em escolas públicas do rio de janeiro		SANTOS	como suas possibilidades e desafios nos processos e práticas de EAN.	do papel da merendeira no PNAE.
Estado nutricional, qualidade de vida e a percepção das cozinheiras escolares de Carapicuíba sobre aspectos da sua atuação profissional	2018	KUTZ, NYVIAN ALEXANDRE	Analisar o estado nutricional, o consumo alimentar, a qualidade de vida e a percepção de cozinheiras escolares sobre aspectos da sua atuação profissional.	Melhor entendimento da percepção de merendeiras sobre sua atuação profissional
Formação de merendeiras na perspectiva da promoção da Alimentação Saudável na Escola: As capacitações no âmbito dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar.	2011	CHAVES, LORENA GONÇALVES	Trabalho anterior à Plataforma Sucupira	

Fonte: Elaboração e criação DIAS, M.S.O. (2020) a partir da plataforma Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/

Portal de Periódicos CAPES/MEC

No Portal de Periódicos CAPES/MEC, foi utilizada a estratégia de busca por assunto/busca; avançada/qualquer/contém/qualquer; ano/todos os itens/qualquer idioma. Foram encontrados 70.528 resultados para memória; 37 resultados para merendeira; 82 resultados para merendeiras; 23 resultados para merenda escolar; 1 resultado para “merenda escolar”; 1.845 para alimentação escolar; 631 resultados para “alimentação escolar”.

Para refinar a busca e fazer uma relação entre as categorias, foi utilizado o boleador “AND” e também foi feito o uso das “aspas”, para os descritores compostos por duas palavras. Foram encontrados os seguintes resultados: memória AND

merendeira 5 resultados; memória AND merendeiras 9 resultados; memória AND "merenda escolar" 14 resultados; memória AND alimentação escolar 15 resultados; merenda escolar AND merendeira 9 resultados. Após leitura dos títulos e resumos dos trabalhos encontrados, foram selecionados os que poderiam vir a atender os objetivos desse trabalho, conforme Quadro 8 (p. 58).

Quadro 8: Teses e dissertações selecionadas por meio da relação entre os descritores "merendeira", "memória" e "merenda escolar" e que podem atender aos objetivos do nosso objeto (selecionadas por meio do Portal de Periódicos CAPES/MEC).

Artigo/Livro/Capítulo	Ano de Publicação	AUTOR	Objetivo	Contribuições
Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura	2018	MARIA DO CARMO SOARES DE FREITAS ; GARDÊNIA ABREU VIEIRA FONTES ; NILCE DE OLIVERIA	Este livro reúne estudos sobre Alimentação e Cultura e prioriza escritas e narrativas sobre o comer em distintos grupos e lugares. Fundamenta-se nas Ciências Humanas para diversas leituras sobre o comer e, assim, busca compreender a nutrição como ação social. E para conhecer o universo simbólico das relações entre cultura e alimentação, estudam-se o habitus, condutas, comportamentos alimentares, valores e crenças.	Relação entre cultura e alimentação (habitus, condutas, comportamento alimentares na merenda escolar).

A alimentação orgânica e as ações educativas na escola: diagnostico para a educação em saúde e nutrição Ciência & Saúde Coletiva, Jan, 2010, Vol.15(1), p.39(11).	2010	DA CUNHA, ELISANGELA ; DE SOUSA, ANETE ARAUJO ; MACHADO, NEILA MARIA VICOSA	A pesquisa envolveu um diagnostico das ações educativas e alimentação orgânica do Projeto Sabor Saber (PSS) em uma escola estadual em Florianópolis, Brasil.	Alimentação orgânica na escola; Ações educativas na escola
School meals as an area for education in health: the perception of school cooks in the municipality of Rio de Janeiro, Brazil Merenda escolar como área de educação em saúde: a percepção de cozinheiros escolares no município do Rio de Janeiro, Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, Jan 2014, Vol.19(1), pp.39-48.	2014	DESOUZA FERNANDES, ANA	O principal objetivo deste estudo é destacar o potencial da participação desses profissionais nos processos educacionais, reconhecendo que não são meros indivíduos que exercem uma atividade nas áreas de cozinha e refeitório.	Melhor conhecimento do sujeito da minha pesquisa. Conhecer o potencial de participação da merendeira nos processos de educação.
Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: revisão da literatura / Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: revisão da literatura Ciência & Saúde Coletiva, 2018, Vol.23(5), p.1551(10).	2018	PEDRAZA, DIXIS FIGUEROA ; DE MELO, NADINNE LIVIA SILVA ; SILVA, FRANCIELY ALBUQUERQUE ; ARAUJO, ERIKA MORGANNA NEVES	Realizar uma breve análise da pesquisa avaliativa no PNAE. Envolveu uma pesquisa bibliográfica de 2010 a 2015 nas bases de dados Bireme e Scielo	Análise do PNAE (não se aplica aos objetivos, pois não faz qualquer análise do papel da merendeira).
A alimentação como política social ao longo da história do IFRN: da escola de aprendizes artífices de natal à escola industrial de natal	2018	GIZELLE RODRIGUES DOS SANTOS ; MÁRCIO ADRIANO DE AZEVEDO	investigar os meandros da oferta da alimentação escolar enquanto uma política social institucional	Contribuição da alimentação escolar

Revista brasileira da educação profissional e tecnológica, 01 august 2018, vol.2(15), pp.e7179-e7179.				
Food and nutrition workshops based on the evaluation of food consumption and the physical activity profile of schoolchildren/ ficinas de educação alimentar e nutricional a partir da avaliacao do consumo alimentar e do perfil de atividades fisica de escolares Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento, 2019, Vol.13(78), p.238(11)	2019	PARDINO, JULIANA SILVEIRA ; CAMPOS, LUANA RIBEIRO ; FERREIRA, VANESSA ALVES ; NEUMAN, DORA ; PIRES, IVY SCORZI CAZELLI	Realizar ações de Educação Alimentar e Nutricional por intermédio de oficinas sobre alimentação, nutrição e estilo de vida em uma escola publica localizada no interior do Estado de Minas Gerais, Brasil.	Ações de EAN na escola (oficinas)
Curriculum and evaluation: the necessary articulation for the learning process of students in the public school system in the state of Sao Paulo/ Curriculo e avaliacao: articulacao necessária em favor da aprendizagem dos alunos da rede publica de Sao Paulo. Sao Paulo em Perspectiva, Jan-June, 2009, Vol.23(1), p.57(16).	2009	FINI, MARIA INES	relatar o trabalho da Secretaria de Estado da Educação de Sao Paulo para o enfrentamento do problema relativo ao desempenho insuficiente dos alunos da rede publica estadual. Apresenta as metas para 2010, as ações e os projetos para desenvolvimento do currículo, aprimoramento do sistema de avaliacao, recuperação e fortalecimento das equipes escolares e das diretorias de ensino e capacitação continuada das equipes escolares, evidenciando sua articulacao.	Relação da alimentação escolar com o desempenho escolar

Fonte: Elaboração e criação DIAS, M.S.O. (2020) a partir da plataforma Portal de Periódicos CAPES/MEC. https://www.periodicos.capes.gov.br/

Na busca realizada não foi evidenciado resultados que aborde a memória de merendeiras.

Portal de Periódicos Edições UESB

No Portal de Periódicos Edições UESB, foram selecionadas as revistas com possibilidades de se relacionar com a temática abordada neste estudo: Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas, Revista Estudos da Língua (gem), Revista Geopauta e Revista Práxis Educacional, Politeia – História e Sociedade, Revista Extensão e Cidadania. Em seguida, realizamos a busca pelos descritores memória, merendeira, merendeiras, merenda escolar, alimentação, alimento e nutrição. Com o descritor memória foram encontrados 3 resultados no Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas, 53 resultados na Revista Estudos da língua (gem), 4 resultados na Revista Geopauta, 18 na Revista Práxis Educacional. Com o descritor alimentação foram encontrados 2 resultados na Revista Práxis Educacional, 1 resultado para a Revista Extensão e Cidadania, 8 resultados na Revista Saúde.Com. Com o descritor alimentos foram encontrados 2 resultados na Revista Geopauta. Com o descritor nutrição foram encontrados 6 resultados na Revista Saúde.Com.

Após a leitura do tema e dos objetivos do material encontrado, apenas 3 artigos (Quadro 9, p. 61) estavam de acordo com a temática delimitada, conforme quadro abaixo.

Quadro 9: Revistas que podem atender ao objetivo da nossa pesquisa (selecionado por meio do Portal de Periódicos Edições UESB)

Artigo/Livro/Capítulo	Ano de Publicação	Autor	Objetivo	Contribuições
O espaço geográfico para além de suas materialidades: memória, tradição e o saber fazer dos alimentos (Revista Geopauta)	2019	SÔNIA DE SOUZA MENDONÇA MENEZES, GEISA FLORES MENDES	Suscitar questões e apresentar temáticas de pesquisa que conduzam à reflexão acerca da inevitável vinculação entre o espaço geográfico e a memória social considerando como uma vertente significativa de análise a produção e consumo de alimentos e seu viés identitário.	A representação do alimento; Memória do alimento.
Revisão sistemática sobre educação alimentar e nutricional: sujeitos, saberes e práticas em diferentes cenários (Revista	2016	ADRIANO MAIA DOS SANTOS	Revisão sistemática com o tema EAN, com 89 artigos	

Saude.Com)				
Estudos sobre alimentação de escolares: panorama brasileiro	2018	JAMILLE MARINHO BRAZIL, ANA CRISTINA SANTOS DUARTE	Investigar a produção científica acerca da alimentação de escolares no Brasil.	

Fonte: Elaboração e criação DIAS, M.S.O. (2020) a partir do Portal de Periódicos Edições UESB. http://periodicos2.uesb.br/

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD

No estado da arte realizado Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, foram localizados 16.472 resultados para memória; 62 resultados para merendeiras; 202 resultados para merenda escolar; 174 resultado para "merenda escolar"; 1.596 para alimentação escolar; 401 resultados para "alimentação escolar". Para refinar a pesquisa, utilizamos os boleadores AND e fizemos o uso das aspas para os descritores formados por duas palavras.

Os seguintes resultados foram encontrados: memória AND merendeiras 2 resultados; memória AND "merenda escolar" 3 resultados; memória AND alimentação escolar 23 resultados; merenda escolar AND merendeira 22 resultados;

Após leitura dos títulos e dos resumos dos trabalhos encontrados, foram selecionados aqueles que poderiam vir a atender os objetivos desse trabalho. Esse resultado é apresentado no Quadro 10 (p.62).

Quadro 10: Teses e dissertações selecionadas por meio da relação entre os descritores "merendeira", "memória" e "merenda escolar" e que podem atender aos objetivos do nosso objeto (selecionadas por meio da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD)

Artigo/Livro/Capítulo	Ano de Publicação	Autor	Objetivo	Contribuições
Memórias e identidades em torno da alimentação e da culinária em escolas rurais no Distrito Federal (1970-2012)	2013	LITWINCZIK, VIRGINIA	interpretar sentidos construídos em torno da culinária e da alimentação e das identidades de merendeiras de escolas rurais, por meio de suas histórias e memórias sobre as localidades onde moram e trabalham, mas também sobre suas trajetórias de vida, a partir do registro e análise de	Melhor entendimento da memória em torno da alimentação.

			documentos orais, escritos e visuais.	

A Identidade Profissional pela Tessitura do Discurso de Funcionários/as da Escola Pública Estadual no Programa Profuncionário. UFMA	2014	Lopes, Cláudia Simone Carneiro	analisar a identidade profissional de funcionários/as da escola da educação básica (merendeiros/as, vigias, secretários/as, zeladores/as, funcionários/as responsáveis pelas salas de multimídia, de vídeo e biblioteca), por meio dos discursos oficiais e dos discursos produzidos por estes/as em seu processo de formação no Programa Profuncionário Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público.	Melhor compreensão da identidade da merendeira
O papel do ambiente escolar na cultura alimentar Kaingang: o caso da terra indígena Rio das Cobras - PR	2017	Mineiro, Suzana Kagmu	verificar se ocorrem e como ocorrem as dinâmicas de valorização e revitalização a cultura alimentar indígena nas escolas da Terra Indígena Rio das Cobras em nova Laranjeiras (PR).	Melhor compreensão da alimentação escolar
A história da alimentação co mo ferramenta de ensino de história	2018	Oliveira, Adriana Sassi de	O presente estudo propõe o desenvolvimento de possibilidades de ensino através da História da Alimentação como proposta de aprendizagem histórica.	Maior apropriação da história da alimentação escolar
Acepções de merendeiras sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar em um bairro de Salvador, Bahia	2013	Tanajura, Indira Menezes Pinto de Castro	O presente estudo resgata os significados atribuídos por merendeiras do PNAE compreendendo, suas reflexões e práticas de seu trabalho cotidiano na escola. Também, ressalta o papel desempenhado por essas profissionais no oferecimento de uma alimentação escolar de qualidade.	Melhor compreensão das atribuições da merendeira no PNAE
Analise dos sistemas de alimentação escolar em cinco municípios do Estado de São Paulo	1986	Nutti, Marilia Regini,	Estudar o Sistema de Alimentação Escolar do Estado de São Paulo	C
O que é comer na escola? Da escola	2017	Ribeiro, Helena	Este trabalho tem como objetivo analisar a política de	

à política: uma análise do Programa Nacional de Alimentação Escolar		Cardoso	alimentação escolar no Brasil e em Portugal a partir da reflexão a respeito do texto político adotado em cada país, bem como da apreensão de como essas políticas de alimentação acontecem nas escolas.	
Avaliação do programa nacional de alimentação escolar e dos fatores associados à situação de (In) segurança alimentar e nutricional em criança	2016	Rocha, Naruna Pereira	avaliar a atuação do PNAE e os fatores associados à situação de InSan em crianças de 8 e 9 anos de escolas públicas de Viçosa, Minas Gerais, Brasil.	
Comida de casa, comida da escola: as contribuições do PNAE na preservação dos hábitos alimentares em Coruripe, Alagoas	2019	Santos, Rafaela dos	avaliar a influência do PNAE nos hábitos alimentares de comunidades escolares em Coruripe/AL	

Fonte: Elaboração e criação DIAS, M.S.O. (2020) a partir da plataforma Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD http://bdtd.ibict.br/vufind/

O Estado da Arte proporcionou maior aproximação com o sujeito da pesquisa e permitiu identificar lacunas nas discussões sobre a temática da merendeira. Por meio deste estudo, foi possível fazer um melhor delineamento do objeto e, ainda, melhor adequação dos objetivos no intuito de contribuir com as discussões do cenário acadêmico.

Dentre as lacunas encontradas, é importante enfatizar que, embora a merendeira seja indispensável no processo da merenda escolar, poucos estudos a apresenta como sujeito principal da pesquisa. Também foi percebido que ela, que está dentro do espaço escolar e exerce funções além do preparo do alimento, tem pouco reconhecimento como profissional da educação (profissional da educação não-docente) e pouca exploração das suas potencialidades como educadora em EAN.

Além disso, as discussões são incipientes com relação à subjetividade da merendeira e sobre as suas memórias. O presente estudo se propôs a conhecer, ouvir e

dar voz para elas; compreender os seus desafios e as suas contribuições para o processo de Educação Alimentar e Nutricional através dos seus testemunhos.

3 O PAPEL DA ALIMENTAÇÃO NAS ESCOLAS E A SUA RELAÇÃO COM A FUNÇÃO DAS MERENDEIRAS

Este capítulo tem o objetivo de apresentar o papel da alimentação nas escolas e a sua relação com a função das merendeiras por meio do estudo da legislação educacional, das leis, decretos, portarias e dos documentos que regulamentam as ações do Governo no que concerne à merenda escolar.

Esse estudo é necessário, pois possibilita uma investigação da memória das merendeiras sobre a merenda escolar uma vez que, para abordar sobre a merendeira, faz-se necessário, primeiramente, uma contextualização sobre o seu lugar no espaço escolar. Esse caminho se deu mediante a compreensão acerca da merenda escolar e da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no âmbito da escola.

A metodologia utilizada pautou-se, principalmente, por meio de uma pesquisa à Constituição Federal de 1988, que pontua, em seu Art. 208, sobre as garantias para que o Estado cumpra o seu dever com educação; da Lei nº 9.394, de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN); da Lei nº 11.947 de 2009, principal legislação que rege a alimentação escolar da educação básica nas escolas da rede pública; no Plano Nacional da Educação (PNE), por meio da Lei nº 13.005, de 2014; na Resolução/CD/FNDE nº 26 de 16 de julho de 2013 e a Resolução CFN nº 465 de 2010, que dispõe sobre as atribuições do nutricionista na Alimentação Escolar.

O capítulo está organizado em três tópicos: O tópico 3.1, intitulado a legislação da Merenda escolar: aspectos importantes, discorre sobre a legislação da merenda escolar e pontua aspectos relevantes que embasam essa pesquisa como, conceitos, princípios, objetivos e diretrizes da merenda escolar; O tópico 3.2, intitulado abrangência da Merenda Escolar, versa sobre a sua abrangência e sobre a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública da educação básica; O tópico 3.3, intitulado agentes que atuam na merenda escolar, apresenta os principais responsáveis pelo funcionamento do PNAE e está subdivido para melhor pontuar os aspectos: recebimento e distribuição dos recursos, normatização, coordenação, fiscalização, processo de transferência de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a complementação pelos entes federados.

3.1 A legislação da merenda escolar: aspectos importantes

A Constituição Federal (1988) garante, em seu Artigo 6º, que a Educação é um direito social de todos e em seu Artigo 205 que ela é um dever do Estado. Para que o Estado cumpra com o seu dever, é necessário oferecer condições para que a educação aconteça. Deste modo, no Art. 208 o Estado oferece garantias para que ela seja efetivada. Dentre as garantias, está o direito à alimentação escolar, que é apresentado no inciso "VII: atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, **por meio de programas suplementares** de material didático-escolar, transporte, **alimentação** e assistência à saúde" (BRASIL, 1988). (grifo nosso)

Esta determinação, também disposta na LDBEN/1996, no Art. 4º, inciso VIII, é uma importante ação governamental, pois possibilita, aos estudantes, condições de manter-se na escola, principalmente, àqueles que estão em vulnerabilidade social.

Da mesma forma, o Plano Nacional da Educação (PNE), apresenta a alimentação escolar como uma estratégia para elevar as taxas de alfabetização, conforme constatado na Meta 9 e na estratégia 9.7, apresentadas na Lei nº 13.005, de junho de 2014:

> [...] elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.
> [...] (9.7) executar ações de atendimento ao (à) estudante da educação de jovens e adultos **por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde**, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde; (BRASIL/PNE, 2014). (grifo nosso)

Percebemos que as leis e documentos norteadores da educação básica trazem a alimentação escolar como uma forma de melhorar a aprendizagem do aluno e reduzir o analfabetismo. Também influencia, expressivamente, na redução da evasão escolar, pois o alimento oferecido na escola torna-se um atrativo para o aluno. O oferecimento da merenda escolar é feito pelos programas suplementares de alimentação, nesse caso o PNAE – gerenciado, desde 1998, pelo FNDE, uma autarquia do Ministério da Educação. Sua responsabilidade é compartilhada pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

Implementado em 1955, com a denominação "Campanha da Merenda Escolar" (CME), O PNAE é o maior e mais antigo programa social do Governo. Atende a todos

os estudantes da educação básica, da rede pública e, também, àqueles de escolas filantrópicas e das instituições comunitárias conveniadas ao poder público. Importante destacar o estímulo ao desenvolvimento econômico e sustentável, já que 30% do valor repassado se destinam à compra direta de produtos da agricultura familiar e das comunidades indígenas e quilombolas (BRASIL, 2017).

Dessa forma, o programa estabelece a aquisição de gêneros alimentares sazonais produzidos pela agricultura familiar, o que garante a aquisição de alimentos com maior variedade e frescos e, ainda, fortalece a agricultura local.

O PNAE é regulamentado pela Lei 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. No 1º Artigo da referida lei é apresentado que: "para efeitos dessa Lei, entende-se por alimentação escolar **todo alimento oferecido no ambiente escolar**, independentemente de sua origem, durante o período letivo" (BRASIL, 2009). (grifo nosso).

Nessa citação, a Lei aponta que os alimentos oferecidos nas cantinas das escolas também são considerados alimentação escolar assim como o alimento que o aluno leva de casa para a escola. No entanto, o alimento ofertado pela escola tem um grande impacto na vida dos alunos da rede pública e seus benefícios se expandem por toda a sociedade. Muitos deles têm a merenda escolar como única fonte de nutrientes durante o dia. Para corroborar com o nosso pensamento, Bezerra (2009), aponta que:

> Quando admitem existir alguns alunos que frequentariam a escola mais para comer, a merenda aparece como a única alimentação do dia para eles, fato que estaria diretamente relacionado à falta de emprego, uma vez que, se os pais dessas crianças tivessem empregos dignos e razoavelmente remunerados, não haveria nem a necessidade da comida na escola. (BEZERRA, 2009, p. 112).

O referido autor chama a atenção para as questões sociais que estão envolvidas na importância da merenda escolar, como o desemprego dos pais dos alunos. Sua crítica à necessidade da merenda, oferecida pela escola, vincula-se às precárias condições de vida dos alunos. O autor aponta, ainda, que a relação da merenda com a carência do aluno é associada, pelas merendeiras, com a imagem do "aluno que desmaia de fome" ou que está mais magro no retorno das férias.

Com o mesmo pensamento, Mota *et al* (2013) ressaltam que "Para alguns alunos, principalmente os de condições socioeconômicas menos favorecidas, a

alimentação escolar é primordial, pois muitas vezes ele é sua principal ou única refeição do dia" (MOTA *et al*, p.169). Contudo, as ações do PNAE não se limitam ao oferecimento da alimentação escolar. Seu objetivo, evidenciado no Art. 4º, desta mesma lei, é muito abrangente:

> O programa Nacional de Alimentação Escolar tem o objetivo de **contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial,** a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (BRASIL, 2009). (grifos nosso)

Quando um estudante tem acesso a uma alimentação com qualidade nutricional e com aporte calórico de acordo com o seu tempo de permanência na escola, os benefícios serão refletidos em todo o seu organismo.

Além do mais, esse objetivo reflete a importância que o programa tem para o processo de aprendizagem e para o rendimento escolar dos alunos. O Plano Nacional da Educação (PNE) apresenta a alimentação escolar como estratégia para elevar a taxa de alfabetização da população de quinze anos ou mais, para 93,5% e também contribuir para erradicar o analfabetismo (BRASIL, 2014).

Portanto, é possível inferir que um aluno bem alimentado rende mais e aprende melhor, pois a sua capacidade de concentração aumenta e isto lhe permite melhores condições de assimilar os conteúdos e de se tornar mais ativo nas atividades escolares. Consequentemente, o seu rendimento escolar se eleva e o seu interesse pelos estudos também aumenta, o que contribui, diretamente, para a sua permanência na escola e para uma diminuição da evasão escolar.

Com o nosso grifo, destaca-se a preocupação do programa com o desenvolvimento integral do indivíduo, pois busca observar os aspectos biológicos, psicológicos e sociais do aluno. Deste modo, mais do que oferecer o alimento, existe a preocupação em educar e formar hábitos saudáveis; fazer com que o indivíduo seja capaz de fazer as suas próprias escolhas alimentares.

A formação de hábitos saudáveis dos alunos é outra questão relevante. Por meio da merenda escolar o aluno tem acesso a uma variedade de alimentos que atende às suas necessidades fisiológicas e a sua demanda nutricional. Ao consumir, rotineiramente, alimentos nutritivos e variados, o aluno passa a incorporá-los, naturalmente, na sua

alimentação e, com o aporte de uma Educação Alimentar e Nutricional (EAN), além da manutenção do seu estado nutricional, ele passa a entender a importância destes em sua alimentação.

A atuação da EAN no âmbito escolar tem a sua importância reconhecida em diversas legislações que regem a educação, conforme é apresentado no Quadro 11 (p. 71). Ela é fundamental para a construção de hábitos alimentares saudáveis e para que o aluno aprenda a se alimentar de forma correta, pois o conduz o a tomar decisões conscientes para uma alimentação segura e adequada, sem que isto seja uma imposição. Consequentemente, o aluno será capaz de ter autonomia nas suas escolhas, o que pode ser evidenciado, também, no Art. 13 da Resolução/CD/FNDE nº 26/2013 onde apresenta que,

> Para fins do PNAE, será considerada Educação Alimentar e Nutricional - EAN o conjunto de ações formativas, de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, **que objetiva estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis** que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo (BRASIL, 2013). (grifo nosso)

A definição da EAN, dada pelo artigo citado, sustenta a afirmação, presente neste estudo, da importância de assegurar, ao aluno, por meio dessas ações formativas, uma aprendizagem que o torne independente nas suas escolhas alimentares. Esta independência, ou a autonomia nas escolhas, será construída por meio de um aprendizado significativo que, segundo Freire (2002), acontece quando o educando vê sentido no que está sendo ensinado; quando o conhecimento exposto é útil, quando o ajuda a interpretar o mundo e a se reconhecer nele.

QUADRO 11: Síntese da legislação sobre a EAN no âmbito escolar

Lei/Data	Objetivo da Lei	Disposição	Observação
Lei nº 9.394 20 de dezembro de 1996.	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	**Art. 26**. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas	Incluído pela Lei nº 13.666, de 2018.

		características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. **§ 9º-A -** A educação alimentar e nutricional será incluída entre os temas transversais de que trata o **caput.**	
Lei nº 13.666 16 de maio de 2018	Altera a Lei nº 9.394 (Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar.	**§ 9º-A**. - A educação alimentar e nutricional será incluída entre os temas transversais de que trata o **caput.**	Inclui o parágrafo 9º A, na LDBEN/1996.
Lei nº 11.947 16 de junho de 2009.	Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar	**Art. 2º** São diretrizes da alimentação escolar: **II -** a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;	
Lei nº 13.005 25 de junho de 2014	Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras	**Meta 9:** elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa	Coloca a alimentação escolar entre as estratégias para melhorar a

	providências	de analfabetismo funcional. **9.7)** executar ações de atendimento ao (à) estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde;	qualidade da educação

Fonte: a partir das Leis nº 9.394/1996; 13.666/2018; 11.947/2009. Elaboração: DIAS, M.S.O.

A LDBEN também reconhece tal importância e garante que a EAN esteja presente no currículo escolar. Conforme consta no Art. 26, "§ 9º- a educação alimentar e nutricional será incluída entre os temas transversais de que trata o caput." (BRASIL/LDB, 1996).

Até o início de 1994, o alimento oferecido na merenda escolar era unificado em todas as escolas do país, ou seja, um cardápio único que não considerava a subjetividade de cada região, uma vez que a compra da merenda era centralizada pelo Governo Federal. Consequentemente, a merenda era composta de produtos industrializados e os produtos frescos, como verduras e legumes, não poderiam ser enviados por serem perecíveis.

Com a descentralização, ocorrida mediante Lei 8.913 (Revogada pela Lei 11.947 de 2009), de 12 de junho de 1994, que dispõe sobre a municipalização da merenda escolar, a aquisição do alimento escolar passa a ser de responsabilidade dos estados e dos municípios mediante recursos, suplementares, repassados pelo FNDE (BRASIL, 1994).

Revogada esta lei, a descentralização da merenda permaneceu através do Art. 4º, da Lei nº 9.533 de 10 de dezembro de 1997, determinando que:

> Os recursos federais serão transferidos **mediante convênio entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação** – FNDE e o Município ou, se for o caso, o Estado, observado o disposto neste artigo quanto à forma de acompanhamento, ao controle e à fiscalização do programa municipal (BRASIL, 1997). (grifo nosso)

Esta redação foi dada pela Medida Provisória nº 2.178-36 de 2001, mas embora a descentralização da merenda escolar permaneça, a transferência de recursos,

doravante, não necessita de convênios, conforme o disposto no Art. 5º, da Lei 11.947 de 2009.

> § 1º A transferência dos recursos financeiros, objetivando a execução do PNAE, será efetivada automaticamente pelo FNDE, **sem necessidade de convênio, ajuste, acordo ou contrato,** mediante depósito em conta corrente específica (BRASIL, 2009). (grifo nosso)

Destacar esses acontecimentos sobre a descentralização de recursos é importante para entender, não somente a evolução do cardápio da merenda escolar, mas, sobretudo, as possibilidades que ela representa, como, por exemplo, respeitar a subjetividade de cada município, conforme destaca o Art. 12

> Os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo nutricionista responsável com utilização de gêneros alimentícios básicos, **respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade**, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, na alimentação saudável e adequada (BRASIL, 2009). (grifo nosso)

A determinação possibilitou que cada município elabore o cardápio da alimentação de acordo com os seus hábitos alimentares e com o respeito à cultura e às tradições de cada localidade.

Outro aspecto levado em consideração na elaboração do cardápio, que entrou em vigor a partir da Lei 12.982 de agosto de 2014, que altera o Art. 12 da Lei 11.947, é o respeito à necessidade específica de alunos que necessitam de uma alimentação diferenciada daquela oferecida na alimentação escolar a exemplo de estudantes diabéticos, celíacos, com intolerância a lactose ou alergias alimentares,

> § 2º Para os alunos que necessitem de atenção nutricional individualizada em virtude de estado ou de condição de saúde específica, será elaborado cardápio especial com base em recomendações médicas e nutricionais, avaliação nutricional e demandas nutricionais diferenciadas, conforme regulamento (BRASIL, 2009; 2014).

A inserção do parágrafo 2º foi importante para garantir, aos alunos com restrições alimentares, o recebimento de uma alimentação especial e adequada a sua condição de saúde específica, uma vez que a ingestão de alimentos com glúten, por uma pessoa portadora de doença celíaca, por exemplo, causa uma reação exagerada do

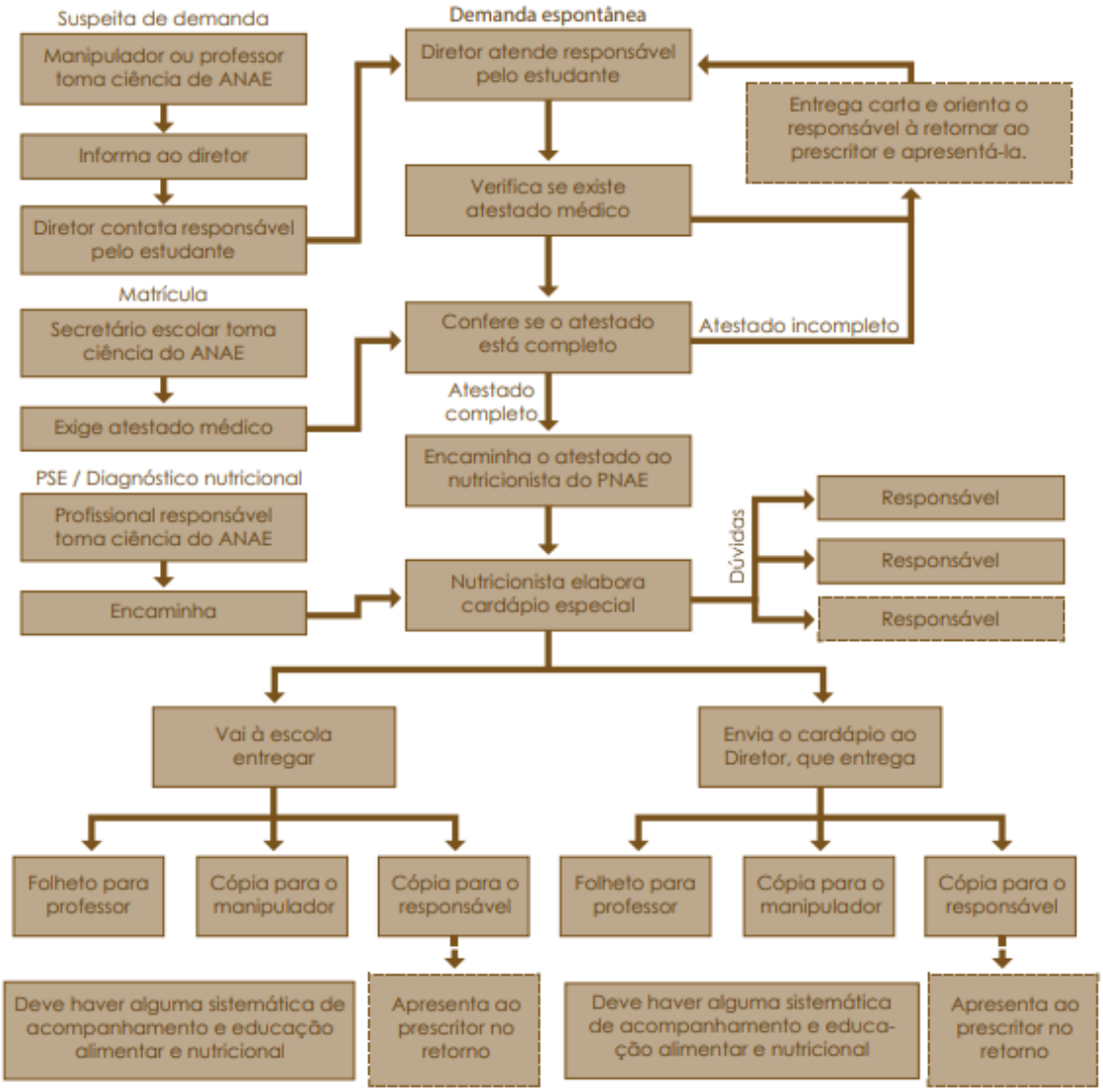
sistema imunológico que resulta em dores, diarreia, déficit de crescimento e outras reações.

Em 2017, visando garantir a oferta da alimentação especial, foi criado, o Caderno de Referência sobre a Alimentação Escolar para Estudantes com Necessidades Especiais, um guia com informações e recomendações para auxiliar na elaboração do cardápio escolar. Nele, são abordadas as "recomendações específicas para cada necessidade alimentar especial ou grupo de necessidades, em termos de elaboração de cardápio especial e cuidados no atendimento ao aluno com tal condição" (BRASIL, 2017b, p.14).

O Guia é uma importante ferramenta para direcionar o nutricionista em todos os aspectos que envolvem a alimentação especial e o acolhimento.

As necessidades específicas como, alergias alimentares, doença celíaca, diabetes, dislipidemias, hipertensão arterial sistêmica e a intolerância à lactose são abordadas em cada capítulo – os capítulos estão estruturados em uma síntese de recomendações direcionadas para a elaboração do cardápio especial: preparo, distribuição e substituição de alimentos e a exclusão de determinadas fontes como trigo ou lactose. Outro tópico, muito relevante, está relacionado com a identificação das necessidades e dos procedimentos necessários para conscientizar o aluno a exerça o seu direito. A Figura 6 (p. 76) apresenta o fluxograma denominado Fluxo de acolhimento onde estão descritos todos os passos para identificar e atender o aluno com necessidade alimentar específica, conforme preconiza a lei.

FIGURA 6 – Fluxo de acolhimento



Fonte: Caderno de Referência sobre a Alimentação Escolar para Estudantes com Necessidades Especiais (BRASIL, 2017b, p. 16).

O Fluxo de acolhimento (Figura 6, p. 76) contribui para que todos os envolvidos na alimentação escolar compreendam o seu processo. Nele são consideradas as cinco formas de identificar esses alunos como, por exemplo, "a demanda espontânea na escola, a suspeita de demanda na escola; a declaração na matrícula, o encaminhamento pelo setor de saúde, notadamente pelas equipes do Programa Saúde na Escola (PSE), e o diagnóstico nutricional" (BRASIL, 2017, p. 15).

Para que os Alunos com Necessidades Alimentares Especiais (ANAE) tenham o seu direito garantido, eles necessitam de um atestado que comprove o diagnostico e a necessidade de uma alimentação diferenciada – O atestado é apresentado à escola e ao nutricionista para devidas providências.

No entanto, muitas vezes, o aluno e ou a família desconhecem sua condição e o problema pode ser identificado no cotidiano da vida escolar, seja por um professor, seja pelo diretor ou pela própria merendeira. Em casos como esses, o responsável, por identificar o problema deve reportar-se ao diretor da escola, que contata o responsável pelo aluno para indicar as devidas providências.

De posse do atestado, o nutricionista elabora o cardápio especial e apresenta ao diretor, à merendeira e ao professor. Cabe a ele (nutricionista) esclarecer dúvidas, fazer um acompanhamento deste processo e aplicar ações de EAN.

Vale ressaltar que diversas ações de EAN, como o olhar educativo para mudanças de conduta, são evidenciadas nas escolas como as realizadas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), pois, além de oferecer alimentação escolar, promove ações educativas voltadas para capacitar o aluno a ter criticidade e autonomia nas suas escolhas alimentares – almejando uma alimentação saudável.

Diante de todo o exposto, observa-se que a elaboração do cardápio da alimentação escolar é criteriosa e obedece a uma série de determinações impostas pela legislação escolar. Todo um cuidado deve ser observado e a merendeira deve estar capacitada, não somente para executar o preparo do alimento, mas também para ler o cardápio e fazer as preparações de acordo com o que está descrito e, ainda, tomar todos os cuidados na manipulação do alimento para evitar, por exemplo, uma contaminação cruzada, de um alimento que contenha glúten, na alimentação de um portador de doença celíaca. Cabe a ela, também, realizar uma troca na preparação da merenda escolar em uma eventual falta de qualquer ingrediente.

Conforme discussão realizada neste capítulo, evidencia-se a importância da merenda escolar e a complexidade que a acompanha desde que foi implantada - “para além do pão com leite” **(**TAKAHASHI; PIZZI; DINIZ, 2010).

> Para o cumprimento das metas nutricionais, a tradicional merenda escolar se transformou em refeições mais elaboradas, constituídas de, por exemplo, arroz, feijão, estrogonofe de frango e batata sautée, os quais acarretam um maior número de procedimentos, maior dispêndio de tempo no seu preparo e, por consequência, o uso mais intensivo do sistema musculoesquelético das merendeiras (TAKAHASHI, PIZZI E DINIZ, 2010, p. 364).

Vale problematizar que estas determinações relacionadas ao cardápio, assim como às relacionadas com o objetivo do PNAE, só serão amplamente alcançadas se

houver uma aceitação da merenda escolar pelos alunos. Isto compreende que ela precisa ser bem elaborada e com aspecto, aroma e sabor agradável, pois, os aspectos sensoriais são atrativos para os alunos – o que comprova a importância do papel exercido pela merendeira no processo da alimentação escolar e na garantia do sucesso do programa.

3.2 Abrangência da merenda escolar

A abrangência foi alargada pela Emenda Constitucional nº 59 de 2009, que alteou a redação do Inciso VII do Artigo 208 da Constituição Federal, até então limitada aos alunos do ensino fundamental, para um atendimento ao educando em todas as etapas da educação básica. "VII - atendimento ao educando**, em todas as etapas da educação básica**, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (BRASIL, 2009b). (grifo nosso)

Em consonância, o inciso III, do Art. 2º, da Lei nº 11.947/2009 preconiza "a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública da educação básica" (BRASIL 2009).

Tanto a Emenda Constitucional quanto a Lei supracitadas, corroboram que a alimentação escolar atenda, além dos alunos do ensino fundamental, os alunos de todas as modalidades de ensino como creches, pré-escolas, escolas indígenas e quilombolas, ensino médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA), ensino integral, Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, os alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contra turno.

Além dos estudantes de escolas públicas, a Resolução/CD/FNDE nº 26 de 16 de julho de 2013, considera, em seu Art. 4º,

> §1º os alunos da educação básica de escolas filantrópicas e entidades comunitárias.
> I – educação básica das entidades filantrópicas ou por elas mantidas, inclusive as de educação especial e confessionais;
> II – educação básica das entidades comunitárias, conveniadas com o poder público (BRASIL, 2013).

Desde a implantação, o programa da merenda escolar cresce em qualidade e amplia sua abrangência para atingir (e atingiu) a universalidade. Em 2013, a Lei passa a estender a alimentação para além das escolas da rede pública confirmando o seu comprometimento com a Política Nacional de Alimentação.

3.3 Agentes que atuam na merenda escolar

Este tópico apresenta alguns atores que participam do funcionamento da merenda escolar e aborda, resumidamente, o processo de transferência de recursos e quem a financia.

O Governo garante o direito à alimentação escolar que é financiada pelo FNDE, por meio do PNAE, em caráter suplementar, conforme é descrito no Art. 208, inciso IV, da Constituição Federal (1988). Assim, os recursos transferidos deverão ser complementados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

O PNAE, do ponto de vista operacional, tem como órgãos ou áreas gestoras:

FNDE; as Entidades Executoras, que são as Secretarias de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e, as escolas federais;

Unidade Executora, que representa a comunidade educativa, como a associação de pais e mestres; o Conselho de Alimentação Escolar (CAE);

Tribunal de Contas da União e Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União;

Ministério Público Federal;

Secretarias de Saúde e de Agricultura dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e;

Conselho Federal e Conselhos Regionais de Nutricionista (BRASIL, 2017).

A merenda escolar é financiada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, através PNAE, em caráter suplementar, conforme é descrito no Art. 208, inciso IV, da Constituição Federal (1988). Assim, os recursos transferidos deverão ser complementados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

3.3.1 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) o órgão responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC), que tem o objetivo de captar recursos financeiros para o financiamento de ensino e de pesquisa com vista a melhorar a qualidade da educação. Criado em 1968, pela Lei nº 5.537 e alterada pelo Decreto-Lei nº 872 em 1969, “O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Isso quer dizer que ele é uma entidade pública, fiscalizada pelo Estado, mas que

possui autonomia para sua gestão" (BRASIL, 2018, p. 1); é o responsável pela execução do PNAE; é quem responde pela normatização, coordenação, monitoramento e pela transferência de recursos,

> Art. 5º Os recursos financeiros consignados no orçamento da União para execução do PNAE **serão repassados em parcelas aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às escolas federais** pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, em conformidade com o disposto no art. 208 da Constituição Federal e observadas às disposições desta Lei.
> § 1º **A transferência dos recursos financeiros**, objetivando a execução do PNAE, **será efetivada automaticamente pelo FNDE**, sem necessidade de convênio, ajuste, acordo ou contrato, mediante depósito em conta corrente específica.
> § 2º Os recursos financeiros de que trata o § 1º deverão ser incluídos nos orçamentos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios atendidos e serão utilizados **exclusivamente** na aquisição de gêneros alimentícios.
> § 3º Os saldos dos recursos financeiros recebidos à conta do PNAE existentes em 31 de dezembro deverão ser reprogramados para o exercício subsequente, com estrita observância ao objeto de sua transferência, nos termos disciplinados pelo Conselho Deliberativo do FNDE.
> § 4º O montante dos recursos financeiros de que trata o § 1º **será calculado com base no número de alunos devidamente matriculados na educação básica pública** de cada um dos entes governamentais, conforme os dados oficiais de matrícula obtidos no censo escolar realizado pelo Ministério da Educação.
> § 5º Para os fins deste artigo, a critério do FNDE, serão considerados como parte da rede estadual, municipal e distrital, ainda, os alunos matriculados em: [...] (BRASIL, 2009, Art. 5º). (grifos nosso)

O Governo Federal, por meio do FNDE responde pela transferência, suplementar, de recursos para as Entidades Executoras. Esses recursos são provenientes do Tesouro Nacional e devem ser complementados pelos entes confederados que compartilham a responsabilidade de prover a alimentação escolar.

O valor é calculado e obtido pela relação entre o número de alunos, informados no Censo Escolar do ano anterior, o valor per capita, que é estipulado pela autarquia e o número de dias letivos, aqui considerado a variável duzentos (BRASIL, 2015).

Os valores per capta da merenda escolar são estabelecidos de acordo com cada modalidade de ensino e estão definidos na Resolução CD/FNDE n° 6, de 08 de maio de 2020, conforme demonstrado no quadro 12 (p. 81).

QUADRO 12: Valores per capta repassados pelo FNDE

MODALIDADE	PER CAPTA
Creches	R$ 1,07
Pré-escola	R$ 0,53
Escolas indígenas e quilombolas	R$ 0,64
Ensino fundamental e médio	R$ 0,36
Educação de jovens e adultos	R$ 0,32
Ensino integral	R$ 1,07
Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral	R$ 2,00
Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contra turno	R$ 0,53

Elaborado por DIAS, M.S.O. (2021), com base na Cartilha Nacional da Alimentação Escolar (2015) e atualizada a partir da Resolução CD/FNDE n° 6, de 08 de maio de 2020.

O repasse é feito em dez parcelas mensais, para as Entidades Executoras através de uma conta única e específica para o PNAE. Cada parcela corresponde a 20 dias letivos. Conforme o Quadro 12 (p. 81), os valores que o FNDE repassa para cada modalidade de ensino, considera, além da modalidade de ensino, o tempo de permanência do aluno na escola. Esta ação contribui para que a Educação alcance a todos de forma igualitária e com equidade.

3.3.2 Entidades Executoras

As Entidades Executoras (EEx) são as Secretarias de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e, as escolas federais e têm, sob sua responsabilidade, a execução do PNAE. Para tanto, devem gerir os recursos financeiros que são transferidos pelo FNDE, cuidar da oferta da alimentação nas escolas, realizar a prestação de contas e ainda, promover ações de EAN.

Os recursos podem ser geridos de forma centralizada, semidescentralizada ou descentralizada. "[...] independente da forma de gestão, o responsável pela prestação de contas será sempre a entidade executora [...]" (BRASIL, 2015, p.31). (grifo nosso)

A prestação de contas demonstra o uso dos recursos públicos, ora transferidos, pelas entidades. Deve ser feita periodicamente para o FNDEme é de responsabilidade das Entidades Executoras. Caso esta prestação não ocorra na forma e no prazo estabelecido, o repasse será suspenso pelo FNDE. O mesmo pode ocorrer, quando o CAE não é constituído ou não sana as suas pendências nos prazos determinados, quando a execução do PNAE não está de acordo com as legislações ou sob outras disposições. (BRASIL, 2015).

Outro aspecto relevante, é que as entidades executoras firmam um termo de compromisso com o FNDE onde assumem a responsabilidade de zelar pela qualidade dos gêneros alimentícios que são fornecidos para as escolas e creches.

De acordo com o Portal da Prefeitura[4], A Secretaria Municipal de Educação de Vitória da Conquista tem sob sua responsabilidade 128 instituições escolares que obedecem a configuração apresentada na Figura 7 (83).

[4] Disponível em: pmvc.ba.gov.br/educação/

FIGURA 7 – Unidades escolares de Vitória da Conquista/BA

Fonte: Elaboração da autora: DIAS, M.S.O. (2021) com base no Portal da Prefeitura de Vitória da Conquista, em nov. 2021. Disponível em: pmvc.ba.gov.br/educação/

3.3.3 Conselho de Alimentação Escolar (CAE)

O Conselho de Alimentação Escolar é um órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, que foi instituído para realizar o controle social do PNAE (BRASIL, 2017). Com a descentralização da merenda escolar, definida por meio da Lei 8.913 de 1994 (que posteriormente foi revogada pela lei 11.947 de 2009), a aquisição da merenda escolar passa a ser de responsabilidade dos Estados, Municípios e Distrito Federal, mediante os recursos que serão repassados pelo FNDE de forma suplementar. Para tanto, fica estabelecido que,

> **Art.** 2º Os recursos só serão repassados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que tenham, em funcionamento, Conselhos de Alimentação Escolar, constituídos de representantes da administração pública local, responsável pela área da educação; dos professores; dos pais de alunos; e de trabalhadores rurais.
> **Art.** 3º Cabe ao Conselho de Alimentação Escolar, entre outras, a fiscalização e o controle da aplicação dos recursos destinados à merenda escolar, e a elaboração de seu regimento interno (BRASIL, 1994).

Fica estabelecido, por meio dos artigos supracitados, que o repasse dos recursos ocorre, apenas, para as Entidades Executoras que possuam um CAE em pleno

funcionamento – formado por, no mínimo, sete membros de diversas representações sociais, como o Poder Executivo, os trabalhadores da educação e discentes, os pais de alunos e a sociedade civil. O representante do Poder Executivo, conta com um membro titular e um suplente, as demais representações terão dois titulares e dois suplentes (BRASIL, 2015; 2009).

Os membros do CAE são indicados pelas entidades e eleitos, em assembleia pública, por votação direta que deve ser registrada em ata. A indicação dos representantes do Poder Executivo é feita pelos Governadores, nos estados e Distrito Federal, e pelos prefeitos, nos municípios; a dos representantes da educação se dá pelo próprio órgão; os representantes de pais e alunos, por conselhos escolares, associação de pais e mestres ou similares e os representantes da sociedade civil são escolhidos por indicação de igrejas, sindicatos, associações (BRASIL, 2015; 2009).

Os membros eleitos formam o conselho que fiscaliza toda a execução do PNAE. Dentre as suas funções ele, monitora e fiscaliza a aplicação dos recursos. É responsável por zelar pela qualidade dos alimentos e pelas condições de higiene, zela pela aceitabilidade do cardápio, comunica irregularidades, realiza reuniões para a apreciação de contas e outras deliberações e elabora regulamento interno e o plano de ação (BRASIL, 2015; 2009).

O CAE da cidade de Vitória da Conquista[5] é formado por 14 conselheiros, entre titulares e suplentes Encontros de capacitação são realizados periodicamente no intuito de manter a qualidade dos serviços prestados e têm, dentre as suas abordagens, zelar pela qualidade dos produtos que fazem parte do processo de produção da merenda escolar, em todas as etapas, desde a aquisição dos insumos, seu armazenamento, a elaboração e a distribuição da merenda para os alunos.

Cada membro do Conselho deve entender o funcionamento do órgão e do seu papel nesse processo de fiscalização. No início de Outubro de 2021, por exemplo, foi realizado, na sede da Coordenação da Alimentação Escolar, um Curso de Formação Sobre o Papel do Conselho destinado aos novos conselheiros no intuito de capacitá-los para desempenhar as suas funções com excelência.

Entender o CAE, suas atribuições e a sua atuação na merenda escolar foi muito importante para essa investigação, já que suas funções estão diretamente relacionadas com o trabalho desenvolvido pela merendeira. Ele é o órgão responsável por

[5] De acordo com o Portal da Prefeitura de Vitória da Conquista/BA. Disponível em: https://www.pmvc.ba.gov.br/

acompanhar e fiscalizar todo o processo da alimentação escolar como a aplicação dos recursos, a compra dos ingredientes que irão compor a merenda escolar, recebimento destes insumos, da elaboração e da entrega do alimento ao aluno "[...] para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada" (BRASIL, 2009, Art. 2º). Portanto, ele também, fiscaliza todo o trabalho das merendeiras.

Assim, além do comando externo, do nutricionista, e do comando interno, do diretor da escola, a merendeira deve realizar as suas funções sob o monitoramento e a fiscalização deste órgão.

3.3.4 Conselho Federal e Conselhos Regionais de Nutricionista

As atribuições do nutricionista, na alimentação escolar estão dispostas na Resolução CFN nº 465/2010 e no Capítulo V, da Resolução/CD/FNDE nº 26 de 16 de julho de 2013. Ambas consideram que ele deve zelar pela preservação, promoção e recuperação da saúde.

De acordo com a Resolução/CD/FNDE nº 26/2013, ele deve estar habilitado e regularmente inscrito no CRN da sua região. Dentre as suas atribuições estão o planejamento e acompanhamento do cardápio, avaliação nutricional, teste de aceitabilidade, coordenação das ações de EAN, interação com o CAE, controle higiênico sanitário e o treinamento das merendeiras.

A elaboração do cardápio é atribuída ao nutricionista que deve considerar a cultura alimentar e o perfil epidemiológico da população. Da mesma forma, conforme o Art. 12, inciso III, da referida resolução, ele deve, em conjunto com a direção da escola, coordenar as ações de EAN e cabe às Entidades Executoras, fornecer condições de trabalho suficientes para realizar estas ações.

Estas ações, conforme dispõe o Artigo 13, objetivam: [...] **estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis** que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde do es4colar e a qualidade de vida do indivíduo (BRASIL, 2013). (grifo nosso).

A adoção voluntária dessas práticas e escolhas direciona o educando para uma emancipação no processo de educação dos seus hábitos alimentares uma vez que as suas escolhas serão baseadas na autonomia adquirida durante o aprendizado e não em uma imposição do educador.

Considerações sobre a legislação escolar

Considerada uma das mais relevantes e a mais antiga política pública, a merenda escolar atende 27 estados e 5.570 municípios e cerca de 40 milhões de estudantes (BRASIL, 2017; 2020b), "que somam em torno de 150 mil escolas, incluindo as federais, filantrópicas e comunitárias conveniadas com o poder público" (BRASIL, 2020b, p. 3). Sua trajetória é longa e passou por diversas transformações como mudanças na nomenclatura, nos interesses, nos objetivos, nas diretrizes, na criação, modificação e extinção de órgãos, dentre outras. Tais modificações são importantes e fomentaram a magnitude do PNAE. Em virtude disso, infere-se que a merenda atua no bem estar físico e social do aluno, podendo, dentre outros aspectos elevar o rendimento escolar do educando.

No Brasil, além de estar presente na legislação educacional, temos uma legislação específica acerca da merenda que é muito discutida e evidenciada nos estudos acadêmicos, a Lei 11.947 de 2009. Assim, juntamente com o nutricionista, a merendeira deve compreender o processo de produção do alimento, em todas as suas etapas. Ela está à frente do processo de produção das refeições e participa do caráter social do PNAE. No entanto, observamos discretas citações sobre as merendeiras nas legislações.

Estudar esta legislação permitiu compreender a representação da merenda para o processo de educação, para os alunos e para a sociedade e, ainda, estabelecer uma relação com a merendeira e com o seu papel nesse processo. Essa compreensão instigou a construção das categorias de campo, utilizadas no roteiro da entrevista e apresentadas no capítulo cinco, intitulado A atuação da merendeira no âmbito escolar: mais que uma cozinheira, um agente social da educação.

4 A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ÂMBITO ESCOLAR

O objetivo deste capítulo é compreender a Educação Alimentar e Nutricional, no âmbito escolar, entendo que as suas ações, visam "o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos" (BRASIL, 2009, Art. 4º). Esta compreensão embasa a discussão das possibilidades e dos desafios enfrentados pelas merendeiras na EAN.

A EAN é discutida no cenário acadêmico e documentos normativos que estão presentes no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), na Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), e no Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas, dentre tantos outros evidenciam a magnitude da sua importância.

Para esta compreensão, o capítulo foi dividido em dois tópicos. No primeiro, intitulado EAN: Um breve contexto, é apresentado um conciso histórico da EAN no Brasil, pois para compreender esse campo do conhecimento, no âmbito escolar, é necessário compreender como se deu a sua evolução e quais foram as principais contribuições para a promoção de hábitos alimentares saudáveis (principalmente para a diminuição de doenças associadas a uma má alimentação). O segundo tópico, "A EAN como tema transversal da educação", discorre sobre a sua importância no currículo escolar e evidencia o percurso que a tornou obrigatória na transversalidade dos currículos da educação básica.

4.1 EAN: Um breve contexto

Em 1991 foi sancionada a Lei Federal 8.234, responsável por regulamentar a profissão e as atribuições de um nutricionista. Em seu 3º artigo, aborda sobre as atividades privativas do nutricionista destacando que é cabe a ele, o nutricionista, "o ensino das disciplinas de nutrição e alimentação nos cursos de graduação da área de saúde e outras afins;" (BRASIL, 1991). Nesse tópico, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é abordada como disciplina e como um campo do conhecimento.

Segundo o "Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Publicas",

> EAN é o campo do conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para assegurar o Direito à Alimentação Adequada e Saudável (DHAA) (BRASIL, 2012, p. 23).

Isso indica que, mesmo pertencendo ao currículo escolar do curso de nutrição, diversos aspectos devem ser observados ao falar sobre a EAN, dentre eles, os aspectos: socioculturais, econômicos, ambientais, políticos e outros.

Para aprofundar esses aspectos apresentados e ter noção da importância dos mesmos, é necessário um contexto histórico do surgimento, da criação e do fortalecimento dessa disciplina no Brasil. Com bases nos estudos de Castro & Pelliano, intitulado Novos alimentos, velhos hábitos e o espaço para ações educativas, de 1985, Boog (1997) aponta que tudo começa na década de 1940 – momento em que a Educação Nutricional ganha espaço no âmbito politico – quando ela é classificada como um dos pilares dos programas governamentais de proteção ao trabalhador, o que trouxe um sentimento de esperança de mudança na alimentação desta classe.

Este campo também ganha espaço no âmbito educacional. Marcado pelo binômio "alimentação-educação" buscou, por meio dos programas, associar a distribuição de alimentos com ações pedagógicas para propagar os conhecimentos acerca da alimentação racional e econômica.

Em 1922, é publicada a Cartilha de Higiene por Antônio Ferreira de Almeida, médico que possuía conhecimentos de educação, direito e administração pública. Considerada a primeira publicação a respeito da EAN, possui uma análise crítica que aborda, detalhadamente e por meio de ilustrações, o que se devia, ou não, comer naquela época (BOOG, 2011).

Além do Dr. Antônio Ferreira de Almeida, Boog (2011) apresenta outros personagens que marcaram a trajetória da EAN no Brasil nas décadas de 1920, 1930 e 1940. Dentre eles, o também médico, Francisco Pompêo do Amaral que, além de publicar matérias sobre alimentação, fundou a Escola Municipal de Dietistas e criou cursos para donas de casa e para auxiliares em alimentação.

A autora também apresenta Geraldo Horácio de Paula Sousa que criou, em 1939, o curso de Formação de Nutricionistas. Ele desenvolvia ações educativas e palestrava no rádio sobre as vantagens da ingestão de laranjas que era pouco consumida naquela época.

Nos anos de 1937 a 1945 houve um “despertar do interesse científico pela nutrição” e nomes como Josué de Castro e de Dante Costa, eram evidenciados como relevantes no projeto político trabalhista de Vargas por conta das suas pesquisas (BOOG 2011, p. 68).

Josué de Castro foi um importante militante no combate à fome e às desigualdades sociais. Em 1932, ele publica o livro intitulado O Problema Fisiológico da Alimentação no Brasil e posteriormente, em 1946, o livro Geografia da Fome no qual ele faz uma análise do espectro da fome e a associa a desenvolvimento, afirmando ser uma mesma coisa. Par isto, segundo Silva (2009, p. 61), “detém-se na análise dos hábitos alimentares das populações, com ênfase aos condicionantes históricos, econômicos, culturais e geográficos”. Seus estudos foram uma importante contribuição para a criação de políticas públicas voltadas para o combate à fome, até então, negligenciada pelo poder público da época.

Nas décadas de 1950 e 1960, a tentativa de inserir no Brasil, o consumo de alimentos de exportação, como a soja, evidencia os aspectos econômicos e políticos interferindo e modificando a EAN. Além disso, foi um período onde a educação estava voltada para os produtos advindos dos convênios, firmados pelo MEC-USAID. Conforme Boog (1997),

> A United States Agency for International Development (USAID) implantou programas de ajuda alimentar internacional, mediante os quais o governo brasileiro se via na contingência de usar estratégias “educativas” para induzir alguns grupos da população a consumirem os alimentos fornecidos pelos programas. Na realidade, tais programas tinham como principal objetivo aliviar os excedentes agrícolas americanos a fim de manter o preço dos cereais no mercado internacional, e a Educação Nutricional foi chamada a intervir visando induzir a população a efetivamente consumir aquilo que legitimaria o recebimento desta ajuda externa. (BOOG, 1997, p. 6)

Destaca a autora, que o acordo entre os governos dos Estados Unidos e do Brasil buscava manter uma relação de cooperação mútua, porem, de dependência do país auxiliado, pois os produtos advindos das doações passariam a incorporar os hábitos alimentares da população. Embora, reconhecida a importância desses convênios, eles eram vistos, por muitos, como uma forma encontrada pelos Estados Unidos para escoar

o seu excedente agrícola e estabilizar o preço dos seus produtos no mercado internacional.

Nesse sentido, a Educação Nutricional fica desacreditada diante das críticas recebidas já que fica evidente o intuito de priorizar interesses políticos e econômicos em detrimento dos interesses da nação.

A autora discorre que, na década de sessenta, o Brasil vivia momentos de tensão após o golpe de 1964 e isso modificou a EAN novamente. Esse período foi direcionado pelo pensamento técnico-cientifico, e pela busca da racionalização da produção de alimentos. A indústria estava focada na descoberta de "novos alimentos" e o Estado, que naquele momento se encontrava sob o poder autoritário, permitia apenas aos seus técnicos a organização dos programas sociais de suplementação e alimentação. Dito isso, é evidente que a Educação Nutricional, naquele momento, não era um foco e foi deixada de lado.

Ainda na década de 1970, em especial no biênio 1974-1975, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desenvolveu o Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF), com o intuito de conhecer as condições de vida da população. "Inédito em dimensão, metodologia e relevância histórico-social, o Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF) foi o primeiro inquérito nacional com informações sobre o consumo alimentar e o estado nutricional dos brasileiros" (PORTAL FIOCRUZ, 2020). As informações coletadas não foram positivas e revelaram que,

> Mais da metade das famílias (62,7%) possuíam deficiência calórica na alimentação, percentual muito semelhante ao dos que viviam com renda mensal de até dois salários-mínimos (62,4%). Além disso, 40% passavam por penúria alimentar, ou seja, quando a disponibilidade de alimento é insuficiente para atender às necessidades, numa condição permanente ou durante um tempo relativamente longo. (RODRIGUES, 2020).

Por se tratar de um período durante a ditadura, as mídias e a imprensa eram repreendidas e as informações veiculadas se limitavam apenas às permitidas pelo governo. Dessa forma, não é surpresa que a população brasileira acreditava que o "milagre econômico" propagado pelo governo estava atingindo a todos e por isso em 1978, ao concluir a pesquisa e perceber que não era bem assim, o ENDEF foi desmontado.

Mesmo com uma curta duração, o ENDEF foi essencial para mudança de ponto de vista acerca da problemática da alimentação adequada enfrentada pela população. O que antes acreditavam que estava associado à educação, percebeu-se que era uma relação direta com a renda, e por isso, o binômio "alimentação-educação", citado anteriormente, fora substituído pelo binômio "alimentação-renda". Naquele momento, a renda era tida com principal obstáculo para uma alimentação saudável. Também foi possível entender que, para uma mudança efetiva na alimentação, se fazia necessário uma modificação da estrutura econômica como um todo (BOOG, 1997).

Com a busca cada vez maior pela suplementação alimentar, a racionalização da produção de alimentos e a questão da renda, tópicos discutidos anteriormente, criou-se um sentimento de rejeição com a Educação Nutricional que, mais uma vez, foi deixada de lado e deixou de fazer parte dos programas de Saúde Pública por duas décadas. Por isso, essa foi uma fase marcada por um intenso debate político-ideológico.

Em 1985 inicia-se o debate sobre a segurança alimentar, que foi reforçado em 1986, pela I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição – resultado do desdobramento da 8ª Conferência Nacional de Saúde (BOOG, 1997; RODRIGUES E RONCADA, 2008).

A 8ª Conferência Nacional de Saúde representa um marco na estruturação da saúde pública do Brasil. Realizada em 1986, foi a primeira conferência aberta à sociedade. Seu relatório foi utilizado como base para a elaboração do capítulo "saúde" na Constituição Federal de 1988. Além disso, o relatório final da discussão dos tópicos que foram abordados (Saúde como dever do estado e direito do cidadão, a reformulação do Sistema Nacional de Saúde e, o Financiamento Setorial) mudou os rumos dos interesses pela saúde, que passa a ter um conceito mais amplo (BRASIL, 2019; 2020c).

Dentre as pontuações, o relatório conceitua a saúde como "uma resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio-ambiente, trabalho, transporte, lazer, liberdade, acesso à posse de terra e a serviços de saúde" (BRASIL, 2019, s/p), e informa que houve

> o consenso em relação à formação de um sistema único de saúde, separado da previdência, e coordenado, em nível federal, por um único ministério. Também foram aprovadas as propostas de integralização das ações, de regionalização e hierarquização das unidades prestadoras de serviço e de fortalecimento do município. O relatório aponta ainda a necessidade de participação popular, através de entidades representativas, na formulação da política, no

> planejamento, na gestão e na avaliação do sistema (BRASIL, 2019, s/p).

A citação reflete a contribuição da conferência para a criação, em 1990, por meio da Lei 8.080, de um novo sistema de saúde, o Sistema Único de Saúde (SUS) e, ainda, para uma revisão na legislação. Atualmente (em 2022) observamos que a Constituição Federal define que:

> Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
> II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;
> III - participação da comunidade. (BRASIL, 1988).

O artigo citado evidencia o SUS como um modelo de saúde voltado para o atendimento das necessidades da população e que a saúde, importante relembrar, é um direito constitucional do cidadão e um dever do Estado, que deve garanti-la por meio de ações sociais, políticas ou econômicas (BRASIL, 1988).

Na década de 1990, surge uma nova problemática na Saúde Pública: a obesidade. Com isso, o problema da má alimentação deixa de ser atribuído à renda. Além disso, o aumento de doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes, hipertensão e, principalmente, a obesidade, que demandam mudanças alimentares fez com que a população, rejeitara a EAN, cobrasse intervenção por meio de ações educativas, realizadas por profissionais especializados. (BOOG, 2011).

Do mesmo modo, Rodrigues e Roncada (2008), destacam que a década de 1990 foi um período em que as pesquisas científicas demonstravam um aumento das doenças crônicas degenerativas e que estas eram em consequência dos maus hábitos alimentares da população. Esse quadro, que demandava a alimentação saudável como medida essencial para a manutenção da saúde, evidenciava a importância da EAN no controle do avanço deste destas doenças. Então, a EAN, desvalorizada tanto como uma disciplina, quanto como uma estratégia de políticas públicas, passa a ser entendida como uma medida eficaz para a transformação dos hábitos alimentares dos brasileiros.

Em 1993, por meio do decreto 807/93, foi criado o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) com o objetivo de combater a miséria e de cobrar soluções estruturais do governo.

De acordo com o Portal Participação em Foco, do Governo Federal, o CONSEA é formado, atualmente, por 57 conselheiros e 28 observadores convidados que tem a função de articular as três instancias do Governo e a sociedade civil na revisão de programas federais e elabora o Plano de Combate à Fome e a Miséria; convoca e organiza a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; atua na formulação, no monitoramento e na avaliação da Política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Em 2003, com a mudança no cenário politico governamental, a Segurança Alimentar e Nutricional teve um destaque com o programa Fome Zero que objetivava o direito à alimentação da população brasileira e garantir cidadania à parcela vulnerável à fome.

Arroyo (2018) discute sobre a pobreza no espaço escolar e discorre sobre a Bolsa Família como um programa que atende em torno de 45% dos alunos matriculados na educação básica da rede pública, como uma tentativa do Governo para combater à pobreza, já que garanti uma renda básica mínima. No entanto, ele chama a atenção para a necessidade de uma reflexão sobre a pobreza no âmbito escolar e indaga se os docentes-educadores estão se questionando sobre como incorporar, nos currículos e no material didático, elementos que possibilitem ao aluno o entendimento da pobreza na sociedade.

> Se analisarmos as Diretrizes Curriculares de Educação Básica e as Diretrizes Curriculares de Formação Docente, perceberemos que as referências à pobreza estão diretamente ligadas ao papel da educação como um dos elementos fundamentais para combatê-la (ARROYO, 2018, p. 9).

O autor apresenta, na articulação da pobreza e do currículo, um caminho que consiste em identificar práticas e experiências ocorridas na educação básica e na formação docente. Ressalta que para se pensar nessa articulação, deve-se pensar nos milhões de crianças e adolescentes submetidos à pobreza que estão/estarão nas escolas e mais: que a forma como o assunto é abordado no currículo reflete na forma como a escola trata o aluno pobre, a sua família e a comunidade.

Defensor de uma pedagogia libertadora, Arroyo (2018) entende que a pedagogia deve dialogar com a realidade do aluno e que “essas crianças trazem vivências, saberes, valores, identidades construídas a partir de suas experiências” (p. 7).

Em 2008, foi lançado o Guia Alimentar para a População Brasileira. Este guia apresenta as primeiras diretrizes alimentares oficiais para direcionar a alimentação no país e apresenta orientações para a prevenção de doenças crônicas não transmissíveis. Vale ressaltar, que o referido documento é uma referência para todas as estratégias de EAN e que já passou por atualizações que permitiram oferecer uma linguagem mais acessível a todos (BRASIL, 2007).

O fortalecimento da EAN culminou na Lei do PENAI que apresenta, entre as suas diretrizes, à inclusão, no processo de ensino e aprendizagem, da educação alimentar e nutricional que deve perpassar o currículo escolar. Deste modo, temas relacionados à segurança alimentar e nutricional devem ser abordados no ambiente escolar obedecendo à obrigatoriedade da Lei 13.666/2018.

Depois disso, diversas leis foram sancionadas para melhor regulamentar a EAN nos diversos aspectos da sociedade. A Lei 13.005/14 tem uma grande importância em tal cenário, conforme discussão no tópico 3.1 intitulado A legislação da merenda escolar: aspectos importantes, (p. 68).

A EAN está inserida nas diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) como uma importante estratégia para o enfrentamento dos problemas ocasionados pela má alimentação. Para nortear as ações da EAN foi lançado, em 2012, o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional, um importante documento que tem o objetivo de "promover um campo comum de reflexão e orientação da prática, no conjunto de iniciativas de Educação Alimentar e Nutricional que tenham origem, principalmente, na ação pública" (BRASIL, 2012, p. 15). Outra proposição é fornecer apoio aos diferentes setores do governo nas ações de EAN para alcançar um resultado de excelência e contribuir para uma melhoria da qualidade de vida da população.

O Marco, fruto da "construção participativa de cidadãos, profissionais, gestores, representantes da sociedade civil, professores e acadêmicos" (BRASIL, 2012, p. 6) foi elaborado por um grupo de trabalho composto pelos representantes de diversos órgãos como Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, FNDE, CONSEA, Associação Brasileira de Nutrição, CFN e o Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição da Universidade de Brasília.

Em 2018, por meio da Lei 13.666/2018, a EAN passa a compor, obrigatoriamente, o currículo da educação básica, como tema transversal da educação

conforme discute o tópico 4.2 intitulado A EAN como tema transversal da educação (p. 95)

Em setembro de 2020 o FNDE publica as “Recomendações para a execução do programa nacional de alimentação escolar no retorno presencial às aulas durante a pandemia da covid-19: educação alimentar e nutricional e segurança dos alimentos”. O documento orienta o PNAE no retorno às aulas presenciais, no contexto da pandemia com abordagens importantes para assegurar o alcance dos seus objetivos como, por exemplo, as recomendações para minimizar o risco de contaminação e de transmissão do vírus; orientações pertinentes ao processo de elaboração da merenda, como o cuidado no recebimento, manuseio e armazenamento dos alimentos, higiene dos produtos, embalagens, utensílios e equipamentos; e orientações para a utilização e o preparo de soluções saneantes (BRASIL, 2020B)

Dentre outros aspectos, o documento aborda a participação da merendeira nas atividades de EAN com os alunos e propõe a sua participação em conversas com os alunos.

Ao longo desses anos a Educação Alimentar e Nutricional alargou a sua área de atuação. Embora a disciplina EAN faça parte da grade curricular do curso de Nutrição, é uma temática que afeta todos os âmbitos da sociedade.

4.2 A EAN como tema transversal da educação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação reconhece a importância da EAN e garante sua presença no ambiente escolar (BRASIL/LDB, 1996). O parágrafo 9º já preconizava a abordagem de conteúdos, relativos aos direitos humanos, como tema transversal da educação, mas foi a partir da Lei nº 13.666 de 13 de maio de 2018, com a inserção do parágrafo 9ºA, que ficou estabelecido, obrigatoriamente, sua presença como tema transversal da educação (BRASIL, 2018b).

Deste modo, ela passa a ser abordada nas disciplinas de Ciências, no ensino fundamental I, e em Biologia, no fundamental II, pois, “[...] educação alimentar não é uma disciplina, ela é um tema transversal, a ser ministrado pelo professor ou professora da classe ou de disciplinas que já integram os currículos” (BOOG, 2018, pag.1).

Boog (2018) esclarece que os conteúdos não devem ser abordados pelo profissional nutricionista. Segundo ela, essa seria uma medida descabida. Esses

conteúdos devem ser abordados em sala de aula, pelo professor, que irá incorporá-los nos seus conteúdos.

Consideramos que, embora o professor aborde tais conteúdos em sala de aula, nada impede que os outros ambientes da escola participem da ação e desenvolvam estratégias para disseminar esses conhecimentos pois a alimentação saudável é uma pauta importante e deve ser inserida em todo o ambiente escolar, principalmente, na cantina da escola - lugar onde pode ser feito uma relação entre a alimentação escolar, adequada e saudável, com as práticas de EAN.

Com o olhar direcionado para a realidade dos alunos das escolas públicas, é perceptível que, muitos deles, não têm o acesso a uma refeição nutritiva e bem elaborada em casa (ARROYO, 2018), como a que é ofertada na escola. Então esta é uma oportunidade para fazer esta relação.

A EAN também se faz necessária para "contribui para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e para a construção de um Brasil saudável" (BRASIL. 2012, p.6). Deste modo, o cardápio[6] da alimentação escolar tem um papel de grande relevância. A preocupação com a sua elaboração é evidenciada na I diretriz da alimentação escolar que determina,

> [...] o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, **que respeitem a cultura, as tradições** e os **hábitos alimentares saudáveis**, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, **inclusive dos que necessitam de atenção específica**; (BRASIL, 2009, Art.2º). (grifo nosso)

A LEI 13.666 representa um avanço para a ampliação da atuação da EAN (BOOG, 2018) e é uma importante contribuição para a sociedade. Sua intenção está relacionada à redução da obesidade infantil e para assegurar que o aluno tenha acesso às informações sobre uma alimentação saudável. A inclusão como tema transversal, possibilita que o indivíduo construa bons hábitos alimentares e adote um estilo de vida saudável. Os benefícios oferecidos para os alunos atendidos pela rede pública se

[6] Definido como uma "ferramenta operacional que relaciona os alimentos destinados a suprir as necessidades nutricionais individuais e coletivas, discriminando os alimentos, por preparação, quantitativo per capita, para energia, carboidratos, proteínas, lipídios, vitaminas e minerais e conforme a norma de rotulagem" – Definição de acordo com o Art. 2º, da Resolução nº 465, de 2010.

refletem para toda a sociedade, pois à medida que estas ações serão replicadas, por eles, irão promover melhorias dos hábitos alimentares no seu ambiente familiar.

É necessário o entendimento que as práticas de EAN não podem ser resumidas apenas a transmitir os conteúdos dos livros didáticos, sem representar qualquer utilidade para aluno. É necessário um aprendizado significativo, conforme defende Freire (2002), com respeita à individualidade e aos hábitos alimentares do aluno.

Também é necessário um envolvimento do educador com a realidade do aluno para "propiciar reflexões sobre a realidade que envolve a pobreza e a desigualdade social e sobre as possibilidades criadas pela educação para a transformação dessa mesma realidade" (ARROYO, 2018, p. 53).

Diante do apresentado, fica evidencia-se a EAN como ampliadora do conhecimento sobre alimentação e nutrição, consequentemente, um estímulo para o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis.

5 A ATUAÇÃO DA MERENDEIRA NO AMBITO ESCOLAR: MAIS QUE UMA COZINHEIRA, UM SUJEITO SOCIAL DA EDUCAÇÃO.

Neste capítulo é possível evidenciar a memória como um campo do saber e como uma importante categoria de análise. Nele, encontra-se a interpretação dos testemunhos das merendeiras – intitulada como: Pão Recheado, Salada Verde, Mingau de Milho, Sopa, Farofa de Feião, Arroz com Carne, Salada de Frutas e Risoto – sobre as percepções de si, acerca do seu papel nas escolas.

Para refletir sobre as suas percepções acerca do seu papel, como sujeito social da educação e como profissional da educação, foram elaboradas as categorias de análise que direcionaram a pesquisa de campo. Estas categorias foram construídas a partir do estudo do referencial, e buscaram apresentar os desafios enfrentados na trajetória profissional e as suas contribuições para o processo de aprendizagem e para o processo de educação alimentar e nutricional dos alunos.

Este capítulo está organizado em três tópicos. No tópico 5.1, é apresentada a categoria "A merendeira e o preparo da alimentação escolar: desafios no cotidiano da sua profissão" que tem o objetivo de compreender como é realizado o processo de produção do alimento escolar e os principais desafios enfrentados, pela merendeira, na realização das suas funções. Para isto, as subcategorias de análise, estão organizadas nos tópicos: 5.1.1 Intensidade do trabalho realizado e a organização do tempo para realizar as tarefas rotineiras; 5.1.2 Desfalque no quantitativo da merenda ofertada; 5.1.3 Dificuldade em cumprir o cardápio e 5.1.4 Preocupação em agradar ao paladar de todos.

O tópico 5.2, apresenta a categoria "Relevância da EAN para a atuação das merendeiras" onde busca evidenciar a relação do trabalho desenvolvido por ela, com as ações de Educação Alimentar e Nutricional no âmbito escolar. Está subdividido em: 5.2.1 O alimento rejeitado pelos alunos; 5.2.2 A capacitação como forma de valorização profissional e 5.2.3 Possibilidades de atuação nas ações de EAN.

O tópico 5.3, apresenta a categoria "O papel das merendeiras como sujeito social da educação" onde busca analisar a atuação da merendeira, no ambiente escolar, para além do preparo das refeições, levando em conta o seu potencial como educadora e o papel social que é assumido no exercício da sua profissão. Está subdivido nas seguintes categorias: 5.3.1 Percepção da sua importância no ambiente escolar; 5.3.2 Sentimento de inferioridade e 5.3.3 A cantina como lugar de memória, buscamos evidenciar, por

meio dos seus testemunhos, o modo como a merendeira o concebe e sente sobre ele (o seu espaço).

Para atender ao primeiro objetivo desta pesquisa, de "estudar na legislação educacional, o papel da alimentação nas escolas e a sua relação com a função das merendeiras", foi necessário criar uma categoria de análise, com uma questão a ser respondida por elas, sobre o conhecimento que possuem sobre a sua função, como merendeira. Este aspecto é discutido no tópico 5.1.1, intitulado "Intensidade do trabalho realizado e a organização do tempo para realizar as tarefas rotineiras".

No processo de reconstrução dessas memórias, foi requerido um olhar atento aos testemunhos de forma a compreender o que elas diziam sobre o seu papel. Deste modo, foi possível dar voz às merendeiras ao evidenciar o seu olhar, no presente, sobre os acontecimentos que marcaram a sua trajetória. Para De Benedictis (2016, p. 125), "O trabalho de construção dos testemunhos remete ao conhecimento da própria memória. Testemunhar significa preencher as lacunas da história oficial e implica numa tentativa de reconstrução da própria história e da memória que se encontra fragmentada".

5.1 A merendeira e o preparo da alimentação escolar: desafios no cotidiano da sua profissão

Na década de 1930, quando surgem as primeiras iniciativas para oferecer a merenda escolar, o tipo de alimento e a forma de prepará-lo passaram por transformações no decorrer dos anos. O lanche, oferecido no meio da manhã e no meio da tarde, geralmente achocolatado com bolachas, deu lugar a uma refeição mais elaborada e com qualidade nutricional adequada às necessidades dos alunos. Do mesmo modo, as atividades realizadas pela merendeira foram se adequando a esta realidade e tornando-se cada vez mais complexas.

Visando compreender os desafios enfrentados, no cotidiano da profissão de merendeira, foram pontuadas as principais dificuldades vivenciadas na elaboração da alimentação escolar, que perpassa: pelo recebimento, conferência e armazenamento dos produtos que servirão de base para o preparo; pela leitura e a execução do cardápio, principalmente, os relacionados com a alimentação de alunos com necessidades alimentares específicas; pela sua relação com os dois comandos diretos, o diretor da escola e o nutricionista do PNAE, bem como, com os demais sujeitos da comunidade escolar.

5.1.1 Intensidade do trabalho realizado e a organização do tempo para realizar as tarefas rotineiras

De Benedictis e Dias (2021)[7], atentam que "A intensidade do trabalho realizado nessa profissão é um quesito importante para a compreensão dos desafios enfrentados por esses sujeitos". Para Tanajura (2011) as merendeiras trabalham em estados fatigantes, "É um ciclo de atividades exaustivas que permanece durante todo o turno de trabalho, de seis às oito horas em pé" (p. 42) o que também foi percebido nesta pesquisa por meio de relatos de sobrecarga no trabalho e, muitas vezes, falta de condições físicas para realizar as atividades rotineiras como manusear os caldeirões e mexer o alimento.

A Merendeira Farofa de Feijão (2021) trabalha em uma escola que possui sete merendeiras sendo que três delas atuam pela manhã e quatro na parte da tarde. Seu trabalho se inicia às 12:30, vai até às 16:30 e o segundo turno perdura das 17:30 até às 21:30 horas. No período noturno, ela tem que dar conta de preparar e servir a merenda às 18:40 horas; lavar todos os pratos, panelas e utensílios; varrer e passar pano no chão; limpar o fogão, enfim, deixar a cozinha organizada. Ela afirma que o segundo turno é o mais difícil, pois é muito corrido e não conta com qualquer ajuda.

> A noite mesmo, eu fico sozinha, eu trabalho só... pra mim é muito pesado. Eu acho pesado porque lavar, limpar, mesmo que são, só, cento e poucos alunos... é cansativo... eu ter que fazer tudo. Às vezes eu tenho que servir e depois que eu termino de manipular o alimento, de servir, eu tenho que fazer outras coisas [...] lavar tudo, limpar o chão, é muita coisa.
> [...] depois que eu termino de manipular o alimento, de servir, eu **tenho que até ir nos banheiros porque à noite, costuma ir meninos com drogas e a diretora pede pra gente sempre tá entrando no banheiro, pra ver se tem alguma coisa** (MERENDEIRA FAROFA DE FEIJÃO, 2021). (grifo nosso)

A narrativa acima demonstra que a rotina de uma merendeira que trabalha a noite é sobrecarregada. Na maioria das escolas, enquanto o trabalho no diurno é realizado por duas ou mais pessoas, o noturno, por ter uma demanda menor de alunos, é assumido por apenas uma. No entanto, embora a quantidade de merenda seja proporcional ao número de refeições servidas, a merendeira realiza as mesmas

[7] Elaboramos um ensaio, para a Revista Trilhas Filosófica, que ainda não foi publicado, mas aceito para publicação.

atividades que são desenvolvidas nos outros turnos e, em alguns casos, incorpora outras funções, como fiscalizar o banheiro e o pátio momentos antes do fechamento da escola.

Tanajura (2011) também pontua funções extras desempenhadas pelas merendeiras que, além de realizar aquelas descritas como suas atividades rotineiras, esquentam e servem para outros funcionários, a refeição que eles trazem de casa. Situações semelhantes foram recorrentes na nossa pesquisa, onde algumas das entrevistadas relataram que tem ou que já tiveram essa incumbência. No entanto, entendem como uma atividade que pertence às suas atribuições rotineiras, sem que estas representem um esforço adicional ao seu trabalho.

Esta pesquisa evidencia que outras funções já foram solicitadas pela direção de algumas escolas, eventualmente, ou mesmo corriqueiramente, como por exemplo: assumir a criação e a manutenção de uma horta, incorporar às suas, as atribuições que são exercidas por uma monitora ou por uma auxiliar de turma, varrer o pátio da escola, fiscalizar banheiros, estão entre as atividades que, eventualmente, ou mesmo corriqueiramente.

A percepção que as merendeiras entrevistadas têm sobre as funções inerentes à sua profissão varia. Por um lado, entendem que o seu papel dentro da escola é muito importante e que não deve se limitar à cantina ou que essas ações são uma forma de valorização e de reconhecimento das suas potencialidades, por outro lado, entendem que não foram contratadas para essas funções e sim, para serem merendeiras.

A Merendeira Salada Verde (2021) relata que já exerceu funções de uma auxiliar de turma onde se ocupava em cuidar da criança, pegar no colo e demais cuidados. Também, já assumiu os cuidados com a manutenção de uma horta, tarefa que, segundo ela, requeria muito tempo e dedicação, pois era necessário preparar a terra, plantar, limpar a horta, molhar, colher os alimentos.

Embora tenha realizado estas funções, delegadas pela direção da escola, ela ressalta entender que não são atribuições da sua função, que o seu lugar é o de merendeira, função que ela foi contratada para exercer mediante a aprovação em um concurso público.

Na fala da Merendeira Farofa de Feijão (2021), nosso grifo reforça que entre as atividades desempenhadas por ela, está a incumbência de fiscalizar os banheiros no término das aulas, para se certificar que “está tudo certo”. Ela esclarece que executa todas as atividades que lhe são impostas, pois entende que é o seu dever.

Para as demais merendeiras executar toda e qualquer atividade proposta pelo diretor da escola ou pelo professor é o seu dever, ainda que represente uma dificuldade em conciliar com as suas funções rotineiras.

De acordo com o Edital nº 003/2013, para a seleção pública simplificada para a contratação manipuladores de alimentos (merendeiro (a)) e auxiliar de higienização das escolas e creches da rede municipal de ensino de vitória da conquista, o papel das merendeiras, consiste, sumariamente, em "preparar a merenda para atender à demanda referente à alimentação da clientela dos projetos educacionais do Município, cuidando da limpeza do local de trabalho e dos utensílios utilizados, garantindo um bom padrão de higiene no desempenho de suas tarefas". Suas atribuições descritas no Quadro 13 (p. 102).

QUADRO 13: Descrição Detalhada das atribuições da Merendeira de acordo com EDITAL DE SELEÇÃO Nº 003/2013 Anexo VIII -Título do Cargo (Merendeira)

DETALHAMENTO DAS ATRIBUIÇÕES DA MERENDEIRA
• Preparar adequadamente refeições e lanches, seguindo as instruções contidas no cardápio e as condutas inerentes ao preparo dos alimentos, garantindo qualidade sensorial, nutricional e microbiológica; • Organizar o local das refeições, antes do alimento ser servido, bem como todos os utensílios e equipamentos necessários ao atendimento dos alunos durante a alimentação escolar; • Zelar pela organização da cozinha e depósito, pelo controle de qualidade dos alimentos desde o recebimento, acondicionamento, controle na estocagem, preparo e distribuição; • Manter a higiene pessoal, do local de trabalho, dos equipamentos, dos utensílios e dos alimentos antes, durante e após o preparo da alimentação escolar e da sua distribuição, observando as orientações e exigências da legislação pertinentes a manipuladores de alimentos; • Receber e/ou auxiliar no recebimento dos alimentos, observando data de validade e qualidade, armazenando de forma adequada, zelando pela sua conservação, garantindo estocagem racional, ordenada e evitando perdas; • Exercer o autocontrole em cada operação/tarefa, observando os parâmetros de qualidade e segurança estabelecidos, avaliando-os e registrando se necessários os

resultados obtidos, bem como ler e interpretar normas, procedimentos e especificações, desenhos, instrumentos de medição e/ou orientações gerais a respeito das atividades a serem desenvolvidas;

- Respeitar o trabalho do colega deixando que ele participe também dos serviços da cozinha;
- Preparar a merenda de acordo com o cardápio elaborado pelos nutricionistas;
- Efetuar, junto às diretoras, a solicitação, com antecedência, de gás, alimentos, utensílios, e/ou outro material;
- Realizar, junto às diretoras, prestação de contas de materiais e utensílios utilizados no preparo da merenda;
- Utilizar os equipamentos de proteção individual ou coletiva (EPI's) e uniforme, solicitando sua reposição ou manutenção, visando manter a segurança alimentar e nutricional;
- Participar, quando solicitado, do planejamento, coordenação, controle e execução de programas participativos adotados pela prefeitura, perseguindo os objetivos definidos nos respectivos programas e\ou pelo superior imediato;
- Participar de capacitações, cursos, palestras e treinamento no âmbito da alimentação escolar;
- **Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.** (grifo nosso)

Elaborado por DIAS, M.S.O. (2021), com base no EDITAL DE SELEÇÃO Nº 003/2013 Anexo VIII - Título do Cargo (Merendeira), disponível em: https://www.pmvc.ba.gov.br/wp-content/uploads/Selecao-003-13-ANEXO-8-CARGO-MERENDEIRA.pdf.

Com uma redação mais resumida, estas atribuições descritas no Quadro 13 (p. 102), também estão definidas na Lei nº 1.760, de 27 de Junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreiras e Remuneração dos Servidores da Administração Direta, das Autarquias e Fundações Públicas do Município de Vitória da Conquista, e dá outras providências.

- Preparar e servir refeições, lanches, e auxiliar as crianças na alimentação das crianças;
- Selecionar verduras, carnes, cereais e outros, assegurando a qualidade da alimentação de acordo com orientação superior;
- Preparar a merenda, refeições e lanches, lavando, descascando, cortando, temperando, refogando, assando e cozendo os alimentos, conforme a orientação superior;

- Distribuir as refeições preparadas, fazendo sua entrega conforme rotina determinada para atender aos alunos;
- Controlar a quantidade de alimentos utilizados informando a chefia a necessidade de reposição;
- Efetuar serviços auxiliares no preparo de refeições e lanches, lavando, descascando e cortando os alimentos a serem utilizados;
- Efetuar serviços auxiliares no preparo de refeições e lanches, lavando, descascando e cortando os alimentos a serem utilizados;
- **Executar outras tarefas afins e correlatas**. (Lei nº 1.760, de 27 de Junho de 2011) (grifo nosso).

É importante compreender que o trabalho de uma merendeira escolar pode ir além das funções destacadas. Tanto a Lei quanto o Edital, supracitados, apresentam, no último tópico da descrição, que outras funções podem ser solicitadas pelos seus superiores. O que deixa margem para que outras atribuições sejam incorporadas à sua rotina de trabalho.

O fato é que o seu trabalho não finaliza no momento em que a merenda é distribuída. Independente do horário que ela trabalhe, é preciso deixar a cozinha preparada para o turno seguinte – o que contempla toda a organização e higiene do ambiente.

De acordo com as boas práticas higiênico-sanitárias (CFN, 2010), o processo de higienização dos utensílios e dos equipamentos **envolve uma série de etapas**. Por exemplo, após lavar os talheres e as tábuas, mantê-los em uma solução clorada por período especificado e finalizar com outro enxague em agua corrente; após serem escorridos e secos, são armazenados. A Figura 7 (p. 105) apresenta alguns exemplos de como os talheres, mantimentos e outros utensílios são armazenados em algumas escolas.

Figura 8: Armazenamento de talheres, pratos, utensílios e mantimentos em algumas escolas

Fonte: fotos cedidas pelas merendeiras entrevistadas (2021)

Foi constatado o uso de baldes com tampa como um dos recursos utilizados para guardar utensílios e alimentos destinados para o preparo da merenda escolar. Esta forma de armazenamento garante uma proteção contra insetos, poeira e umidade, o que evidencia um cuidado dispensado no processo de armazenamento.

A Merendeira Farofa de Feijão, 2021, informa que seguem, rigorosamente, as orientações do nutricionista e dos protocolos presentes nos manuais. Exemplifica que a higienização dos talheres seguem as recomendações acima citadas. Ela enfatiza que eles ficam escorrendo em uma bancada, para secar naturalmente quando, então, são acondicionados em uma caixa com fechamento hermético que garante que eles fiquem protegidos do contato com poeira ou incestos, conforme pode ser visualizado na Figura 7 (p. 105). Para potencializar a segurança, as caixas são inseridas em um armário com porta.

As canecas, higienizadas e secas, são acondicionados em um balde com tampa ou em baldes com tampas, dependendo da estrutura da escola; os pratos e as tigelas, que são usadas para servir a merenda escolar, são empilhados e colocados dentro de um armário aéreo (Figura 7, p. 105).

Estas etapas, assim como todos os procedimentos operacionais realizados na cantina da escola, estão descritos no Manual de Boas Práticas (MBP) e nos Procedimentos Operacionais Padronizados (POP) (CFN, 2010). Os documentos citados são elaborados pelo nutricionista do PNAE, de acordo com as particularidades de cada escola. Devem ficar em local acessível a todos os profissionais que atuam na cozinha. Essa medida visa padronizar o serviço realizado, manter a segurança dos alimentos e minimizar os riscos de contaminação.

Lavar os caldeirões e as caçarolas pode parecer uma tarefa simples, mas, é listada entre as atividades mais difíceis. Devido ao tamanho e peso desses utensílios o trabalho necessita de força e “muitas vezes, é difícil de tirar as sujeiras e nem podemos deixar de molho, porque tem que deixar tudo limpo quando a gente sai. Aí, tem que botar força” (MERENDEIRA PÃO RECHEADO, 2021).

Este não é um relato isolado. Está presente na maioria das falas das entrevistadas que aponta o manuseio destas panelas, associados ao ato de mexer o alimento durante o preparo, como causa principal de dores pelo corpo: “Mexer o alimento dentro da panela, todos os dias, doí o braço” (MINGAU DE MILHO, 2021); “a parte mais difícil é mexer o macarrão para pegar bem o tempero [...] porque é muito macarrão, tinha que ser de duas pra dar conta porque é muito pesado e é muita comida mesmo” (MERENDEIRA FAROFA DE FEIJÃO, 2021).

A Merendeira Mingau de Milho (2021), hoje aposentada, rememora as vivências da sua jornada profissional e aponta que a sua dificuldade era tanta que ela “mal podia levantar os braços, de tanta dor”. Diante da impossibilidade de exercer a sua função, de

forma plena, foi contratada uma auxiliar de cozinha que se encarregou de cortar os alimentos e de manusear os caldeirões.

A sobrecarga de trabalho e os esforços continuamente excessivos são favoráveis ao surgimento de Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e dos Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT). Segundo o Ministério da Saúde, são as doenças que mais afetam os trabalhadores brasileiros. Em 10 anos, o índice aumentou em 184%, o que representa um alerta à saúde dos trabalhadores, pois afeta a sua capacidade laboral (BRASIL, 2019b).

Motivados pela alta incidência de casos de LER/DORT em merendeiras da rede pública do município de Piracicaba/SP, Takahashi, Pizzi e Diniz (2010), estudaram as atividades desenvolvidas por elas no exercício da profissão. Por meio de uma Análise Ergonômica do Trabalho (AET)[8], buscaram compreender as condições de execução e de distribuição da alimentação escolar.

Os autores revelam que 28% das merendeiras, vinculadas à prefeitura, apresentavam incapacidade para realizar as suas atividades, motivo pelo qual estavam realocadas em outras funções. O estudo aponta, ainda, que 4% destas estavam em licença médica e ratificam que é um número significativo. Tanto as merendeiras concursadas quanto as terceirizadas são submetidas às mesmas condições adversas de trabalho e que,

> A demanda inicial, colocada pela gestão do departamento de merenda escolar do município, foi a de que havia falta de **racionalização na distribuição das tarefas entre as merendeiras** por existir apenas uma prescrição genérica do serviço, **ficando a cargo da própria equipe a divisão das tarefas.** A expectativa era a de que um manual de procedimentos, que definisse ergonomicamente as tarefas de cada funcionária e estabelecesse uma carga de trabalho mais equitativa e melhor distribuída ao longo da jornada, pudesse ser a solução definitiva para o problema do adoecimento por LER/DORT entre as merendeiras (TAKAHASHI, PIZZI E DINIZ, 2010, p. 363). (grifo nosso)

O grifo chama a atenção para dois dos fatores que os autores associam ao aumento dos problemas de adoecimento por LER/DORT. Tais fatores estão relacionados como consequência um do outro e, embora a "falta de racionalização na

[8] "Análise Ergonômica do Trabalho (AET) é um método de abordagem da Ergonomia Francesa que se propõe a estudar e contribuir para a adaptação do trabalho ao homem (WISNER, 1996)." Definição apresentada no próprio artigo de Takahashi, Pizzi e Diniz (2010).

distribuição das tarefas entre as merendeiras" não seja evidenciada em nossa pesquisa, a divisão das tarefas fica a cargo da própria equipe, como apresentado por Takahashi, Pizzi e Diniz (2010). Tal realidade está presente nas falas dos nossos sujeitos.

As atividades relacionadas à alimentação e à nutrição nas escolas são pautadas nas diretrizes do Plano Nacional de Alimentação Escolar. Deste modo, assim como demonstrado por Takahashi, Pizzi e Diniz (2010), a organização do trabalho na Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN), no âmbito escolar, é determinada pelo Nutricionista, Secretaria Municipal ou pelo diretor da escola. No entanto, as narrativas demonstram que, nem sempre, a divisão do trabalho fica engessada a esse modelo.

Em muitos casos, as próprias merendeiras e auxiliares de cozinha distribuem ou (re) distribuem as atividades rotineiras, entre si, de acordo com a habilidade e preferência de cada uma. A Merendeira Salada Verde (2011), por exemplo, esclarece que ficou encarrega de preparar saladas por ter habilidade e se destacar nessa função. A Merendeira Mingau de Milho (2011) rememora uma situação onde uma das ajudantes da cozinha era muito tímida e preferia passar o tempo na lavagem dos pratos e utensílios. Ela ressalta que,

> [...] isso era bom pra mim, porque eu já tinha um dor no braço, que depois eu até me afastei por conta disso, e como ela não gostava de conversa, ela falava: 'deixa eu lavar os pratos, que eu gosto mais', aí ela lavava tudo, até os caldeirão; enquanto a gente cuidava de fazer a merenda, ela cuidava de lavar. Nunca teve problema. Pra mim era bom, porque eu descansava os braços; pra ela também era bom, porque não tinha que responder nada que o aluno perguntasse (MERENDEIRA MINGAU DE MILHO, 2011).

Com isto, compreende-se que a divisão do trabalho, dentro da cantina, seja ela feita pelo nutricionista, pelo diretor ou pelas próprias merendeiras, deve privilegiar as habilidades e preferências de cada merendeira ou ajudante. Isso reflete em um trabalho melhor executado, diminuição ou extinção da sobrecarga sofrida na realização das atividades e melhores condições de trabalho para a merendeira.

5.1.2 Desfalque no quantitativo da merenda ofertada

Outro desafio da profissão, apontado pela merendeira Farofa de Feijão está relacionado com a qualidade dos alimentos que compõem a merenda. Houve situações,

durante a sua trajetória profissional, que os alimentos recebidos estavam estragados, impróprios para o consumo:

> Antigamente, já veio muita coisa boa, com qualidade. Hoje em dia vem um tal de um flocão, que aquilo é ruim demais, tem uns que já vem estragado por dentro, quando você despeja assim, oh... é um dos piores que já vem. A merenda caiu muito a qualidade e a quantidade (MERENDEIRA FAROFA DE FEIJÃO, 2021).

Segundo ela, fato semelhante também já ocorreu com o macarrão, que "veio com bichos e impossível de ser aproveitado".

Embora não represente risco à segurança alimentar do aluno, uma vez que o alimento é descartado, o lapso representa um grande desfalque no quantitativo da merenda ofertada, pois, nem sempre, o ocorrido é informado para os órgãos competentes, consequentemente, não há reposição destes produtos.

O desfalque na merenda, ocasionado por situações como esta, não foram apontadas nas falas de outras merendeiras. Entretanto, evidenciou-se um desconforto de algumas diante do tópico abordado e houve um consenso, nas narrativas, que fatos semelhantes poderiam ter ocorrido durante algum momento da sua trajetória. No entanto, preferiram se omitir sob a alegação de não possuir uma lembrança clara dos acontecimentos. Goldenberg (2004), ao discorrer sobre instrumentos de pesquisa, como entrevistas e questionários, ressalta que "Trabalhando com esses instrumentos de pesquisa é bom lembrar que lidamos com o que o indivíduo deseja revelar, o que deseja ocultar e a imagem que quer projetar de si mesmo e de outros" (p. 86).

Halbwachs (1990) afirma que a memória é uma reconstrução do passado que serve para atender interesses do presente, sejam eles econômicos, políticos, culturais e, até mesmo, resguardar uma identidade. Ele revela, ainda, que ela é seletiva e que passa por um processo de negociação.

Em consonância, Gondar (2016) ressalta que a memória social não é neutra e implica em esquecimento, "Pois esquecer é um ato que se encontra invariavelmente presente em qualquer construção mnemônica" (p. 29). Ela é carregada de intencionalidade e de seleção do que deve, ou não, ser lembrado.

> Para que uma memória se configure e se delimite, coloca-se, antes de mais nada, o problema da seleção ou da escolha: a cada vez que escolhemos transformar determinadas ideias, percepções ou acontecimentos em lembranças, relegamos muitos outros ao

> esquecimento. Isso faz da memória o resultado de uma relação complexa e paradoxal entre processos de lembrar e de esquecer, que deixam de ser vistos como polaridades opostas e passam a integrar um vínculo de coexistência paradoxal (GONDAR, 2016, p. 29).

O caráter seletivo da memória, segundo a autora, não deve ser visto como algo negativo, mas como uma forma de selecionar o que deve ou não ser perpetuado. Destarte, lembrar e esquecer, embora pareçam estar em situações opostas, coexistem e se relacionam.

É preciso esclarecer que a mercadoria deve passar por uma conferência no ato da entrega. Nesse entendimento, como justificar a ocorrência dos fatos relatados? É notório que essa problematização envolve diversos fatores como conferência inadequada da mercadoria, seja por inabilidade e até mesmo por negligência do conferente ou pela impossibilidade de visualizar o problema, já que algumas embalagens, das mercadorias, camuflam essa percepção.

Por receio de ter o erro apontado, ou pela insegurança de se indispor com os órgãos ou pessoas responsáveis pela distribuição/fiscalização da merenda escolar, muitas vezes, o fato é omitido e esses alimentos são, simplesmente, descartados.

Considerando a minha experiência como nutricionista, com o processo de recebimento de mercadorias, posso relatar que fica inviável realizar a conferência de todos os itens. Na maioria dos casos, os alimentos são embalados em fardos e sua conferência é feita por amostragem, devido à dificuldade de abrir item por item para verificar o estado do alimento. Outro fator que deve ser considerado é a condição de armazenamento a qual os gêneros alimentícios são submetidos.

O recebimento da merenda escolar ocorre de forma distinta nas escolas e todo o processo operacional é descrito nos manuais de boas práticas e esses, devem permanecer nas escolas em um local acessível. Em algumas escolas, conforme a percepção dos sujeitos da nossa pesquisa, a recepção e conferência da mercadoria, são feita pelo diretor da escola ou pelo vice-diretor ou, ainda, por alguém delegado por ele. Em outras, esta tarefa fica a cargo da própria merendeira.

Das merendeiras investigadas, as que assumem esta responsabilidade, possuem conhecimento das técnicas de armazenagem e de organização dos itens de acordo com a validade e ou a perecibilidade do alimento. Deste modo, estão aptas para exercer esta função.

> A gente tem o trabalho de ver qual alimento está vencendo primeiro, qual está chegando primeiro. Se chega um pão, a gente muda o cardápio, já não dá aquela merenda que a gente ia dá, porque o pão é perecível. Quando a gente recebe a merenda, a gente assina aquela folha e, quando a gente vê que aquela merenda veio estragada ou veio danificada, a gente devolve, não aceita. (MERENDEIRA FAROFA DE FEIJÃO, 2011).

A merendeira recebe treinamentos específicos que são ministrados pelo nutricionista, de acordo com as normas da vigilância sanitária e, portanto, é capacitada para realizar as funções descritas pela Merendeira Farofa de Feijão. Vale ressaltar, que o Art. 3º, da Resolução CFN 465/2010, determina que, dentre as atividades, obrigatórias do nutricionista vinculado à Entidade Executora, no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE), está o de:

> **VI.** Planejar, orientar e supervisionar as atividades de seleção, compra, armazenamento, produção e distribuição dos alimentos, zelando pela quantidade, qualidade e conservação dos produtos, observadas sempre as boas práticas higiênico-sanitárias; (CFN, 2010).

Assim, em ação conjunta, o Nutricionista, a Comunidade Escolar e o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) devem zelar pela qualidade da merenda na sua totalidade. Isso implica que o processo deve ser fiscalizado em todas as suas etapas, desde a seleção do alimento, para aquisição, até a produção final da merenda e a distribuição para os alunos.

Além destes desfalques, ocasionados por eventual deterioração de alimentos, outras situações abalam o quantitativo da merenda escolar. O mais importante deles é o fato de alguns alunos receberem uma quantidade maior do que o determinado pelo Programa. Isso se dá por diversas razões, dentre eles, as merendeiras destacam que muitos alunos chegam, na escola, sem uma alimentação adequada, de casa e, em muitos casos, sem nenhuma alimentação.

> Tem alunos que comem demais. Muitos vêm do trabalho e chegam dizendo “tia eu tô com uma fome!”. Aí... a gente sempre tem uma comidinha guardada, das que sobrou do outro turno, ou, então, uma bolacha, que a gente pega um pouco de café ou um Tody e dá para eles. A gente sabe que eles estão com fome mesmo. A gente sabe que muitos, que não trabalham, nem tem comida em casa, pra comer antes de vir para a escola (MERENDEIRA FAROFA DE FEIJÃO, 2021).

> Olha, eu lembro que já teve aluno que desmaiava de fome. Eu lembro que, tinha vez, que algum chegava cabisbaixo, com vergonha [...] a gente sempre sabia que eles estavam era com fome. Então a gente falava assim "ô meu filho, tia tem um pãozinho aqui, vou colocar aqui, pra você comer e depois você vai pra aula". Eles sempre ficavam muito satisfeitos [,,,] a gente também ficava, porque a gente sabe, a gente sabe que tem fome mesmo (MERENDEIRA SALADA DE FRUTAS, 2021).

> Tem sim. Tem muitos meninos que vêm pra escola com fome. A diretora já sabe e a gente sempre dá um lanchinho para eles. **A gente sempre fala com a diretora, e ela entende** e já fala que a gente pode dar. Eu mesmo, eu já conheço aquelas (referindo-se aos alunos) que vem sem se alimentar (MERENDEIRA PÃO RECHEADO). (grifo nosso)

> É porque já teve aluno mesmo, nessa escola aí, que chegava cedinho e chegava e falava assim: "ô tia, eu não tomei nem um cafezinho hoje", que eles vinham da roça, né?! Aí, o que é que eu fazia: que eu acho assim, que não é porque eu trabalho, que eu sou dona de lá. Então o que é que eu fazia, eu chegava para o diretor, aí eu perguntava que Fulano, assim, assim, não merendou nada hoje, veio de longe e aí? Aí ele falava "pode dar". Aí eu pegava, chamava, colocava ali o cafezinho, o leite, alguma coisa e botava pro aluno comer (MERENDEIRA MINGAU DE MILHO, 2021).

Estes testemunhos demonstram a proximidade e a preocupação da merendeira com o aluno. Ela, por ser uma figura acessível poderá ser amistosa, comunicativa e pode permitir uma relação de confiança e cuidado mútuo.

As rememorações que foram realizadas para reconstruir a memória da Merendeira Sopa (2021) apontam que ela sempre manteve uma relação de proximidade com muitos alunos, o que lhe permitia entender a realidade, principalmente, daqueles que viviam em situação de vulnerabilidade. As memórias da sua filha relatam que,

> Ela fazia tudo com muito amor, principalmente, o cuidado que ela tinha com os alunos que iam do trabalho direto para a escola. Ela falava que todos eram especiais, mas que esses precisavam se alimentar primeiro. Muitas das vezes escondido. Por ela os servirem antes mesmo do horário determinado (F1, Filha da Merendeira Sopa, 2021).

As narrativas evidenciam o problema da fome que acomete uma parte da população e, conforme destacado por Arroyo (2018, p. 7), "Na maioria das escolas, os professores e gestores já devem ter percebido que muitos alunos vivem na pobreza ou na pobreza extrema". Esta realidade reflete no processo de aprendizado, pois o aluno

pode apresentar desanimo, falta de concentração e até mesmo ter comportamento agressivo com os educadores.

5.1.3 Dificuldade em cumprir o cardápio

O cardápio da merenda escolar é elaborado pelo nutricionista do PNAE. O Art. 3º da Resolução CFN Nº 465/2010, estabelece que o nutricionista das Entidades Executoras, aqui referidas como as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, as quais gerenciam o Programa de Alimentação Escolar nos Estados e Municípios, deve, obrigatoriamente,

> **III.** Planejar, elaborar, acompanhar e avaliar o cardápio da alimentação escolar, com base no diagnóstico nutricional e nas referências nutricionais, observando:
> **a.** adequação às faixas etárias e aos perfis epidemiológicos das populações atendidas, para definir a quantidade e a qualidade dos alimentos;
> **b.** respeito aos hábitos alimentares e à cultura alimentar de cada localidade, à sua vocação agrícola e à alimentação saudável e adequada;
> **c.** utilização dos produtos da Agricultura Familiar e dos Empreendedores Familiares Rurais, priorizando, sempre que possível, os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos; local, regional, territorial, estadual, ou nacional, nesta ordem de prioridade (CFN, 2010).

Nas entrevistas, no entanto, relatos apontam uma dificuldade em seguir o cardápio elaborado pela Nutricionista por conta de fatores como a falta de algum ingrediente para segui-lo:

> A gente sabe que a realidade eles coloca um cardápio que é todo bonitinho, todo, mas tem material que eles coloca no cardápio e que não vem nem para a escola. Aí a nutricionista fala ‘vocês têm que seguir esse cardápio’ mas como é que a gente vai seguir um cardápio que não tem o material na escola. Você vai fazer o que? (MERENDEIRA FAROFA DE FEIJÃO, 2021).

Relatos recorrentes apontam para a falta do iogurte “eles colocam o iogurte, mas, não é sempre que vem [...] e os alunos gostam muito do iogurte” (MERENDEIRA SALADA DE FRUTAS, 2020). Em casos assim, a merendeira faz substituições dos ingredientes e até mesmo, uma modificação no cardápio. Este é mais um desafio no cotidiano da sua profissão.

Também foi confirmado que são feitas adequações da merenda de acordo com a disponibilidade e prazo de vencimento dos alimentos. O pão, por exemplo, deve ter o consumo priorizado já que possui um prazo de validade curto. Assim, ele é servido com um recheio que se diversifica entre uma carne moída, ovos mexidos ou frango desfiado, dentre outros.

> Os alunos amam quando tem **pão com alguma coisa dentro**, principalmente quando é **uma carne moída ou então um franguinho desfiado e bem temperadinho.** Antigamente eles gostavam do pão com salsicha, mas agora não vem mais a salsicha, porque não é uma merenda saldável, então a gente coloca outras coisas com mais nutrientes e que não faz tanto mal como a salsicha fazia (MERENDEIRA PÃO RECHEADO, 2021). (grifo nosso)

> A merendinha que eles mais gostam é a salgada. Eles adoram o risoto de carne e o de frango. Gostam também de uma farofa com carne e de um **pão com carne moída** [...] aí eu coloco um tomate e cebola e eles come tudo, não sobra um. Eu também coloco ovo, às vezes, ou frango. Eu até coloco cenoura ralada e mesmo quem não gosta de verdura acaba comendo sem nem ver. (MERENDEIRA RISOTO, 2021), (grifo nosso).

O pão é uma merenda muito apreciada na escola, principalmente, quando servido com um recheio como a carne moída que está entre as merendas prediletas dos alunos.

Embora existam estas intercorrências, a criatividade das merendeiras, seja na execução do cardápio, seja na substituição de ingredientes ou de pratos, é essencial para uma merenda saborosa e com alto índice de aceitabilidade. É necessário frisar, que segundo as merendeiras, estas intercorrências não chegam a afetar, significativamente, o seu trabalho diário.

5.1.4 Preocupação em agradar ao paladar de todos

Uma merenda que agrade ao paladar de todos é, talvez, o maior desafio que as merendeiras se empenham em superar. Para muitas, a aceitabilidade da sua comida é um indicativo da sua competência. No entanto, diversos fatores estão envolvidos no alcance destes resultados, dentre eles, a diversidade de gostos e paladares dentro do ambiente escolar.

Os dados coletados demonstram que muitos alunos alegam não gostarem de certos alimentos, ainda que, nunca os tenham experimentados. Isto se dá por diferentes

realidades, como, por exemplo, um baixo poder aquisitivo, que não permite à família ter acesso a determinados alimentos; a cultura alimentar, própria de cada família, associada a uma manutenção de hábitos alimentares inadequados; a falta de conhecimento, por parte dos pais, sobre a importância de certos grupos alimentares; falta de interesse em oferecer o alimento, de torná-lo atrativo para a criança e, ainda, falta de persistência.

Por meio da merenda escolar, o aluno tem a oportunidade de conhecer alimentos que não fazem parte da sua rotina ou preferencia alimentar. "Quando uma criança não quer comer uma fruta, por exemplo, eu sempre falo para ela comer, pra ficar forte, bonita, aí elas comem", relata a Merendeira Arroz com carne, que sempre recorre a esse tipo de recurso para incentivar as crianças menores a experimentar algo.

O mesmo recurso é utilizado pelas Merendeiras Salada de frutas, Salada Verde e Risoto (2021) que, para reforçar o poder do alimento no organismo, utilizam os coleguinhas mais velhos como exemplo: "Você está vendo seu colega, que tá forte, bonito? Pois é, ele come tudo. Se você comer, você também vai crescer e ficar inteligente" (MERENDEIRA SALADA VERDE, 2021).

Também foi identificado que muitas delas aplicam os conhecimentos aprendidos nos treinamentos, para informar ao aluno sobre as propriedades nutricionais presentes nas refeições e, ainda, sobre os benefícios de uma alimentação saudável para a manutenção da saúde e da qualidade de vida.

O cheiro que exala da merenda é um quesito que merece destaque, pois afeta a percepção sensorial do aluno, o olfato. Ocasionalmente, o leite esturra[9], devido "a grande quantidade de leite que a gente usa, pra fazer um mingau, ou até mesmo pra fazer o chocolate, é muito grande e, às vezes, fica esturrado. O cheiro fica forte e as crianças percebe e não quer a merenda [...] algumas, né!?" (MERENDEIRA RISOTO, 2021). Para amenizar o problema, as merendeiras transferem o alimento para um outro caldeirão. Entretanto, esta medida, embora necessária, representa um retrabalho.

Muitos alunos reclamam de determinados ingredientes que compõem o cardápio, e isso influencia no índice de aceitabilidade da alimentação escolar. Uma frase muito presente nos relatos das merendeiras pesquisadas foi: "Tia, eu não como isso". Entretanto, a forma que cada uma delas lida com a resistência em aceitar/experimentar determinados alimentos reflete no sucesso da merenda. "Quando um aluno, ele rejeita

[9] Esturrar, segundo o Dicionário Aurélio é o ato de estorricar; torrar até quase queimar. Disponível em: dicio.com.br/esturrar/

um alimento, a gente procura fazer de outra forma, com outra preparação" (MERENDEIRA SALADA VERDE, 2021).

A forma de preparar o alimento vai impactar na percepção que o estudante realiza. A aparência da merenda é um exemplo. "Existe alunos, aqui, que quando olha pra comida, já não quer, porque tem tempero. Ou então, fala que não quer porque vê as verduras" (MERENDEIRA ARROZ COM CARNE, 2021). Para minimizar problemas desta natureza, que são recorrentes nos testemunhos colhidos, algumas adotaram a prática de triturar os temperos para torna-los invisíveis para as crianças.

No entanto, enquanto causa repulsa em alguns, o tempero aparente é considerado um atrativo para outros que "elogia a comida, dizendo que é bem temperada, bem feitinha e muito gostosa" (MERENDEIRA MINGAU DE MILHO, 2021) – situações semelhantes, de alunos que preferem uma merenda com temperos aparentes, foram apontadas por outras merendeiras. Diante deste impasse, algumas afirmam que alternam a forma de preparar a merenda.

Educar o paladar do aluno é uma tarefa árdua, que requer muita dedicação e conscientização de ambas as parte: merendeiras e alunos. Isto porque, o PNAE busca oferecer uma alimentação saudável, adequada a cada faixa etária, que garanta a Segurança Alimentar Nutricional (SAN) e que atenda às necessidades nutricionais do aluno de acordo com a faixa etária e com o período de permanência na escola (BRASIL, 2009; 2009b). Para estas garantias, alguns aspectos devem ser observados, por exemplo, os valores de referencia para ingestão de nutrientes, as DRI's[10].

As DRI's são utilizadas para planejar programas de orientação nutricional, pois servem parâmetro para estabelecer níveis máximos, seguros, para a ingestão de determinados nutrientes, como o sódio, que em excesso, trás danos à saúde.

Diante disso, outro empecilho é pontuado: reclamações por ser oferecido um alimento "insosso", devido à redução na quantidade de sal e de gorduras, no preparo das

[10] DRI's (Dietary Reference Intakes), traduzidas como IDR's Ingestão Dietética de Referência. De acordo com a Associação Brasileira de Nutrição (ASBRAN), "são valores de referência para a ingestão de nutrientes de indivíduos e grupos. Foram estabelecidas conjuntamente pelos Estados Unidos e Canadá, tendo como referência a população destes países e publicadas no período de 1997 à 2004. Substituem as antigas Recommended Dietary Allowances (RDAs) e Dietary Standards/Recommended Nutrient Intakes (RNIs), padrões de referência dos EUA e Canadá respectivamente.
Elas não são apenas uma revisão das antigas RDAs e RNIs e, sim, um novo conceito de recomendação nutricional. Isto porque, em primeiro lugar, as DRIs se apresentam como um grupo de quatro valores de referência e não apenas um. Em segundo lugar, seu objetivo é não somente a prevenção de deficiências nutricionais, como as antigas RDAs e RNIs, como também a diminuição do risco de doenças crônicas não transmissíveis. Além disso, informam os valores limites para a ingestão de nutrientes, de forma a prevenir os riscos de efeitos adversos pela ingestão excessiva" disponível em https://www.asbran.org.br/noticias/dietary-reference-intakes-dris.

refeições salgadas e “sem gosto” por também ter uma redução na quantidade de açúcar, no preparo de alimentos doces. Estas reduções atendem às recomendações para uma alimentação saudável que devem ser observadas e praticadas pelas merendeiras no preparo das refeições.

5.2 Relevância da EAN para a atuação da merendeira

A formação de hábitos alimentares saudáveis está entre os objetivos do PNAE. Para constituir tais objetivos, além da oferta de refeições, ele promove ações de educação alimentar e nutricional dentro do ambiente escolar (BRASIL, 2009). Contudo, estas ações podem ser ampliadas para além das salas de aula. A merendeira, que se destaca por atuar, diretamente, com o preparo e na distribuição da merenda escolar, pode influenciar no processo de formação do comportamento e nos hábitos alimentares dos estudantes. Muitas merendeiras, entrevistadas nesta pesquisa, possuem a percepção, de si, como promotoras de uma alimentação saudável.

A Merendeira Salada Verde (2021) percebe a importância da sua atuação dentro do ambiente escolar e assegura que “ser merendeira, é como se fosse ser educadora”. Do mesmo modo, o esforço em elevar o interesse do aluno pela merenda oferecida, explicar a importância de uma alimentação saudável, que contemple todos os grupos alimentares é percebido em várias falas, como por exemplo,

> [...] a gente tá sempre falando pros alunos que eles têm que se alimentar com alimentos saudáveis e comer pouco sal e pouca gordura. A gente explica pra eles que é importante para não ficar doente e para manter uma boa saúde (MERENDEIRA RISOTO, 2021).

As crianças da educação infantil, principalmente das creches, costumam apresentar resistência em experimentar o novo. É importante destacar que as merendeiras, que atuam nessa etapa da educação, possuem uma sensibilidade e experiência para lidar com a situação. Elas se esforçam para aguçar a curiosidade dos alunos por aqueles alimentos que, nem sempre, fazem parte da sua rotina habitual. Assim, preparam os alimentos de diferentes formas, utilizam atributos para deixá-los mais atrativos e persistem que o aluno o experimente.

5.2.1 O alimento rejeitado pelos alunos

Conforme é discutido no tópico 5.1, agradar ao paladar de todos está entre os desafios enfrentados no cotidiano da profissão merendeira. Esta é uma preocupação recorrente entre as entrevistadas que se empenham oferecer uma refeição que atenda, tanto aos parâmetros de qualidade estabelecidos, quanto ao paladar exigente do aluno que, por muitas vezes, apresenta uma predileção por alimentos mais açucarados, e uma repulsa por certos alimentos que são oferecidos na merenda escolar.

A insistência em oferecer o alimento rejeitado pelo aluno, repetidas vezes, está entre as estratégias utilizadas para inseri-lo na rotina alimentar do aluno. A merendeira Salada Verde comenta acerca da importância dessa regularidade e completa que muitas crianças não aceitam bem, certos alimentos, porque possuem uma alimentação inadequada em casa.

> Não é toda criança que quer comer, ele já vem de casa com uma comida muito precária, né!? e, às vezes, não quer verduras, frutas e estas coisas, porque eles comem muito doce, muitas coisinhas, besteiras, dentro de casa [...] e quando chega lá, na escola, que é aquela comidinha, que **tem as regras dentro da escola**, então, eles tem um pouco de dificuldade (MERENDEIRA SALADA VERDE, 2021). (grifo nosso)

O grifo é utilizado para enfatizar que a escola é um ambiente de formação onde ocorre a construção e a re (construção) do conhecimento. Deste modo, a merenda escolar que tem, também, uma função pedagógica e humana, pode atuar nessa construção na medida em que ajuda o aluno a incorporar hábitos de uma vida saudável, como o de estabelecer horários e utilizar alimentos adequados para as refeições.

Peixinho (2011) enfatiza que o aprendizado destes conhecimentos perpassam os muros das escolas e disseminam-se por outros ambientes:

> Sabemos que o hábito da alimentação saudável adquirido nas escolas se expande para os pais e familiares dos escolares e para a comunidade. Transcende, portanto, a esfera das ciências disciplinares escolares e atinge a formação humana nos aspectos socioculturais mais amplos (PEIXINHO, 2011, p. 60).

Os estudos apresentados no decorrer deste trabalho nos embasam para discorrer que, na escola, o aluno deve receber uma alimentação que atenda às suas necessidades

nutricionais durante o período que ela se encontra naquele ambiente; que o respeito pela cultura, bem como a valorização da cultura agrícola local devem ser priorizados. Deste modo, ações que possibilitem a inserção de alimentos nutritivos, novos ou não, no seu cotidiano devem ser desenvolvidas. Estas ações podem envolver manipular o alimento que é usado no preparo da merenda e evidenciar as suas características: aspecto, cheiro, sabor, composição, modo de preparo, dentre outras que podem ser desenvolvidas na cantina da escola, com a participação das merendeiras.

5.2.2 A capacitação como forma de valorização profissional

O processo de capacitação é importante para assegurar ao funcionário, que ele tenha o conhecimento necessário para realizar as suas atribuições. O treinamento destinado às merendeiras proporciona o desenvolvimento das suas habilidades tanto para preparar o alimento escolar, quanto para atuar como um sujeito social da Educação.

Nesse contexto, é necessário atentar-se para o papel do nutricionista, que é o profissional responsável pela capacitação das merendeiras. A Resolução CFN 465, de 2010, dispõe sobre as atribuições do Nutricionista na alimentação escolar, destaca a sua importância e lhe atribui a Responsabilidade Técnica (RT)[11] nesse processo.

As merendeiras percebem que a capacitação é uma forma de valorização profissional e sinalizam a importância de adquirir conhecimentos sobre os alimentos e sobre os nutrientes que compõem a merenda escolar. A Merendeira Mingau de Milho ressalta que os treinamentos que ela realizou no decorrer da sua trajetória profissional, como o curso de Auxiliar de Nutrição, o curso de Boas Práticas e o curso de Copa e Cozinha, foram determinantes para a sua formação como merendeira:

> Eu tenho meus certificados, eu tenho tudo aqui guardado. Depois que eu fiz esse concurso (ela quis dizer curso) de auxiliar de nutrição escolar, que foi quando eu entrei na escola, né?! Fiz em janeiro e em fevereiro eu já tava trabalhando. Aí depois a gente começou (a trabalhar) e aí eu fiz de boas práticas, fiz de copa e cozinha... e eu tenho tudo aqui, os meus certificados. Eu sei que eles são muito importantes, eu aprendi muito e ensinei muito também, porque eu

[11] Definido como "atribuição legal dada ao nutricionista habilitado, após análise pelo CRN, para o profissional que assume atividades de planejamento, coordenação, direção, supervisão e avaliação na área de alimentação e nutrição desenvolvidas nas pessoas jurídicas" - Definição de acordo com o Art. 2º, da Resolução nº 465, de 2010.

> passava para outras pessoas o que eu aprendia (MERENDEIRA MINGAU DE MILHO, 2021).

A Merendeira Salada Verde (2021), por exemplo, busca aplicar os seus conhecimentos para contribuir com a educação alimentar dos alunos. Ela compreende alguns conceitos relacionados aos grupos alimentares bem como a sua importância no desenvolvimento biopsicossocial do aluno. Por estar em um ambiente de educação infantil, chama a atenção para uma adequação da linguagem utilizada com as crianças: "A gente não fala nem do valor nutricional para um bebe, mas a gente vai falar que "comendo você vai ficar bonito, vai ficar forte, sabe [...] porque, de uma certa forma, a gente incentiva eles".

A Merendeira Mingau de Milho (2021) ressalta que os cursos que realizou no decorrer da sua trajetória profissional lhe deram "propriedade para falar da merenda com os alunos, para explicar tudo direitinho [...] pra falar que aquele alimento, que às vezes ele não gosta, vai dar energia para ele estudar e pra manter o corpo dele saudável e forte". Outras merendeiras apontaram que o treinamento,

> É uma valorização pessoal pra gente, que eles investem na gente, que eles se preocupam se a gente está preparada para fazer as nossas funções dentro da escola, se a gente tem condições de orientar um aluno ou qualquer coisa do tipo [...] a diretora avisa a gente, no dia que os nutricionistas vão vir... aí, a gente recebe o treinamento. Eu acho muito importante. Eu acredito que isso é muito bom para valorizar a nossa profissão, que nem é muito valorizada por aí (MERENDEIRA FAROFA DE FEIJÃO, 2021).

> [...] é muito importante pra gente, porque tem coisas que a gente não sabe [...] que precisa conhecer. Nos treinamentos a gente conhece a importância dos alimentos como os carboidratos e os vegetais... e as proteínas também [...] a gente entende que tem que ter nutrientes na merenda e a gente explica isso para os alunos, quando eles falam que a merenda está gostosa (MERENDEIRA RISOTO, 2021).

> O treinamento é muito importante sim, a gente saber que a merenda faz bem para a criança [...] eles explicam tudo: sobre o alimento, sobre como que prepara de uma forma saudável [...] essa questão do sal, que agora tem que se preocupar, porque antes vinha a carne de charque, que era muito salgada, e hoje já não vem mais, porque é preciso evitar muito sal, que causa as doenças, né? (MERENDEIRA ARROZ COM CARNE, 2021).

> Ter o treinamento, para mim, é muito importante porque a gente se sente valorizada. Todo mundo tem o treinamento, os professores e tudo mais [...] eu já aprendi muita coisa, eu recebo um material para estudar, para conhecer mais [...] tem um que fala dessa educação

> alimentar e eu acho muito importante. A gente podia tem um dia, para mostrar para o aluno como a gente prepara o alimento, como a gente guarda, que a gente coloca pouco sal e pouco óleo porque é preciso, para o aluno não ficar doente, por conta de uma alimentação ruim na escola (MERENDEIRA SALADA DE FRUTAS, 2021).

> [...] ter que ter. A gente precisa das nutricionistas para ensinar sobre estas coisas que a gente sabe pouco [...] pra saber o que é estas coisas das doenças que a gente tem quando não se alimenta direito, que come muito sal, porque aumenta a pressão. Que tem que comer frutas e verduras, que tem as vitaminas e que as vitaminas, eu aprendi, que elas vão ajudar na imunidade, pra gente não ficar doente com facilidade. Hoje, tudo isso vem na merenda, porque é importante pra saúde. Na minha época, quando eu estudava, quando fazia a sopa, a gente tinha que levar as verduras de casa, todo mundo tinha que levar alguma coisa, nem que fosse um tempero [...] hoje, a escola é a primeira a ensinar que tem que se alimentar bem (MERENDEIRA PÃO RECHEADO, 2021)

Mais uma vez, vale ressaltar a importância da EAN no âmbito escolar, pois ela está compreendida entre os eixos principais para que os objetivos do PNAE sejam alcançados e as suas ações, desenvolvidas por diferentes profissionais, que atuam na alimentação e na saúde nas escolas, em um trabalho multiprofissional e multidisciplinar, irão contribuir para reduzir os problemas de saúde relacionados com a má alimentação da sociedade brasileira.

O treinamento reflete no fortalecimento da qualificação da formação das merendeiras e pode proporcionar uma relação entre a teoria e a prática pedagógica no espaço escolar. Possibilita, ainda, uma reflexão acerca de questões sociais e atuais por meio das discussões realizadas nas capacitações.

Quando preparada para atuar, de forma eficiente nessa área do conhecimento, a merendeira compreende que a merenda escolar faz parte de uma política social que contribui, significativamente, para o processo de aprendizagem do aluno e para os índices de desenvolvimento biopsicossocial do individuo, presentes nos objetivos deste Programa.

5.2.3 Possibilidades de atuação nas ações de EAN

Quando questionadas sobre a percepção que elas têm, de si, quanto as possibilidade de atuarem no campo da EAN, elas se compreendam como educadoras. No entanto, algumas percebem um distanciamento para se envolverem nessas ações,

pois existe uma série de fatores que necessitam ser considerados conforme os relatos abaixo.

Um aspecto levantado por Salada Verde (2021) é o tempo: "é tudo muito corrido, o tempo é curto e esse processo de levar o aluno para ver uma horta, por exemplo, não dá para ser realizado. Isso fica a cargo do professor [...] mas nós buscamos colher alguns alimentos e apresentamos para eles, na hora da merenda, explicando que foram colhidos para fazer a saladinha e tal".

A Merendeira Mingau de Milho (2021) rememora que era orientada para chamar a atenção daqueles que se comportavam mal na fila da merenda ou que depositavam os pratos, copos e talheres em qualquer lugar, após as refeições. Alega que,

> o tempo era corrido, corrido demais, principalmente quando eu não tinha uma ajudante, mas eu sempre conversava com eles. A diretora já me falava que podia falar para os alunos, para aqueles que deixavam os pratos em qualquer, que empurravam na fila [...] eles sempre me ouviam e me respeitavam. Isto também é educar. O professor educa na sala de aula e a gente educa na hora da merenda. (MERENDEIRA MINGAU DE MILHO, 2021).

As merendeiras Salada de Frutas (2021), Farofa de feijão (2021) e Pão Recheado pontuam que ações de EAN poderiam ser realizadas na própria cantina, onde o alimento é produzido, como por exemplo, expor, a crianças, pelo menos uma vez, às vivências diárias deste ambiente para que elas tivessem uma noção de como a merenda é preparada, das técnicas que envolvem a higienização dos alimentos, do cuidado que é dispensado em todas as etapas do processo, inclusive, o cuidado na "hora de lavar a louça, deixar os talheres de molho no cloro [...] o jeito que a gente lida com o lixo, para evitar contaminação (SALADA DE FRUTAS, 2021).

Outros relatos, dizem respeito às possibilidades de conscientização acerca das normas e das diretrizes (discutidas no tópico 4.1.4, pag. 104) que envolvem o preparo da merenda escolar, no sentido de contribuir para educar o paladar do aluno:

> Porque, às vezes, o aluno reclama que a comida estar insossa. Ele não entende que é porque a gente tem uma preocupação com a saúde deles, coisa que não tinha antigamente. Que o Nutricionista orienta que a comida deve ser preparada de forma saudável e tem toda uma preocupação envolvida. Quando eu estudava, a gente comia cada coisa [...] já teve época que a gente comia bolacha com suco 'mancha o pulmão'[12] que precisava colocar um quilo de açúcar para adoçar. Hoje

[12] O 'suco mancha o pulmão' é uma referência utilizada para o suco industrializado, em pó.

> tem uma preocupação muito grande e a gente, que é merendeira, também educa as crianças, porque a gente explica muitas coisas para elas (MERENDEIRA PÃO RECHEADO, 2021).

A prática de Educação Alimentar e Nutricional é relevante na capacidade do aluno em desenvolver hábitos alimentares saudáveis. À vista disso, a aplicação de práticas pedagógicas, voltadas para as ações de EAN podem (e devem) se estender para as merendeiras escolares, uma vez que elas têm muito a contribuir, principalmente, por conta da proximidade e da relação de confiança que são estabelecidas com os alunos.

Os testemunhos colhidos demonstram a percepção que as merendeiras têm das possibilidades que podem ser exploradas, por elas ou por meio delas, nas cantinas das escolas. Entretanto, a timidez para participar de ações de EAN, e ou a insegurança, quanto ao conhecimento que possuem, foi um dos aspectos percebido como um limitador nesta investigação.

Quanto ao retorno das aulas presenciais, no contexto da pandemia, uma série de cuidados está sendo requerido como, o uso de máscaras, o distanciamento social e a correta higienização das mãos, que devem ser seguidos por toda a comunidade escolar. Desse modo, o FNDE publica, em setembro de 2020, o documento "Recomendações para a execução do programa nacional de alimentação escolar no retorno presencial às aulas durante a pandemia da covid-19: educação alimentar e nutricional e segurança dos alimentos".

O documento apresenta informações importantes e elenca 16 protocolos de segurança, que devem ser seguidos para minimizar os riscos de contaminação e de propagação da doença. Dentre os protocolos, encontram-se as orientações que devem ser seguidas no processo de produção da merenda, em todas as etapas, dede o recebimento dos gêneros alimentícios até a higienização da cozinha no termino das atividades da cantina escolar (BRASIL, 2020B).

Além disso, o documento apresenta indicações (pag. 58) de como lidar com outras situações recorrentes no ambiente escolar, como as refeições que podem ocorrer ao ar livre, festas comemorativas e outras atividades coletivas. Dentre as recomendações gerais,

> Esclarecer sobre as medidas adotadas para a produção de alimentos seguros frente à COVID-19, em específico sobre a saúde dos manipuladores, práticas de manipulação, higienização,

> armazenamento, preparação e consumo dos alimentos; (BRASIL, 2020b, p. 10).

O documento em questão tem o objetivo de "reconhecer a necessidade da higiene na escolha, no armazenamento, no preparo e no consumo dos alimentos para a prevenção de doenças" (BRASIL, 2020b, p. 14). Ele chama a atenção desta pesquisa ao solicitar a participação da merendeira como um promotor da EAN – evidenciado no tópico Sugestão de Atividades, onde propõe "uma campanha na escola, começando pela cozinha e pelo refeitório [...] convidar os manipuladores de alimentos para conversarem com os escolares na sala de aula" (BRASIL, 2020b, p. 14).

Cabe reforçar que as merendeiras podem participar de ações de conscientização sobre os cuidados requeridos para evitar o risco de contaminação com o vírus do covid-19 e ajudar a conter a propagação. Sobre esse aspecto, as merendeiras relatam que receberam treinamentos no período que antecedeu o retorno das aulas presenciais:

> *on-line*, em novembro de 2021 e presencial quando retornaram os alunos... aí vieram as meninas da secretaria, do setor de merenda, as nutricionistas... e fizeram a reunião para explicar como era o protocolo e como era que deveria acontecer [...] que a merenda, quando fosse repetir, não poderia ser no mesmo prato, pra evitar a contaminação [...] tinha que passar água sanitária, no tapete, na porta. Fomos orientadas sobre todos estes aspectos (MERENDEIRA FAROFA DE FEIJÃO, 2021).

> Eu recebi um treinamento. O treinamento foi *on-line*, por conta da pandemia. Ela (a nutricionista) orientou sobre o fardamento, sobre os cuidados que precisamos ter com ele [...] sobre os cuidados para conduzir a cozinha, a higiene com os alimentos. Como a gente deve orientar os alunos, na hora da merenda [...] eu falo com eles têm que usar máscara na hora de receber o alimento e explico essa importância (MERENDEIRA RISOTO, 2021).

Foi evidenciado que os treinamentos são constantes e significativos para as merendeiras entrevistadas, principalmente, naquele período de retorno às aulas. O treinamento é percebido por elas como uma forma de garantir a sua segurança e a do alimento que ela produz, consequentemente, a segurança do aluno e de todos aqueles com quem se relaciona no ambiente escolar.

Embora os resultados desta pesquisa, ratifiquem que a merendeira possui grande potencial para atuar como educadora em saúde, e na educação alimentar dos alunos, a sua rotina de trabalho, na maioria das vezes, a impede de desenvolver ou se envolver nas ações de EAN.

5.3 O papel das merendeiras como sujeito social da Educação

O potencial da merendeira, como educadora, é discutido no campo teórico, conforme evidenciado por De Benedictis e Dias (2022). (Vide nota de rodapé nº 5, pag. 91). Por meio de um mapeamento das pesquisas desenvolvidas no cenário acadêmico brasileiro, as autoras buscam compreender a inserção da merendeira nas diversas bases de pesquisas, o papel que elas desempenham nas escolas, a construção do "Si" e as suas concepções e contribuições para o processo de EAN no ambiente escolar.

Essas pesquisas (DE BENEDICTIS E DIAS, 2022) pontaram que ela possui uma sensibilidade em perceber mudanças comportamentais e até problemas com os alunos. Portanto, seu trabalho deve ir além do preparo da merenda (NUNES 2000; CHAVES 2011; MARIANA 2013). Oportunizar a esses sujeitos da educação, relacionar o que aprenderam nos treinamentos, articular os conteúdos e colaborar com a formação do aluno é uma forma de valorizar o seu papel e a sua formação.

5.3.1 Percepção da sua importância no ambiente escolar

Quando questionadas sobre a percepção de si, acerca da sua profissão, é perceptível um mix de emoções (no decorrer da sua trajetória profissional) que oscilava entre um sentimento de inferioridade, de gratidão, de orgulho, de felicidade, dentre outros.

> Pra mim, minha profissão é uma profissão de amor porque você prepara os alimentos para a pessoa... que você tem que agradar um monte de gente ao mesmo tempo, com gostos diferentes... que é muito difícil, às vezes, agradar a todos. Né? A gente não consegue, (pausa), mas a gente tenta da melhor forma possível. Eu acho fundamental, não só porque é a minha profissão, mas por conta dos alunos, pelo cuidado de manusear os alimentos corretamente [...] para eles é como se a gente fosse uma tia... uma prima mais velha, sabe?! Assim, eles conversam com a gente e pela convivência a gente já sabe se eles estão em um dia bom ou se estão em dia difícil. Sabe, a gente tem que ser um pouco de psicóloga, de amiga. A gente, às vezes, tem que ser um pouco mais rude, não maltratar, mas ser firme [...] é uma profissão de amor (MERENDEIRA RISOTO, 2021).

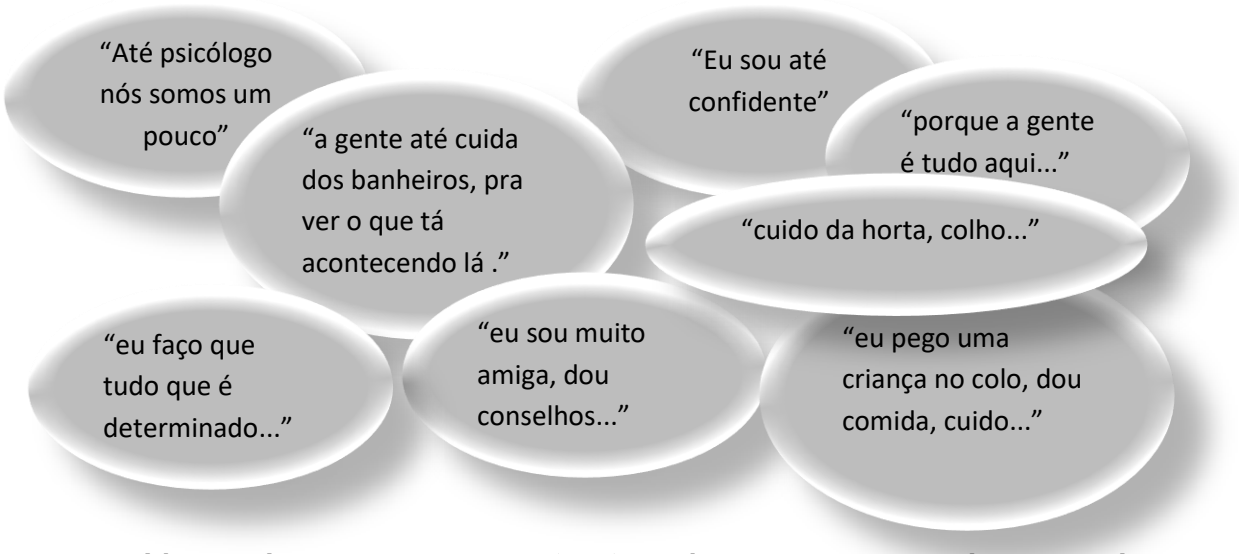
> Assim... eu acho que isso é uma forma de valorização. Embora eu ter falado que eu nunca tinha visto, mas agora que eu vi passar pela minha cabeça, que aconteceu tudo isso na escola: todo ano vinha o aluno com aquela lembrancinha 'minha mãe mandou, tia. Era assim [pausa]. Teve professor, também, que trazia lembrancinha. Era assim.

> Eu, pra falar a verdade, sinto muita saudade da escola (MERENDEIRA MINGAU DE MILHO, 2021).
> Ser merendeira é uma vontade que eu tenho, é ter disponibilidade, cuidar das crianças pelo alimento [...] isso faz bem pra mim também e eu amo o meu trabalho de ser merendeira [...] Hoje, na escola, tem que ter a merendeira. Antigamente era o aluno ou professor que fazia a merenda, no meu tempo. Hoje é a merendeira que se ocupa de fazer a merenda. Não fica ocupando outras pessoas. Olha como a gente é importante, porque cada qual tem o seu lugar de trabalho [...] eu sou muito importante para os meninos e eles também são importantes para mim. Se não fosse eles, eu não estaria lá, eu não seria uma merendeira.
> (MERENDEIRA ARROZ COM CARNE, 2021).

Essas e outras narrativas colhidas no decorrer da investigação demonstram a percepção que as merendeiras têm de si, da sua importância para a escola, para o aluno e para garantir que a educação aconteça.

Um aspecto importante que foi comentado durante as rememorações das pesquisadas foi o de perceberem que fazem "de tudo um pouco". Fazemos o uso das "aspas" para ressaltar que esta frase foi recorrente em várias narrativas para iniciar a descrição das atividades que realizam no cotidiano da escola. Na Figura 9 (p. 126) são apresentados alguns relatos das merendeiras sobre as funções que se propõem a realizar, além das suas atividades rotineiras.

FIGURA 9– Relatos "de tudo um pouco"



Fonte: Elaboração da autora: DIAS, M.S.O. (2021) com base nas rememorações das entrevistadas (2021)

5.3.2 Sentimento de inferioridade

O sentimento de inferioridade da merendeira, com relação a si no ambiente escolar foi percebido dentre as entrevistadas. Esta percepção é demonstrada, por exemplo, quando se referem ao fato de raramente terem a oportunidade de participar de eventos da escola, como reuniões com pais "porque a gente, também, deveria participar das reuniões, falar como está o aluno na escola, se ele come, se ele desperdiça, se ele tá sendo malcriado com algum colega na fila... porque a gente conhece eles" (MERENDEIRA MINGAU DE MILHO, 2021).

A não interação naqueles momentos é atribuída a fatores diversos como a falta de convite ou de permissão para participar; a não disponibilidade de tempo, pois, muitas vezes, a reunião é realizada no horário em que estão muito sobrecarregadas em suas atividades ou, "porque eles não têm interesse mesmo, se não, eles (se referindo ao diretor da escola) falavam pra gente adiantar as coisas ou, uma ir pra reunião enquanto a outra toma conta da merenda" (MERENDEIRA SALADA DE FRUTAS, 2021).

Este sentimento de inferioridade e de desvalorização não é perceptível em todos os sujeitos da pesquisa. Algumas se sentem valorizadas pelos colegas que atuam em diferentes espaços no ambiente escolar, como diretores, professores e estagiários. Um exemplo é a Merendeira Mingau de Milho que se sente muito valorizada pelo corpo docente da escola, pelos alunos que "adoravam a minha merendinha" e pela sociedade, já que é conhecida como "a merendeira" é um motivo de muito orgulho:

> aonde eu vou, todo mundo me conhece. Até hoje, todo mundo me chama de merendeira, fala que eu sou merendeira. Às vezes, os meninos tão na rua e falam comigo, me chamam de tia da merenda e perguntam que dia que eu vou voltar [...] eles falam 'tia, a sua comida é tão gostosa! Por que a senhora não volta?' [...] Tem aluno que eu não posso, assim, às vezes, eu visto a blusa da escola, aí, quando me vê, eles perguntam: 'Tia, a senhora vai para escola?' pensam até que eu tô trabalhando e aí eu digo: vou não (MERENDEIRA MINGAU DE MILHO, 2021).

Relatos como esse, reforça que, embora exista um grande sentimento de desvalorização da profissão merendeira, pela comunidade escolar, pela sociedade ou pela própria profissional, essa é uma discussão que merece estudos mais aprofundados, pois é um sentimento que oscila, em algumas merendeiras, durante toda a sua trajetória profissional.

5.3.3 A cantina como lugar de memória

A cantina da escola é o espaço de comando da merendeira; é o lugar onde ela é a responsável direta por todas as operações ali executadas; é o lugar de construção e de reconstrução das suas relações; é o seu lugar de memória. Deste modo, elas necessitam respeito pelo seu lugar:

> A gente recebeu um treinamento que funcionário da área externa não pode se manter na cozinha. Somente as pessoas específicas para estar na cozinha [...] com uniforme, sapato adequado para estar na cozinha [...] trajando roupa adequada para estar na área de trabalho (MERENDEIRA RIZOTO, 2021).

As regras destacadas pela merendeira são parte das normas estabelecidas para que uma unidade de alimentação e nutrição, nesse caso, a cozinha da escola, realize as suas operações de forma eficiente e segura. O uso adequado das vestimentas e dos equipamentos de proteção individual como toucas, avental, máscara, calçado específico, servem para promover a segurança do alimento - livre de contaminação – e de quem o manipula, no sentido de evitar acidentes.

No entanto, foram pontuadas situações em que alguns funcionários, como porteiros, professores, dentre outros, tinha acesso livre às cantinas escolares: “tinha professor que, quando chegava à escola, já ia na cozinha, tomar café. Eu não falava nada, mesmo porque tem o café na sala dos professores, mas... fazer o quê?” (MERENDEIRA SALADA DE FRUTAS, 2021); “às vezes o professor vinha guardar a comida ou um lanche dele” (MERENDEIRA FAROFA DE FEIJÃO, 2021); “já teve época da cozinha andar cheia, às vezes eles entravam só para conversar, na desculpa de tomar café, mas eu gostava, depois proibiu, porque só quem era da cozinha é que podia ficar lá” (MERENDEIRA MINGAU DE MILHO, 2021).

As memórias reconstruídas da Merendeira Sopa (2021) apontam a sua cozinha como o seu lugar de comando.

> Eu terminava o que eu tinha para fazer e ia pra lá, conversar com ela. Enquanto isso, eu ajudava: cortava alguma coisa, catava o feijão, para o outro dia, lavava alguma coisa. Ela era muito rápida para fazer tudo, mas eu ajudava [...] assim passava o tempo, até dar a hora para eu ir varrer a sala (C1, Ex. funcionária da escola, 2021).

> Naquela época não havia tanta regra como hoje, eu acho [...] mas eu costumava ficar na janela, que era uma espécie de balcão, onde servia a comida. Lembro que ela não gostava que entrasse na cozinha, ela dizia que não era permitido [...] pelo que eu sei, às vezes alguém ficava lá dentro, em uma cadeira comendo, porque tinha gente que ia para a escola, direto do trabalho (A1, Ex. aluno da escola, 2021).
>
> Já vi professores por lá, tomando café. Eu já entrei lá, para comer. Teve uma vez que eu não fui para a fila na hora da merenda e ela sentiu minha falta, porque ela sabia que eu estava lá, eu sempre falava com ela, quando eu chegava. Então ela guardou um pratinho para mim. Nunca me esqueço disso (A2, Ex. aluno da escola, 2021).
>
> Ela contava que não gostava de quando alguém invadia a cozinha dela. Ela era muito organizada e eu entendo que aquele era o seu espaço e que ela reinava nele. Ela tinha muito orgulho de trabalhar lá, de ser merendeira (P1, amigo da Merendeira Sopa, 2021).
>
> Eu mesma já fui uma dessas, das que ela guardava comida e me entregava bem antes do horário da merenda. Eu lembro que ela gostava muito do seu espaço. Ela tinha autoridade e não permitia que entrassem, sem motivos. Eu só entrava porque eu ia comer lá, mas eu comia rapidinho e logo me dirigia para a aula (A3, Ex. aluno da escola, 2021).

Para Halbwachs (1990), a memória de um grupo está relacionada com o lugar que ele ocupa. Porque nesse espaço, existem as suas marcas, as marcas dos grupos sociais, que se vincula pela relação com os seus membros.

Algumas merendeiras demonstraram já ter passado, em algum momento da sua trajetória, por um sentimento de ter o seu espaço invadido, de não serem respeitadas como elas respeitam os outros ambientes da escola. Ainda assim, as merendeiras se sentem donas do seu espaço (a cantina) e fazem da cantina "o lugar que eu faço tudo com muito amor, que eu me entrego e que eu me sinto uma profissional competente e reconhecida" (MERENDEIRA FAROFA DE FEIJÃO, 2021).

A filha da Merendeira Sopa (2021) relembra que "ela gostava muito do que fazia lá. Era mais uma questão de ter uma ocupação, do que pelo próprio dinheiro. Apesar deste, ter ajudado ela manter a família" (F1, 2021).

Para a Merendeira Arroz com Carne (2021), a cantina é um lugar de aprendizado onde o conhecimento é passado de uma para a outra. Ela relata que, no início da sua trajetória profissional, no ano de 2000, contou com os ensinamentos daqueles que trabalhavam no setor:

> [...] porque eu já trabalhava em casa de família, mas a gente tinha que aprender as quantidades... eu acho que eu aprendi rápido [...] as meninas que trabalhavam aqui, primeiro que eu, foram passando o

> serviço para mim. Nisso as mais velhas foram saindo e foram entrando novas merendeiras, que eu fui ensinando, também [...] uma vai passando para a outra, o que sabe (ARROZ COM CARNE, 2021).

As merendeiras possuem um saber próprio da sua experiência e a troca de saberes é identificada nas suas narrativas. A experiência, segundo Bondía (2002) é algo que nos acontece, que nos atravessa e nos marca que toca de alguma forma, para que ela aconteça é necessário parar, desacelerar e se dar tempo para sentir.

Nos estudos da memória, seja ela individual ou coletiva, o lugar de memória é um elemento importante que permite analisar a subjetividade do sujeito com as experiências vividas no espaço e nos lugares que constroem suas lembranças. As cantinas das escolas são espaços repletos de história de vida que discorrem sobre a trajetória das merendeiras. Para Nora (1993), os lugares de memória são materiais, simbólicos e funcionais. Isso porque é onde a memória social está ancorada, se expressa e se revela. Deste modo, entende-se a cantina como um espaço da merendeira, um lugar de múltiplos significados e de pertencimento, onde será construída e reconstruída a sua memória.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo foi realizada uma discussão sobre a reconstrução da memória das merendeiras acerca da merenda escolar. Seus testemunhos nos permitiram conhecê-las, ouvir, dar voz e entende-las na sua subjetividade.

Os objetivos específicos, traçados para direcionar esta pesquisa, conduziram para: o estudo da legislação educacional, onde buscamos conhecer qual o papel da alimentação nas escolas e a sua relação com a função das merendeiras; o embasamento teórico, para compreender a EAN, principalmente no âmbito escolar; a reflexão sobre o papel das merendeiras como sujeito social da educação e, por fim, para a análise dos desafios enfrentados na trajetória profissional das merendeiras, das suas contribuições para o processo de aprendizagem e para processo de educação alimentar e nutricional dos alunos.

Este percurso foi importante tanto para responder ao questionamento que motiva esta pesquisa e para quanto para alcançar o objetivo principal de compreender, por meio da (re) construção da memória, o papel das merendeiras nas escolas, suas concepções e suas contribuições para o processo de educação alimentar e nutricional na educação básica das escolas da rede pública.

O estudo da legislação municiou esta pesquisa sobre aspectos legais da merenda escolar e embasou para evidenciar a trajetória, os objetivos, os interesses e as diretrizes que conduziram o Programa Nacional da Alimentação Escolar. Entendemos que a merenda escolar é uma importante ação utilizada pelo Governo para garantir que a Educação aconteça. Ela contribui para elevar a qualidade da educação básica nas escolas da rede pública, pois um aluno bem alimentado rende mais, tem melhor capacidade de concentração e se torna mais ativos nas atividades escolares, consequentemente, coopera com a permanência do aluno na escola e reflete na diminuição dos índices de evasão escolar.

Além de ofertar alimentos que cubram as necessidades nutricionais, durante o período letivo, a merenda escolar tem o objetivo de contribuir para o crescimento e para o desenvolvimento integral do aluno. Aliado a isso, por meios das ações de EAN estimula a formação de hábitos alimentares saudáveis.

Estudar na legislação educacional, o papel da alimentação nas escolas e a sua relação com a função das merendeiras, objetivos específicos desta investigação, possibilitou a compreensão dos direitos e dos deveres da merendeira no espaço escolar,

para além do preparo do alimento, como por exemplo, zelar pelo ambiente de trabalho; recebimento, armazenagem e conservação dos gêneros alimentícios utilizados no preparo da alimentação; prestar conta, junto às diretoras da escola, dos materiais e utensílios utilizados e, ainda, realizar tarefas correlatas às já mencionadas, quando solicitadas pelos seus superiores.

No entanto, quando confrontados esses apontamentos com os testemunhos das merendeiras, entende-se que ela, ao longo da sua trajetória, realiza atividades inerentes à sua profissão como "ir nos banheiros porque a noite, costuma ir meninos com drogas e a diretora pede pra gente sempre tá entrando no banheiro, pra ver se tem alguma coisa" (MERENDEIRA FAROFA DE FEIJÃO, 2021).

Rememorando as suas vivências, as merendeiras apontam que já foram submetidas a uma jornada exaustiva de trabalho e algumas relatam que esse cenário ainda é uma realidade. No entanto, outras narram que têm uma jornada corrida, porém, dentro das suas capacidades. É necessário pontuar que esse aspecto demanda estudos aprofundados.

Parafraseamos De Benedictis (2016, p. 220), para ressaltar que o estudo da legislação educacional, dos documentos, a escuta e a análise das entrevistas nos "possibilitou momentos ricos e uma interação entre a pesquisadora, objeto e sujeitos" da nossa pesquisa. A aproximação com estas merendeiras possibilitou compreender a complexidade do cotidiano da sua profissão. Por meio dos seus testemunhos, foi possível evidenciar as suas memórias e reconstruir a memória da merenda escolar.

O segundo objetivo específico desta investigação, de compreender a Educação Alimentar e Nutricional no âmbito escolar, direcionou para o estudo do contexto do surgimento da EAN no Brasil - necessário para demonstrar a sua importância na manutenção da saúde da população. Esse percurso evidenciou o alargamento do seu campo de atuação para outros âmbitos da sociedade, como o âmbito escolar que tem, entre os seus objetivos, o de ampliar os conhecimentos do aluno sobre uma alimentação saudável e capacita-lo para escolhas de hábitos alimentares adequados.

Promovidas pelo PNAE, o maior e mais antigo programa do Governo, as ações da EAN no âmbito escolar estendem os seus benefícios para toda a sociedade. Um exemplo é a sua influência para que o Brasil fosse retirado do Mapa da Fome da ONU, em 2014. Esse feito, assim como a diminuição dos índices de evasão escolar e do analfabetismo, evidencia o programa no cenário mundial e o coloca em lugar de referência como programa assistencialista.

No entanto, o sucesso do programa não depende somente da oferta desta alimentação. Há diversos fatores a se considerar como, por exemplo, a aceitação, da merenda escolar pelos alunos o que nos leva a concluir que a merendeira deveria estar em uma posição de destaque, tanto na escola quanto na sociedade, pois a sua habilidade em preparar o alimento é determinante na qualidade da alimentação oferecida.

A merendeira faz parte da memória da Educação no Brasil, no entanto, a sua atuação ocorre de forma discreta para a sociedade. Suas atribuições evoluem desde que a merenda escolar foi estruturada em nível nacional, em 1950. Mediante essas transformações, ela passa de uma simples "preparadora de merenda", que se limitava a misturar os alimentos instantâneos e a abrir os pacotes de bolachas, para uma cozinheira que prepara refeições cada vez mais elaboradas, que se preocupa com os aspectos sensoriais do alimento produzido, que atua na segurança alimentar e na elaboração de uma alimentação diferenciada para os alunos com necessidades alimentares específicas e que, tem um grande potencial como educadora na alimentação e nutrição do aluno. Os testemunhos das merendeiras demonstram que esse potencial é reconhecido por elas.

O terceiro objetivo específico desta investigação, de refletir sobre o papel das merendeiras como sujeito social da educação, permitiu entender que elas têm a percepção de si como educadoras e como detentoras dos conhecimentos necessários para atuar na educação em saúde e nas práticas de EAN e, principalmente, no contexto de pandemia.

No entanto, identificamos que existem entraves que dificultam o seu envolvimento nessas ações, como a falta de tempo disponível, timidez e insegurança quanto ao conhecimento que possuem.

Fica evidente, que todas as entrevistadas percebem a importância da alimentação escolar para o aluno. Principalmente para o rendimento escolar e para a própria formação fisiológica do indivíduo. Suas rememorações estão muito associadas ao problema da fome. Sobre este aspecto, relatam situações de alguns alunos chegam "desanimados de fome [...] tem vezes que não tem forças para andar direito [...] a gente percebe isso... que eles estão é com fome" (MERENDEIRA FAROFA DE FEIJÃO, 2021).

Analisar os desafios enfrentados na trajetória profissional das merendeiras e evidenciar as suas contribuições para o processo de aprendizagem e para o processo de educação alimentar e nutricional dos alunos constitui no quarto objetivo específico desta investigação. Ele permitiu uma compreensão do lugar da fala das merendeiras. Por meio

das suas rememorações elas tiveram a oportunidade de refletir sobre as suas atividades e experiências profissionais. Para elas, foi oportunizado produzir o próprio discurso sobre a sua trajetória.

Compreendermos as suas concepções sobre a merenda escolar, os seus desafios na profissão e as suas contribuições para o processo de EAN, principal foco deste estudo. A esse respeito, De Benedictis (2020) apresenta a memória como um recurso para o estudo de mulheres:

> O estudo da memória nos permite realizar a reconstrução da história das mulheres, dos homens, da família, dos filhos, das crianças, dos idosos, dos seus afazeres, suas dores, aflições, lutas, por fim, dos aspectos sociais que nortearam a vida em sociedade. (p. 97).

A reconstrução da história de mulheres permitiu um entendimento de como ela está posicionada perante a sociedade e como a sociedade a percebe. Assim como a autora o fez, utilizamos a memória como "[...] um instrumento importante para a compreensão de fatos que dantes não eram percebidos ou não despertaram interesse [...]" (p. 45). Embora existam estudos sobre a merendeira sempre há pontos a serem desvendados.

Com a análise dos dados desta pesquisa, comprova-se que a sopa é considerada o alimento mais importante na memória da merenda escolar. Esta reflexão pode ser comprovada por meio das narrativas das merendeiras, das falas dos sujeitos que rememoraram e contribuíram com a reconstrução de aspectos importantes da memória da Merendeira Sopa (2021) e pelas pontuações e comentários realizados no exame de qualificação desta pesquisa.

Entendemos que a memória do alimento sopa é uma discussão rica, que pode ser explorada em um estudo mais aprofundado: para apresentar as percepções das merendeiras e da comunidade escola, para evidenciar a sopa como um importante alimento escolar, para retratar a trajetória desse alimento no cardápio das escolas públicas, para apresentar as dificuldades imbricadas no seu processo de fabricação, para evidenciar a sua relevância para o fortalecimento da agricultura local, visto que, do valor repassado pelo FNDE, para a suplementação da merenda escolar, 30% deve ser destinado para a compra de alimentos vindos da agricultura familiar.

Dessa temática surgiu a construção, em andamento, do artigo intitulado Implicações da evolução do cardápio da merenda escolar no fortalecimento da

agricultura familiar. Destarte, fica registrado o nosso desejo em dar seguimento aos estudos acadêmicos.

Um dos obstáculos deparados nesta pesquisa foi o isolamento social, por conta da pandemia do Covid-19. Para conter a disseminação do vírus Corona, foi imposto pelos órgãos governamentais, rígidas medidas de distanciamento social, o que culminou no fechamento das escolas. As aulas presenciais foram interrompidas e o ensino remoto foi utilizado para dar seguimento no processo de educação. Esse cenário nos impossibilitou visitar e acompanhar a rotina de trabalho das merendeiras pesquisadas.

Seguindo o padrão das escolas, que adotaram o ensino *online*, as entrevistas foram realizadas por vídeo chamadas. Para isso, utilizamos as plataformas digitais *Meet* e *Zoom*. Para acessibilizar o uso destas ferramentas para todos os sujeitos desta pesquisa, tivemos o apoio de alguns facilitadores que mediaram o contato durante a coleta de dados. Deste modo, não houve percalços durante esta etapa.

Comparando o formato de uma entrevista presencial com esta entrevista, realizada a distancia, tivemos a percepção do **silêncio** como forma de ganhar tempo ou para se preparar para responder a alguma questão. O silêncio foi apresentado, em alguns casos, como o ato de desligar a câmera e o microfone do computador. O fato aconteceu com duas entrevistadas quando estas foram indagadas sobre o seu conhecimento acerca da importância da EAN: ficaram pensativas, desligaram câmeras, microfones e em seguida, sob a alegação de ter "clicado errado", retornaram com uma resposta pronta.

Embora tenhamos deixado claro que não estávamos em busca de uma resposta padrão, que o objetivo da nossa pesquisa era conhecer o ponto de vista de cada uma e compreender as suas percepções sobre aquele assunto abordado, percebemos uma preocupação, por parte de algumas, em dar uma "resposta correta". Diante do exposto, apontamos esse fato como um entrave na fidedignidade das informações coletadas nessa categoria de análise, para estas participantes em específico.

Consideramos a análise dos dados como a etapa mais trabalhosa e a mais difícil na construção deste trabalho. Primeiro, pelo trabalho dispensado em "Ordenar e organizar o material secundário e o material empírico e impregnar-se das informações e observações de campo" (MINAYO, 2012, p. 624) e depois, pelo tempo que demandou "investir na compreensão do material trazido do campo, dando-lhe valor, ênfase, espaço e tempo" (p. 624).

Foi necessário compreender a merendeira no seu lugar de fala. Entender o que ela tinha a dizer sobre os acontecimentos por meio das suas percepções e das suas

memórias. Para Goldenberg (2004, p. 95), “este momento exige muito tempo de reflexão e dedicação para se tirar o máximo de ideias de cada resposta conseguida”, o que pudemos comprovar na prática.

É importante reconhecer que “nenhuma pesquisa científica é neutra seja ela qualitativa ou quantitativa” (MINAYO, 2012, p. 37) e que ela não está isenta das representações e dos valores do investigador, bem como do arcabouço teórico que a norteia.

Reiteramos que avaliar a qualidade da merenda escolar ou dos agentes que atuam no PNAE não foi o objetivo desta pesquisa. Por conseguinte, alguns dados coletados, embora organizados e analisados, não foram considerados neste estudo, pois abordavam questões inerentes aos objetivos propostos nesta investigação. Esses dados podem colaborar com futuras pesquisas sobre a temática.

Novas pesquisas, municiadas por esta, poderão ser realizadas com diferentes abordagens e com ênfase, por exemplo, no processo de capacitação das merendeiras, na qualidade do alimento que chega para produzir a merenda escolar, na efetividade da fiscalização do Conselho de Alimentação Escolar e ainda, sobre tópicos que versam sobre a valorização da profissão merendeira e sobre o seu sentimento de inferioridade.

Consideramos que as discussões, apresentadas até aqui, não estão acabadas, pois oferecem possibilidades de estudos aprofundados.

Entendemos este trabalho como uma iniciativa de valorização das merendeiras, pois é a primeira dissertação do programa que dá visibilidade para ela, tanto na perspectiva da memória, quanto como um sujeito social ou, ainda, como um profissional da educação. Esperamos que esta pesquisa seja uma contribuição significativa para o PPGED, que contribua com os estudos das área de Nutrição, de Administração, de Políticas Públicas e de Memória.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. *Módulo IV - Pobreza e Currículo*: uma complexa articulação. **Educação, Pobreza e Desigualdade Social**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/modulo4.pdf. Acesso em: jul. 2021.

BONDÍA, Jorge L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n.º 19, jan/fev/mar/abr, 2002. p. 20-28. Disponível em:https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: jan. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 37.106**, **de 31 de Março de 1955.** Institui a companha da Merenda Escolar. Rio de Janeiro, 31 de mar. 1955. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37106-31-marco-1955-332702-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: nov. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil** de 05 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.234**, **de 17 de setembro de 1991**. Regulamenta a profissão de Nutricionista e determina outras providências. Brasília, 1991. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/l8234.htm. Acesso em: mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.913, de 12 de Julho de 1994**. Dispõe sobre a municipalização da merenda escolar. Senado Federal, Secretaria Geral da Mesa, Secretaria de Informação Legislativa. Brasília, 12 de julho de 1994. Disponível em https://legis.senado.leg.br/norma/550789/publicacao/15715511. Acesso em: set. 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 163 Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis n°s 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória n° 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei n° 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 de jun. 2009. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: jan. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Emenda Constitucional nº 59 de 11 de novembro de 2009b.** Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de

quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm#art1. Acesso em: dez. 2020

BRASIL, Ministério da Saúde. **Caderno de Atenção Básica – Saúde na Escola.** Brasília, DF; Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, 2009c. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_24.pdf. Acesso em: dez. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**, - Brasília, DF; MDF; Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012. Disponível em https://www.cfn.org.br/wpcontent/uploads/2017/03/marco_EAN.pdf. Acesso em: maio de 2020

BRASIL. **Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013**, Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae . Acesso em: jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.982, de 28 de maio de 2014**. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para determinar o provimento de alimentação escolar adequada aos alunos portadores de estado ou de condição de saúde específica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 de maio de 2014. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12982.htm. Acesso em: jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Cartilha Nacional da Alimentação Escolar**. Brasília, DF. 2015. 2ª Edição. 88 p. Disponível em: fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-area-gestores/pnae-manuais-cartilhas. Acesso em: nov. 2020.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE.** Sobre o PNAE. Brasília, DF, 2017. Disponível em https://www.fnde.gov.br/programas/pnae. Acesso em: maio de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Caderno de Referência: Alimentação Escolar para Estudantes com Necessidades Alimentares Especiais**. Brasília DF. 2017b. Disponível em:https://www.diabetes.org.br/publico/images/2017/alimentacao-escolar-para-estudantes-1.pdf. Acesso em: out. 2020

BRASIL. **Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996** (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Brasília, DF 16 de maio de 2018b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13666.htm#art1. Acesso em: jun. 2020.

Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **8ª Conferência Nacional de Saúde: quando o SUS ganhou forma**; 2019. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/592-8-conferencia-nacional-de-saude-quando-o-sus-ganhou-forma. Acesso em: out. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **LER e DORT são as doenças que mais acometem os trabalhadores, aponta estudo**. 30/04/2019. 2019b Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/ler-e-dort-sao-as-doencas-que-mais-acometem-os-trabalhadores-aponta-estudo. Acesso em: jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Recomendações do Conselho Nacional da Saúde**. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1132-recomendacao-n-027-de-22-de-abril-de-2020. Acesso em: maio 2020.

BRASIL, Ministério da Educação, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Programa Nacional de Alimentação Escolar. **RECOMENDAÇÕES PARA A EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO RETORNO PRESENCIAL ÀS AULAS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19:** EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL E SEGURANÇA DOS ALIMENTOS. Versão 1, Setembro de 2020b. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Documento-COVID19-FNDE-PNAE-v2-1.pdf. Acesso em: jan. 2021.

Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Relatório Final da 8ª Conferência Nacional de Saúde**; 2020c. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/relatorios-cns/1492-relatorio-final-da-8-conferencia-nacional-de-saude. Acesso em out: 2021.

BEZERRA, José Arimatea Barros. Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar**. Revista Brasileira de Educação,** Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 103-115, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/SC7wnTqD4ZmVNTq8fj5mmXN/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: jun. 2020.

BERNARDON, Renata *et al* . Construção de metodologia de capacitação em alimentação e nutrição para educadores. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 389-398, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rn/v22n3/v22n3a09.pdf. Acesso em: maio 2020.

BOOG, Maria Cristina Faber. Educação em Nutrição**. Educação alimentar e nutricional passa a integrar temas transversais do currículo escolar**. 18 de Junho de 2018. Disponível em: https://educacaoemnutricao.com.br/site/. Acesso em: jan. 2021.

BOOG, M. C. F. **Histórico da Educação Alimentar e Nutricional no Brasil**. In: DIEZ-GARCIA; CERVATOMANCUSO (Orgs.). Mudanças alimentares e educação nutricional. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. p. 66-73.

BOOG, M. C. F. Educação nutricional: passado, presente, futuro; **Revista de nutrição**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 5-19, 1997.

BOOG, M.C.F. Programa de educação nutricional em escola de ensino fundamental de zona rural. **Revista de nutrição**, Campinas, v. 23, n. 6, p. 1005-1017, nov./dez. 2010.

BOOG, Maria Cristina Faber. Contribuições da educação nutricional à construção da segurança alimentar. **Saúde em Revista**, Piracicaba, SP, v. 06, n.13, p. 17-23. 2004. Disponível em: http://educacaoemnutricao.com.br/documentos/contribuicaesdaeducacaonutricionalaconstrucaodasegurancaalimentar22127.pdf. Acesso em: 29 ago. 2020.

CASTRO, C.; PELIANO, A. M. Novos alimentos, velhos hábitos e o espaço para ações educativas. In: CASTRO; COIMBRA (Orgs.). **O problema alimentar no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Unicamp, 1985. p. 195–213.

Castro J. **Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço).** 10a Ed. Rio de Janeiro: Antares Achiamé; 1984. Disponível em http://files.o-geografo.webnode.com.br/200000097-d07dcd177a/Jos%C3%BAe%20de%20Castro%20Geografia%20da%20Fome.pdf. Acesso em: jun. 2021.

Conselho Federal de Nutricionistas (CFN). Resolução CFN nº 465/2010. Dispõe sobre as atribuições no Nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 25 ago. 2010.

BENEDICTIS, N. M. S. M. **Memória e Geografia Social de mulheres em Rio de Contas** – Bahia: A participação de mulheres no processo de organização de uma sociedade. 2016. 232 f. Tese (Doutorado em Memória e Sociedade) – PPGMLS, UESB, Vitória da Conquista, 2016.

DE BENEDICTIS, Nereida Mª. S. Mafra. **Memória e Geografia Social de mulheres em Rio de Contas - BA.** Edições UESB, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 2002.

GODOY, Arilda Schnidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades: Uma revisão história dos principais autores e obras que refletem esta metodologia de pesquisa em Ciências Sociais. **Revista de Administração de Empresas,** São Paulo, v35, n 2, p. 57-63, Mar./Abr. 1995.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar:** Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro. Record, 2004.

GONÇALVES, I. A.; FARIA FILHO, L. M; Histórias das culturas e das práticas escolares: perspectivas e desafios teórico-metodológicos. In: SOUZA, R. F.; VALDEMARIM, V. T. (Org.). **A cultura escolar em debate**: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

GONDAR, J. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. (Org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/Programa de PósGraduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005. p. 11-26. Disponível em http://www.memoriasocial.pro.br/painel/pdf/publ_24.pdf. Acesso em jan. 2021.

GONDAR, Jo. Cinco proposições sobre memória social. **Morpheus**: revista de estudos interdisciplinares em memória social. Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, pag. 19 – 40, 2016.

Disponível em: http://www.memoriasocial.pro.br/painel/pdf/publ_19.pdf. Acesso em: jan. 2021.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. Traduzido do original francês. 2ª ed. Paris – França, 1968. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/43597 72/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf. Acesso em nov. 2020.

JAPIASSÚ, H,; MARCONDES, D. **Dicionário de Filosofia**. 3 edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, p. 235. Disponível em: http://raycydio.yolasite.com/resources/dicionario_de_filosofia_japiassu.pdf. Acesso em: out. 2021.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação.** São Paulo, n.1, p. 9-43, jan./jun. 2001. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/37742506.pdf Acesso em: fev. 2019.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E.D.A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MARIANA, Eleuza. Menezes. **A função das merendeiras nas escolas municipais de Uberlândia, Minas Gerais**: disciplinarização do trabalho e reconhecimento social. 2013. 53 f. - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/18454/1/Fun%C3%A7%C3%A3oMerendeirasEscola.pdf. Acesso em: jun. 2020.

MENDES, G. F. **Sertão se traz na alma? território/lugar, memória e representações sociais**. Tese de Doutorado em Geografia. Núcleo de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7ª edição. São Paulo: Hucitec, 2000. 269p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: http://www.ia.ufrrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2009-2/2SF/Pesquisa_Social.pdf. Acesso em; jan. 2020.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência e saúde coletiva**, vol.17, n.3, p.621-626. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMFf/?format=pdf&lang=pt acesso em: jun. 2020.

MOTA, Cristiane Herbst; MASTROENI, Silmara Salete de Barros Silva; MASTROENI, Marco Fabio. Consumo da refeição escolar na rede pública municipal de ensino. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Brasília , v. 94, n. 236, p. 168-184, Apr. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2176-66812013000100009&script=sci_abstract&tlng=pt . Acesso em: set. 2020.

NORA, P. **Entre a memória e a história: a problemática dos lugares**. São Paulo: Projeto História. Educ. n.10, p.7-28, 1993. Disponível em

https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763. Acesso em: jan 2020.

PEIXINHO, A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003- 2010: relato do gestor nacional. **Rev. Ciências saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18 n.4, 2013.

PEIXINHO, A. M. L. **Um resgate histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.** São Paulo, 2011. 135p. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde) - Universidade Federal de São Paulo. São Paulo. 2011.

RICOEUR, P. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, L.P.F.; RONCADA, M. J. **Educação nutricional no Brasil:** evolução e descrição de propostas metodológicas para escolas. Com. Ciências Saúde. 19(4): 315-322.2008). 2018. Disponível em: http://www.mdgjoseluizgori.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/19/1430/79/arquivos/File/17_RODRIGUES_RONCADA.pdf. Acesso em: mar. 2020.

RODRIGUES, Karine. **Pesquisa pioneira com o método qualitativo foi censurada pela ditadura**. Portal FIOCRUZ. 2020. Disponível em: http://coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1898-pesquisa-pioneira-com-o-metodo-qualitativo-foi-censurada-pela-ditadura.html. Acesso em: dez. 2021.

SANTOS, Sérgio Ribeiro dos; COSTA, Maria Bernadete de Souza; BANDEIRA, Geovanna Torres de Paiva. As formas de gestão do programa nacional de alimentação escolar (PNAE). **Rev. salud pública**, Bogotá , v. 18, n. 2, p. 311-320, Mar. 2016 . Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0124-00642016000200014&lng=en&nrm=iso. Acesso em: jan. 2021

SILVA, Tânia Elias Magno da, **Josué de Castro e os estudos sobre a fome no Brasil.** Cronos, Natal-RN, v. 10, n. 1, p. 51-77, jan./jun. 2009. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/viewFile/1767/pdf_18. Acesso em: jun. 2021.

TAKAHASHI, Mara Alice Batista Conti; PIZZI, Célio Roberto; DINIZ, Eugênio Paceli Hatem. Nutrição e dor: o trabalho das merendeiras nas escolas públicas de Piracicaba – para além do pão e leite **Rev. bras. saúde ocup.**, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 362-373, Dec. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbso/a/Rvdq9StGrj8xXbHtTwYrYkx/?lang=pt. Acessado em: jun. 2021.

VIDAL, D. G.; PAULILO, A. L. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a08v30n1.pdf Acesso em: fev. 2019.

ANEXOS

Anexo A - Parecer do CEP UESB/BA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB/BA

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Memória de Merendeiras sobre a alimentação escolar: concepções e contribuições

Pesquisador: Mariana Sousa de Oliveira Dias
Área Temática:
Versão: 1
CAAE: 52697121.2.0000.0055
Instituição Proponente: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.110.636

Apresentação do Projeto:

"Esta pesquisa tem o objetivo de compreender, por meio da (re) construção da memória, o papel das merendeiras nas escolas, suas concepções e suas contribuições para o processo de educação alimentar e nutricional na educação básica das escolas de Vitória da Conquista – BA. Para alcançar este objetivo, traçamos os seguintes objetivos específicos: Estudar na legislação educacional, o papel da alimentação nas escolas e a sua relação com a função das merendeiras; Compreender a Educação Alimentar e Nutricional no âmbito escolar; Refletir sobre o papel das merendeiras como sujeito social da educação; Analisar os desafios enfrentados na trajetória profissional das merendeiras e evidenciar as suas contribuições para o processo de aprendizagem e para processo de educação alimentar e nutricional dos alunos.O questionamento que motiva essa pesquisa é compreender qual é o papel das merendeiras nas escolas, as suas concepções e contribuições, na sua subjetividade, para o processo de educação alimentar e nutricional na educação básica das escolas de Vitória da Conquista – BA. Justifica-se pela necessidade de dar voz às merendeiras, de transformar os seus testemunhos como parte da memória escolar e social e dar-lhes visibilidade e valorização, como sujeitos que estão dentro do espaço escolar. [...] Esta pesquisa será descritiva e utilizará uma abordagem qualitativa. A coleta de dados será realizada por meio de entrevista, com questões semiestruturadas, com perguntas formuladas com base na pesquisa documental e na pesquisa teórica. A partir destas perguntas, será formulado um roteiro que servirá como guia para a entrevista. Este roteiro será organizado em forma de tópicos e obedecerá a lógica de partir de

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequiezinho **CEP:** 45.206-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br

assuntos mais simples para os mais complexos e delicados. Todos os cuidados requeridos pelo referencial teórico de metodologia serão tomados: com a postura do entrevistador diante do entrevistado; com o vocabulário utilizado; com o respeito pela cultura e valores do entrevistado; com a observação e análise de gestos, hesitações e expressões produzidas pelo entrevistado e, principalmente, com o cuidado exigido na qualificação e preparo do entrevistador para a entrevista. Para registrar as informações coletadas na entrevista será utilizado um gravador. As entrevistas serão transcritas e, posteriormente, analisadas e confrontadas com a pesquisa documental e com o referencial teórico. [...] Os sujeitos da pesquisa serão selecionados mediante pesquisa de campo, por meio da memória social de professores, ex alunos e de profissionais da educação. A amostra será composta por oito merendeiras que atuaram em diversos períodos da história da merenda escolar e para não identificá-las, seus nomes serão substituídos por nomes de alimentos q elas mais gostam de preparar. Diante do contexto de distanciamento social e interrupção das atividades presenciais nas escolas, em virtude da pandemia da COVID-19, prevemos que a pesquisa seja realizada nos mesmos moldes adotados pelas escolas, de ensino a distancia. Assim, temos em mente, a utilização de ferramentas tecnológicas para realizar as entrevistas como as plataformas Meet e Zoom que oferecem segurança e facilidade no acesso.".

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO GERAL:

Compreender, por meio da (re) construção da memória, o papel das merendeiras nas escolas, suas concepções e suas contribuições para o processo de educação alimentar e nutricional na educação básica das escolas de Vitória da Conquista – BA.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

• Estudar na legislação educacional, o papel da alimentação nas escolas e a sua relação com a função das merendeiras;

• Compreender a Educação Alimentar e Nutricional no âmbito escolar;

• Refletir sobre o papel das merendeiras como sujeito social da educação;

• Analisar os desafios enfrentados na trajetória profissional das merendeiras e evidenciar as suas contribuições para o processo de aprendizagem e para processo de educação alimentar e nutricional dos alunos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Os riscos são mínimos, pois todos os cuidados requeridos pelo referencial teórico de metodologia serão tomados: com a postura do entrevistador diante do entrevistado; com o

vocabulário utilizado; com o respeito pela cultura e valores do entrevistado; com a observação e análise de gestos, hesitações e expressões produzidas pelo entrevistado e, principalmente, com o cuidado exigido na qualificação e preparo do entrevistador para a entrevista. Além disso, serão tomados todos os cuidados para preservar a identidade do entrevistado. Consideramos a existência de um risco mínimo de que o entrevistado se emocione ao rememorar acontecimentos na sua jornada profissional.

Benefícios: Dar voz às merendeiras. Transformar os seus testemunhos como parte da memória escolar e social e dar-lhes visibilidade e valorização como sujeitos que estão dentro da escolar, que fazem parte do processo educativo, que contribui para o processo de EAN e que são indispensáveis para a Educação Básica da rede pública. Este estudo tem grande relevância para o Programa de Pós-Graduação em Educação da UESB (PPGED/UESB), pois não existem trabalhos, no catálogo de teses e dissertações do PPGED, que façam menção a este sujeito e, justamente por tratar-se de um sujeito da educação, é necessário que suas concepções e contribuições façam parte do acervo deste programa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um texto de qualificação de mestrado do Curso de Pós-graduação em Educação, Campus de Vitória da Conquista, Uesb.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1778161.pdf OK

ProcedimentosParaColetaDeAssinaturaDosEntrevistados.docx OK

RoteiroParaEntrevisa.docx OK

Termo_de_consentimento_livre_e_esclarecido_TCLE_CEP.docx OK

Cronograma.docx OK

FolhaDeRosto.PDF OK

Termo_uso_de_imagens.docx OK

ProjetoPesquisaMarianaDias.pdf OK

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequiezinho **CEP:** 45.206-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br

Recomendações:

Não se aplica

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O Projeto apresentado pelo mestrando Mariana Sousa de Oliveira Dias atende a todas as exigências éticas das Resoluções CNS N° 466 de 2012 e N°510 de 2016.

Durante a execução do projeto e ao seu final, anexar na Plataforma Brasil, por meio de Notificação, os respectivos relatórios parciais e final, de acordo com o que consta na Resolução CNS 466/12 (itens II.19, II.20, XI.2, alínea d) e Resolução CNS 510/16 (artigo 28, inciso V).

Considerações Finais a critério do CEP:

Em reunião extraordinária no dia 12/11/2021, por videoconferência autorizada pela CONEP, a plenária deste CEP/UESB aprovou o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1778161.pdf	02/10/2021 21:30:41		Aceito
Outros	ProcedimentosParaColetaDeAssinaturaDosEntrevistados.docx	02/10/2021 21:07:43	Mariana Sousa de Oliveira Dias	Aceito
Outros	RoteiroParaEntrevisa.docx	02/10/2021 20:01:05	Mariana Sousa de Oliveira Dias	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_consentimento_livre_e_esclarecido_TCLE_CEP.docx	02/10/2021 19:56:34	Mariana Sousa de Oliveira Dias	Aceito
Cronograma	Cronograma.docx	02/10/2021 19:51:49	Mariana Sousa de Oliveira Dias	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto.PDF	02/10/2021 19:50:06	Mariana Sousa de Oliveira Dias	Aceito
Outros	Termo_uso_de_imagens.docx	05/07/2021 22:35:56	Mariana Sousa de Oliveira Dias	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoPesquisaMarianaDias.pdf	05/07/2021 20:15:03	Mariana Sousa de Oliveira Dias	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1° andar (UESB)
Bairro: Jequiezinho **CEP:** 45.206-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

JEQUIE, 17 de Novembro de 2021

Assinado por:
Leandra Eugenia Gomes de Oliveira
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequiezinho **CEP:** 45.206-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br

Anexo B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Ferramentas

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Conforme Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS

CARO(A) SENHOR(A),

Este documento é um CONVITE ao(à) Senhor(a) (ou à pessoa pela qual o(a) Sr.(a) é responsável) para participar da pesquisa abaixo descrita. Por favor, leia atentamente todas as informações abaixo e, se você estiver de acordo, rubrique as primeiras páginas e assine a última, na linha "Assinatura do participante".

1. QUEM SÃO AS PESSOAS RESPONSÁVEIS POR ESTA PESQUISA?

1.1. PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Mariana Sousa de Oliveira Dias

1.2. ORIENTADOR/ORIENTANDO: Nerêida Maria Santos Mafra De Benedictis

2. QUAL O NOME DESTA PESQUISA, POR QUE E PARA QUE ELA ESTÁ SENDO FEITA?

2.1. TÍTULO DA PESQUISA MEMÓRIA DE MERENDEIRAS SOBRE A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: CONCEPÇÕES E CONTRIBUIÇÕES
2.2. POR QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Justificativa): Pela necessidade de dar voz às merendeira, de transformar os seus testemunhos como parte da memória escolar e social e dar-lhes visibilidade e valorização como sujeitos que estão dentro do espaço escolar, que fazem parte do processo educativo, que contribui para o processo de EAN e que são indispensáveis para a Educação Básica da rede pública.
2.3. PARA QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Objetivos):

Esta pesquisa tem o objetivo de compreender, por meio da (re) construção da memória, o papel das merendeiras nas escolas, suas concepções e suas contribuições para o processo de educação alimentar e nutricional na educação básica das escolas de Vitória da Conquista – BA.

3. O QUE VOCÊ (OU O INDIVÍDUO SOB SUA RESPONSABILIDADE) TERÁ QUE FAZER? ONDE E QUANDO ISSO ACONTECERÁ? QUANTO TEMPO LEVARÁ? (Procedimentos Metodológicos)

3.1 O QUE SERÁ FEITO: A Merendeira responderá a uma entrevista semiestruturada a cerca das suas concepções e contribuições sobre a merenda escolar. Será gravado o áudio da entrevista, para posterior transcrição das narrativas.
3.2 ONDE E QUANDO FAREMOS ISSO: As entrevistas aconteceram por meio das plataformas digitais *Meet* e *Zoom*. Ocorrerá entre os dias 01/12/2021 até 08/12/2021 e serão agendadas, por meio do aplicativo *WhatsApp*, de acordo com a disponibilidade de cada participante. As entrevistas serão agendadas,
3.3 QUANTO TEMPO DURARÁ CADA SESSÃO: O tempo estimado é de 1 hora e 30 minutos

4. HÁ ALGUM RISCO EM PARTICIPAR DESSA PESQUISA?

Segundo as normas que tratam da ética em pesquisa com seres humanos no Brasil, sempre há riscos em participar de pesquisas científicas. No caso desta pesquisa, classificamos o risco como sendo

◉ MÍNIMO ○ MODERADO ○ ALTO

4.1 NA VERDADE, O QUE PODE ACONTECER É: (detalhamento dos riscos)

O entrevistado pode se emocionar ao rememorar a sua trajetória ou se sentir

Ferramentas

inseguro ao responder alguma questão da pesquisa.

4.2 MAS PARA EVITAR QUE ISSO ACONTEÇA, FAREMOS O SEGUINTE: (meios de evitar/minimizar os riscos):

Os riscos são mínimos, pois todos os cuidados requeridos pelo referencial teórico de metodologia serão tomados: com a postura do entrevistador diante do entrevistado; com o vocabulário utilizado; com o respeito pela cultura e valores do entrevistado; com a observação e análise de gestos, hesitações e expressões produzidas pelo entrevistado e, principalmente, com o cuidado exigido na qualificação e preparo do entrevistador para a entrevista. Além disso, serão tomados todos os cuidados para preservar a identidade do entrevistado.

5. O QUE É QUE ESTA PESQUISA TRARÁ DE BOM? (Benefícios da pesquisa)

5.1 BENEFÍCIOS DIRETOS (aos participantes da pesquisa):
Dar voz às merendeiras. Transformar os seus testemunhos como parte da memória escolar e social e dar-lhes visibilidade e valorização como sujeitos que estão dentro da escolar, que fazem parte do processo educativo, que contribui para o processo de EAN e que são indispensáveis para a Educação Básica da rede pública.
5.2 BENEFÍCIOS INDIRETOS (à comunidade, sociedade, academia, ciência...):
Este estudo tem grande relevância para o Programa de Pós-Graduação em Educação da UESB (PPGED/UESB), pois não existem trabalhos, no catálogo de teses e dissertações do PPGED, que façam menção a este sujeito e, justamente por tratar-se de um sujeito da educação, é necessário que suas concepções e contribuições façam parte do acervo deste programa. Consequentemente, este estudo fará parte da construção da memória social da cidade de Vitória da Conquista.

6. MAIS ALGUMAS COISAS QUE O(A) SENHOR(A) PODE QUERER SABER (Direitos dos participantes):

6.1. Recebe-se dinheiro ou é necessário pagar para participar da pesquisa?

R: *Nenhum dos dois*. A participação na pesquisa é voluntária.

6.2. Mas e se acabarmos gastando dinheiro só para participar da pesquisa?

R: O pesquisador responsável precisará lhe ressarcir estes custos.

6.3. E se ocorrer algum problema durante ou depois da participação?

R: Voce pode solicitar assistência imediata e integral e ainda indenização ao pesquisador e à universidade.

6.4. É obrigatório fazer tudo o que o pesquisador mandar? (Responder questionário, participar de entrevista, dinâmica, exame...)

R: Não. Só se precisa participar daquilo em que se sentir confortável a fazer.

6.5. Dá pra desistir de participar no meio da pesquisa?

R: Sim. Em qualquer momento. É só avisar ao pesquisador.

6.6. Há algum problema ou prejuízo em desistir?

R: Nenhum.

6.7. Os participantes não ficam expostos publicamente?

R: Não. A privacidade é garantida. Os dados podem ser publicados ou apresentados em eventos, mas o nome e a imagem dos voluntários são sigilosos e, portanto, só serão conhecidos pelos pesquisadores.

6.8. Depois de apresentados ou publicados, o que acontecerá com os dados e com os materiais coletados?

R: Serão arquivadas por 5 anos com o pesquisador e depois destruídos.

6.9. Qual a "lei" que fala sobre os direitos do participante de uma pesquisa?

R.: São, principalmente, duas normas do Conselho Nacional de Saúde: a Resolução CNS 466/2012 e a 510/2016. Ambas pdem ser encontradas facilmente na internet.

6.10. E se eu precisar tirar dúvidas ou falar com alguém sobre algo acerca da pesquisa?

R: Entre em contato com o(a) pesquisador(a) responsável ou com o Comitê de ética. Os meios de contato estão listados no ponto 7 deste documento.

7. CONTATOS IMPORTANTES:

Pesquisador(a) Responsável: Mariana Sousa de Oliveira Dias
Endereço: *Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia -*

Ferramentas

Estrada do Bem Querer, KM 4-
Vitória da Conquista - BA
Fone: *(77) 999041420/* E-mail: *mari.marianadias@gmail.com*

Comitê de Ética em Pesquisa da UESB (CEP/UESB)
Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, 1° andar do Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP). Jequiezinho. Jequié-BA. CEP 45208-091.
Fone: (73) 3528-9727 / E-mail: cepjq@uesb.edu.br
Horário de funcionamento: Segunda à sexta-feira, das 08:00 às 18:00

8. CLÁUSULA DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Concordância do participante ou do seu responsável)

Declaro, para os devidos fins, que estou ciente e concordo

☐ **em participar do presente estudo;**
☐ **com a participação da pessoa pela qual sou responsável.**

Ademais, confirmo ter recebido uma via deste termo de consentimento e asseguro que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Vitória da Conquista - BA, Dezembro de 2021

_____
Assinatura do(a) participante (ou da pessoa por ele responsável)

Impressão Digital
(Se for o caso)

9. CLÁUSULA DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR

Declaro estar ciente de todos os deveres que me competem e de todos os direitos assegurados aos participantes e seus responsáveis, previstos nas Resoluções 466/2012 e 510/2016, bem como na Norma Operacional 001/2013 do Conselho Nacional de Saúde. Asseguro ter feito todos os esclarecimentos pertinentes aos voluntários de forma prévia à sua participação e ratifico que o início da coleta de dados dar-se-á apenas após prestadas as assinaturas no presente documento e aprovado o projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa, competente.

Vitória da Conquista – BA Dezembro de 2021

_____

Assinatura do(a) pesquisador

APÊNDICES

Apêndice A Roteiro da entrevista

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AS MERENDEIRAS

PROJETO

MEMÓRIA DE MERENDEIRAS SOBRE A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: CONCEPÇÕES E CONTRIBUIÇÕES

Data e local da entrevista: ___/___/___

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Entrevistado:

Nome:

Pseudônimo para pesquisa (alimento):

Data e local de nascimento:

Formação:

Escolas onde atuou/atua:

Nome:

Período:

Concursada ou contratada?

Objetivos e Questões de pesquisa
Conhecimento do papel da alimentação nas escolas e a relação com a função das merendeiras

CATERGORIA DE ANÁLISE DE CAMPO e QUESTÕES SEMIESTRUTURADA DE ENTREVISTA			
CATEGORIAS DE CAMPO:	**INTRODUÇÃO DO CAPÍTULO DE CAMPO**	**QUESTÕES:**	**O QUE DISSE A MERENDEIRA**
1.Conhecimento	falar do objetivo	1.Qual a importância da alimentação nas escolas?	

		7.Fale sobre a evolução do cardápio da merenda escolar e de sua função como merendeira. 8.Como ocorre o processo de recebimento e de armazenamento da merenda na escola? 9.Existe horta na escola?	
Vivências e rememorações na profissão merendeira		**COMO ALUNA**, fale sobre a merenda escolar: .Você recebeu a merenda em toda a sua trajetória como estudante? (qual período); .De acordo com a sua visão, como era esse momento? .Qual era a sua merenda preferida? (pode ser em cada período); . Houve algum acontecimento que tenha marcado a sua experiência como aluna relacionado à merenda escolar? .Quais as diferenças (se existir) entre a merenda preparada por você e a merenda que você recebeu como aluna? **COMO MERENDEIRA** Qual a sua primeira lembrança da merenda escolar, como merendeira? Existiu alguma dificuldade nas primeiras preparações? Relate. 1. Como foi a aceitação desta pelos alunos? 2. Sobre o preparo da merenda escolar, no geral: a. Qual a maior dificuldade no preparo da merenda escolar? b. A sua jornada de trabalho é compatível com tempo gasto no preparo da merenda escolar? c. Algum acontecimento que mereça destaque nessa trajetória?	

do papel da alimentação nas escolas e a relação com a função das merendeiras	da construção do capitulo e as categorias de análise de campo. deve falar também sobre o perfil dos sujeitos	2.Qual a relação da alimentação escolar com a sua função? 3.Descreva as suas funções nesse processo? 4.Para você: .O que é a merenda escolar? .O que é uma merenda saudável? .O que é qualidade nutricional? .O que EAN? .O que é ser merendeira? **.Qual a importância da merendeira:** Para a escola? Para o aluno? Para a sociedade? .Como você pode contribuir com o processo de aprendizado do aluno? Você gosta da sua profissão? Comente sobre a sua relação, ao longo da sua trajetória com: a. Professores; b. Diretores; c. CAE; d. Nutricionistas; e. Alunos; f. Pais de alunos.	
A Alimentação e a Educação Alimentar e Nutricional no âmbito escolar		1.Como você pode contribuir com o processo de EAN? 2.Como tem sido a aceitação da merenda escolar pelos alunos? 3.Qual a merenda escolar mais apreciada pelos alunos? 4.Você considera que a quantidade de merenda ofertada é suficiente para cada aluno? 5. Para você, existe alguma deficiência na oferta da merenda? 6.Como você classificaria a qualidade da merenda escolar oferecida?	